

ANA LÚCIA DA SILVA

**IMPrensa E IDEOLOGIA: OS JORNAIS PARANAENSES SOB O REGIME
MILITAR (1975-1979)**

Dissertação apresentada ao
Programa Associado de Pós-
Graduação em História UEM/UEL
Mestrado em História Social.
Campus da UEM.

Linha de Pesquisa: Cultura e poder

Orientador: Dr. Jurandir Malerba

Maringá-PR

2001

BANCA DE DEFESA

Coordenação:

Coordenador do Programa Associado de Pós-Graduação em História e Orientador:
Professor Dr. Jurandir Malerba – Departamento de História - UEM

Professoras convidadas:

Dra. Maria Aparecida de Aquino – Departamento de História - USP
Dra. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini – Departamento de História – UEM

Local:

Campus da Universidade Estadual de Maringá - UEM

Maringá-PR, 26 de setembro de 2001

À minha família:

- meus pais, Aparecida Alves da Silva e José Captuleio da Silva (in memoriam), pela educação, apoio e carinho;

- meus irmãos Ana Carolina da Silva e Sérgio Captuleio da Silva, pela amizade, alegrias e divergências;

- minhas sobrinhas e afilhadas Ana Paula da Silva Oliveira e Thaís da Silva Oliveira, com expressões de amor e vida.

*Os amores na mente
As flores no chão
A certeza na frente
A história na mão
Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Aprendendo e ensinando
Uma nova lição*

*Vem vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer...*

Geraldo Vandré

AGRADECIMENTOS

Os anos de estudo e pesquisa fazem com que nos afastemos de algumas pessoas e ao mesmo tempo afirmemos e reafirmemos laços de amizade e carinho com outras. Por isso, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, principalmente:

- ao professor Dr. Jurandir Malerba, pela orientação e amizade desde os tempos de Iniciação Científica no curso de graduação em História na UEM;

- à CAPES, que subsidiou o andamento desta pesquisa com a bolsa de estudo;

- aos professores do Programa Associado de Pós-Graduação UEM/UEL, pelos ensinamentos e dedicação;

- à Giselle Moraes e Silva e ao Rogério Leandro Rodrigues, respectivamente secretária e ex-secretário do PGH, *campus* da UEM, pela atenção constante;

- aos funcionários das bibliotecas e do arquivo visitados: Biblioteca da UEM, Maringá-PR; Biblioteca "Professor Bento Mhunhoz da Rocha Netto", Maringá-PR; Biblioteca Municipal de Londrina, Londrina-PR; Biblioteca Pública do Paraná, Curitiba-PR; Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP – Campinas-SP;

- aos jornalistas Walter Schmidt, da **Gazeta do Povo**, Mussa José Assis de **O Estado do Paraná** e Walmor Macarini da **Folha de Londrina**, por suas contribuições nas entrevistas concedidas;

- aos Professores Dr. Luiz Geraldo Santos da Silva e Dra. Helenice Rodrigues da Silva, por suas contribuições a este trabalho no I Fórum de Pesquisa do PGH UEM/UEL, realizado em Maringá – PR;

- aos professores Dra. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini, do DHI-UEM, e Dr. Adalberto Mourão Dantas, do DCO-UEM, por suas contribuições no Exame de Qualificação;

- ao professor Raul Pimenta pela revisão do texto desta dissertação;
- a toda a minha família e amigos, nestes tempos de esperanças.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.....	167
Figura 2.....	168
Figura 3.....	169
Figura 4.....	170

SILVA, Ana Lúcia da. *Imprensa e ideologia: os jornais paranaenses sob o regime militar (1975-1979)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá/Universidade Estadual de Londrina. Maringá-PR.

RESUMO: Esta pesquisa tem por objetivo analisar o discurso veiculado pela grande imprensa escrita paranaense, durante o período da abertura política, desde o início de instauração da chamada "Operação Marumbi" em 1975, que tinha como objetivo averiguar atividades do Partido Comunista Brasileiro no Paraná, até a anistia política de 1979. A desconstrução do discurso expresso pelos editoriais dessa imprensa nas "datas cívicas" revela a sua sintonia com os fundamentos ideológicos dos governos militares, veiculados em outros circuitos tais como a escola, por meio da Educação Moral e Cívica e Educação Física, com o objetivo de "educar" a mente e o corpo do povo brasileiro. Entre esses fundamentos, damos destaque à idéia de Estado-nação predestinada ao progresso, à associação de Educação com civilidade, ao papel das Forças Armadas na segurança nacional e ao mito de democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Regime militar pós-1964; Paraná; grande imprensa; discurso; ideologia.

SILVA, Ana Lúcia da. The Press and Ideology: Press in the State of Paraná, Brazil, during the Military Dictatorship (1975-1979). Master's Dissertation. State University of Maringá/State University of Londrina. Maringá PR Brazil.

ABSTRACT. The discourse of streamline newspapers in the state of Paraná Brazil during the period of political transition is provided. Research ranges from the establishment of the Murumbi Operation in 1975 which investigated the activities of the Brazilian Communist Party in Paraná, up to the 1979 Political Amnesty. The deconstruction of discourse expressed in the editorials of the press on the occasion of "civil celebrations" reveals a perfect harmony with the ideological tenets of the military governments in other environments, such as Moral and Civil Education studied in the schools. The aim of the introduction of this subject matter was to "educate" the mind and the body of the Brazilian people. Among the ideological bases one should enhance the idea of the Nation-state predestined for unlimited progress, the association between Education and Civility, the role of the Armed Forces and National Security and the democracy myth.

Key words: Post-1964 Military regime; Paraná; streamline press; discourse; ideology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. ESTADO-NAÇÃO NO BRASIL PÓS-1964	46
A organização do Estado no regime militar: a reconstrução da nação.....	48
O Estado e diferentes projetos de nação: uma questão na longa duração.....	54
O Estado e projeto de nação no regime militar: o discurso da grande imprensa.....	60
2. TEMPO, HISTÓRIA E HERÓIS	73
Meios de comunicação e história: o mito do herói nacional no regime militar.....	82
Educação, povo e cultura.....	91
Brasil, do século XIX ao regime militar: em busca de identidade.....	97
3. OS CAMINHOS DA “SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO”: A REPRESSÃO NO PARANÁ	110
Em nome da segurança nacional: ordem, trabalho e desenvolvimento.....	121
Na contramão da abertura política: a Operação Marumbi no Paraná.....	127
Tempos de abertura política, tempos de crise: a outra face do “milagre”.....	136
4. DA “DEMOCRACIA” VIGIADA À ANISTIA	145
Regime militar e democracia.....	147
Caminhos democráticos: eleições.....	152
Povo e cidadania.....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
ANEXOS	166
FONTES UTILIZADAS	171
REFERÊNCIAS	175

INTRODUÇÃO

(...) quem somos nós, quem é cada um de nós senão uma combinação de leituras, de imaginações? Cada vida é uma enciclopédia, uma biblioteca, um inventário de objetos, uma amostragem de estilos, onde tudo pode ser continuamente remexido, e reordenado de todas maneiras possíveis.

Italo Calvino (1990, p. 138)

Nossas utopias e nossas certezas desapareceram. Nossas esperanças, se não desvaneceram, permanecem encolhidas, suspensas num não-lugar, quase anônimo. Por não sermos mais os mesmos, resta ainda um grande caminho de recuperação, de retorno ao passado, fazendo as perguntas que não fizemos, aguçando nossa curiosidade e nossos ouvidos para as vozes que deixamos surdas, procurando encontrar o lugar onde a trilha se bifurcou e nós nos perdemos.

Nito Odalia (1997, p. 119)

❖ Parte I - Contextos

Neste trabalho busca-se pôr em evidência a atuação da grande imprensa escrita no Estado do Paraná durante o regime militar após a ruptura política de 31 de março de 1964, especificamente a partir de 1975 - durante a abertura política iniciada pelo governo do general-presidente Ernesto Geisel, quando houve a instauração da "Operação Marumbi" no Estado do Paraná, para averiguar as atividades do Partido Comunista Brasileiro (PCB) - até 1979, quando ocorreu a anistia no governo do general-presidente João Batista Figueiredo.

Eram tempos desconcertantes e de insatisfações no âmbito da sociedade brasileira, marcados principalmente: pela crise econômica sobrevinda após a

falência do chamado “milagre econômico”; por denúncias, no cenário internacional, de repressão, de tortura e de desrespeito aos direitos humanos no Brasil; pelo ressurgimento dos movimentos sociais e dos protestos nas ruas que exigiam o fim do regime militar e o retorno à democracia, e por divergências entre o Estado e a sociedade civil quanto ao projeto que promoveria a abertura política, ou seja, o afastamento das Forças Armadas da esfera administrativa estatal. Enfim, eram tempos do decréscimo do prestígio do regime militar. Assim, tendo-se como referência esse período da história do Brasil republicano, objetiva-se destacar os elementos constitutivos do discurso dos editoriais dos jornais **Folha de Londrina**, **Gazeta do Povo** e **O Estado do Paraná**. Para uma melhor contextualização do objeto serão resgatados alguns elementos do processo que culminou na deposição do governo civil e constitucional do presidente João Goulart, avaliando os interesses dos diversos grupos que compunham a sociedade brasileira. Constata-se que houve setores sociais que o apoiaram, quando se impediu, por meio da Campanha pela Legalidade em 1961, uma intensa mobilização popular para dar legitimidade à pretendida intervenção militar almejada ~~pelas Forças Armadas~~; outros a ele se opuseram, na medida em que expressaram sua insatisfação com a política do governo, o que contribuiu para que a conspiração ganhasse maior dimensão e tivesse respaldo entre alguns grupos, ocasionando a destituição de Goulart em 1964.

Desta maneira, para se compreender a ação dos militares, o apoio de parte da sociedade civil e a política de preparação para o golpe que eclodiu em 1964, é preciso considerar os anos que imediatamente o antecederam.

A ousadia exige maturidade. Neste primeiro trabalho acadêmico de maior fôlego, opta-se pelo caminho mais tradicional -e por isso mesmo mais seguro - de

concentrar a contextualização histórica do objeto e as balizas teóricas mais gerais numa seção inicial. Ao seu final, segue a apresentação dos capítulos subseqüentes.

A caminho do golpe

No início da década de 1960, tanto estudantes, artistas e intelectuais de esquerda quanto os meios empresariais e intelectuais ligados aos grupos sociais de maior poder aquisitivo compartilhavam da “idéia da existência de um ‘povo alienado’, que precisava ser ‘iluminado’”.¹ Para a esquerda, “iluminar o povo”, significava possibilitar a este os meios necessários à compreensão da realidade visando transformá-la, ou seja, fazer a revolução. Não obstante, havia divergências de três ordens. A primeira dizia respeito ao caráter da revolução brasileira – revolução democrático-burguesa ou revolução socialista; a segunda, às formas de luta para alcançar o poder - se pela luta armada e por meios pacíficos; e a terceira, ao tipo de organização que seria necessária à revolução.² Por sua vez, os meios empresariais e intelectuais pretendiam “dar educação para o povo” com base em seus ideais de desenvolvimento.

Segundo Maria Helena Moreira Alves (1989, p. 21-22), no início da década de 1960 os últimos anos do governo João Goulart foram marcados pelas reivindicações e conflitos de interesses oriundos de múltiplos grupos sociais. A classe trabalhadora e o campesinato expunham suas demandas sociais referentes ao salário, às condições de trabalho, à organização sindical³ e à reforma agrária. Estas

¹ A alienação, segundo Karl Marx, pode ser entendida como o processo pelo qual a pessoa é obrigada a se tornar algo diferente daquilo que há em seu ser, ou seja, um processo de alienação humana. Há pessoas e grupos que procuram em determinado tempo e espaço impor a outros, sua forma de conceber o mundo, no contexto em que estão inseridos (PIANCIOLI, 1986, p. 20).

² Ver RIDENTI (1993, p. 25-26) sobre a esquerda brasileira, os caminhos e descaminhos da revolução, na década de 1960.

³ RODRIGUES (1979, p. 4-5) ressalta que no início da República brasileira a classe operária não tinha participação efetiva em outras instituições que compunham a sociedade, assim o sindicato deu-lhe uma significativa forma de participação. Desde as fases primitivas do movimento sindical e organização sindical, foram expressas as reivindicações por melhores condições de vida e trabalho.

reivindicações se constituíam em obstáculos aos interesses dos grupos sociais de maior poder aquisitivo, visto que as “Reformas de Base” que Goulart pretendia promover atenderiam preferencialmente aos interesses dos grupos populares. Em oposição ao governo de Goulart e sua política surgiram vozes dissonantes.

Na perspectiva do sociólogo René Armand Dreifuss (1987:161), a ruptura política de 1964 foi preparada com antecedência, através da organização dos intelectuais orgânicos representantes de interesses econômicos multinacionais, que associaram em um complexo político-militar o Instituto de Pesquisas e Estudos Social (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), representativos da face política dos interesses empresariais, que se opunham ao governo nacional-reformista de João Goulart e às forças sociais que o apoiavam.

Em decorrência disso, a elite orgânica agrupada em torno do complexo IPES/IBAD⁴ desenvolveu atividades visando influenciar e formar a opinião pública contra a ordem vigente, utilizando meios de comunicação como o rádio, a televisão, o cinema, entre outros recursos. João Goulart era tido como expressão do comunismo no Brasil. O discurso anticomunista presente na campanha ideológica da elite orgânica revolucionária se insere no contexto da Guerra Fria. Foi nesta atmosfera que o IPES/IBAD procurou atuar na sociedade nos anos compreendidos entre 1962 e 1964. Devido ao impacto que causou o comício pró-Reformas de Base, realizado em 13 de março na Central do Brasil, em frente ao prédio do Ministério da

Por movimento sindical, José Albertino Rodrigues entende todo o esforço informal e autêntico de conduzir a classe trabalhadora à luta por suas reivindicações; e por organização sindical, a tentativa formal e de cunho oficial da classe trabalhadora. Também destaca que a questão social na Primeira República foi tratada como questão de polícia, o que cerceava a ação dos militantes sindicais e políticos.

⁴ Tendo-se como referência Antonio Gramsci (1982, p. 4), entendem-se por elite orgânica os intelectuais tecnoempresários, empresários e militares, que tinham a capacidade de ser os organizadores de seus próprios interesses e da sociedade. Sendo assim, a elite orgânica eram os líderes e membros que compunham a estrutura formal do complexo IPES/IBAD (ver DREIFUSS - 1987, especificamente o capítulo V, que destaca o processo pelo qual os intelectuais orgânicos formaram o complexo político-militar IPES/IBAD).

Guerra, a ação do IPES/IBAD culminou no golpe de Estado de 31 de março de 1964. Nesse comício, em que João Goulart discursou sobre a importância e a urgência da reforma constitucional e de implementação das “Reformas de Base”, o presidente divulgou a assinatura de dois decretos: o de encampação das refinarias de petróleo particulares e o da Supra – Superintendência de Política Agrária, que foi considerado o primeiro passo para a efetivação da reforma agrária no país. O primeiro pautava-se na expropriação de todas as refinarias de petróleo de propriedade particular. Essas ficariam sob o controle da Petrobrás. O segundo implicava na expropriação de terra não utilizada de até 10 quilômetros de cada lado das refinarias, rodovias e projetos hidráulicos federais.

O presidente afirmava que reforma agrária com pagamento prévio em dinheiro, ou seja, com indenização, não seria uma reforma, mas um negócio agrário que interessava ao latifundiário, e não ao povo. Por isso, destacava que a reforma constitucional era premissa para que se efetivasse realmente a reforma agrária no país. Tinha como lema “Progresso com justiça e desenvolvimento com igualdade”, e enfatizava que:

A Reforma Agrária não é capricho de um governo, não é capricho de uma pessoa, de um programa de partido. É produto de inadiável necessidade que no Brasil constitui as esperanças do povo brasileiro. A Reforma Agrária é imposição do próprio progresso nacional para ampliar e melhorar o seu mercado interno, que necessita de maior produção para sobreviver. Nas fábricas e indústrias há tecidos e sapatos sobrando. Enquanto isso o povo brasileiro vive nu no interior da pátria. Suas crianças sem calçado, porque não têm poder aquisitivo para comprar esses produtos (*Apud* BRANCO, 1975, p. 264).

O presidente também anunciou planos para assinar outro decreto, que submeteria os preços dos aluguéis ao controle do governo e estabeleceria um limite

para estes. No comício, ficou expresso o desejo de reformas de base que provocariam mudanças em instituições básicas e na propriedade privada.⁵

As reformas de base foram apoiadas pelos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), conforme sugere Caio Toledo Navarro (1978, p. 153). Para o isebiano Osny Pereira Duarte, durante o governo Juscelino Kubitschek acentuou-se a internacionalização da economia brasileira e a “miséria nacional”, e para reparar as “injustiças” geradas pelo desenvolvimento se deveria fazer a revolução. Segundo Duarte, era necessário fazer reformas constitucionais para promover as reformas de base, ou seja, fazer a revolução antes que o povo a fizesse. Ele afirmava que os pobres empobreciam cada vez mais, enquanto os ricos se enriqueciam e formavam um grupo privilegiado que constituía a minoria.⁶

De acordo com a postura de Duarte, havia intelectuais que procuravam pensar a nação em nome do povo, analisando a sociedade brasileira, diagnosticando e receitando qual seria o “remédio” (reformas de base) para superar os problemas do país, ou seja, quais os caminhos e políticas que o governo deveria pôr em prática para promover o desenvolvimento e superar os problemas,, as chamadas injustiças que se abateram sobre o povo.

⁵ Sobre os possíveis impactos que provocariam as “Reformas de Base” na sociedade brasileira, ver PARKER (1977, p. 86) e DREIFUSS (1987, p. 290-291).

⁶ Os intelectuais reunidos em torno do ISEB, desde sua criação em 14 de julho de 1955 pelo Decreto n.º 57. 608, embora não tivessem um pensamento homogêneo, movidos por razões ético-humanistas, procuraram agir por meio da elaboração teórica, ou seja, do pensamento ideológico – a ideologia nacional-desenvolvimentista. Eles objetivavam o desenvolvimento do Brasil de forma ordenada e planejada, para que se pudesse superar o subdesenvolvimento. Nos últimos anos de existência do ISEB permaneceram apenas Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré, os quais foram responsáveis pela nova direção e “esquerdização” dos ideais propugnados na terceira fase do Instituto. Para compreender a postura de Duarte e seus contemporâneos, os isebianos, e a atuação do ISEB durante o governo de JK e João Goulart, veja-se TOLEDO (1978, p. 111-112; 190), PELEGRINI (1997, p. 73), LINHARES E SILVA (1999, p. 159-160).

As diretrizes políticas do governo Goulart, que caminhavam em direção à realização das reformas, divergiam dos interesses de empresários, de latifundiários, de setores conservadores da Igreja Católica e das Forças Armadas.

Forças externas e internas

Ao relatar a história das atividades norte-americanas no Brasil no início da década de 1960, Phyllis Parker (1977, p. 62) afirmou que os Estados Unidos apoiaram os elementos nacionais que estavam insatisfeitos com a política de Goulart. As atividades do governo norte-americano foram desde manipulações e sanções econômicas e políticas até apoio militar que favorecessem a destituição do presidente do Brasil. Tais atividades estavam sendo estudadas pela Agência Central de Informação (CIA) americana. A CIA tinha como preocupação a possibilidade de os militares brasileiros deflagrarem um golpe prematuro, o que poderia provocar uma forte reação de Goulart e a destituição dos oficiais que tinham interesses na aliança com os Estados Unidos.

Para efetivar suas ações e deflagrar o golpe de 1964, o complexo IPES/IBAD buscou e teve apoio nos cenários internacional e nacional. No âmbito internacional, como ressaltava Huggins (1998, p. 139), teve suporte dos Estados Unidos. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA tiveram uma política de abordagem indireta da venda de proteção, através da ideologia de contenção da Guerra Fria, contra “a ameaça comunista”, vendendo aos países da América Latina proteção e ajuda policial por meio de trabalho de informação e treinamento de policiais. Tendo este quadro como referência, entendemos que a suposta “ameaça comunista” procurou justificar a ajuda especializada em segurança nacional dos norte-americanos à América Latina. Os Estados Unidos apoiaram o golpe de Estado de 1964 através da operação *Brother Sam*, a qual não foi acionada, devido ao êxito da intervenção

militar que ocasionou a ruptura política de 31 de março. Temia-se que o movimento militar de 64 fosse derrotado, caso a luta se estendesse por um longo período, e a operação tinha como objetivo prestar “apoio logístico” ao Brasil, ou seja, assistência por meio do envio de armamentos e munição, como também combustível. O governo norte-americano acompanhou os desdobramentos da deposição de Goulart através de teleconferências entre o representante da embaixada norte-americana no Brasil, Lincoln Gordon, e a Casa Branca. Eles buscavam acompanhar os acontecimentos em Brasília, no Rio e nas principais cidades. Se tudo não ocorresse como pretendido pelos E UA, Gordon tinha a responsabilidade de acionar a operação chamada *Brother Sam*.⁷

Em âmbito nacional, o complexo IPES/IBAD teve apoio de grupos sociais conservadores que se opunham à política de Goulart, de maneira que sua ação política e ideológica procurou atingir vários setores da sociedade: as Forças Armadas, o Congresso, o Poder Executivo, a classe empresarial, os sindicatos, a classe camponesa, a Igreja, os partidos políticos e a mídia.

Os ativistas do complexo IPES/IBAD tinham como meta fundamental, no âmbito das Forças Armadas, fazê-las instrumento para liderar um movimento civil-militar que causasse a destituição do presidente João Goulart. O discurso expresso no material político deste complexo visava os oficiais de médio escalão, para que descreditassem no governo e temessem uma suposta “tomada comunista” do Brasil.

O IPES era apresentado para o público como uma organização educacional, que se propunha reduzir o analfabetismo das crianças pobres, e como um centro de

⁷ Ver SÁ CORRÊA (1977, p. 15-16) sobre a operação *Brother Sam*. Ernesto Geisel afirma que se a revolução tivesse dificuldades para atingir seus objetivos, os Estados Unidos dariam apoio ao Brasil, sobretudo com armamentos e munição (D'ARAÚJO e CASTRO, 1997, p. 155).

discussões acadêmicas. Camuflava assim seu real interesse, que era o de manipulação de opiniões e guerra psicológica contra o governo vigente, pretendendo readequar o Estado segundo os interesses da elite orgânica revolucionária. Essa elite agia e fazia campanha através da mídia e tomava medidas econômicas em relação aos empresários individuais que não haviam se “conscientizado” quanto à relevância de uma oposição ao governo de Goulart.⁸

As unidades políticas desse complexo estabeleceram-se no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, em torno de um Comitê Nacional que coordenava o outros estados onde IPESs semelhantes foram organizados: o IPESUL (Rio Grande do Sul), o IPES-Pernambuco, o IPES-Belo Horizonte, o IPES-Paraná, o IPES-Manaus, o IPES-Santos e outros centros menores. O IPES entendia que o Estado devia agir na economia somente quando fosse necessário preservar o monopólio, promover o desenvolvimento econômico e contribuir para a garantia da “paz social”. Em sintonia com a Doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra (ESG), acabou se tornando um grande divulgador desta doutrina.⁹

O IPES, no Estado do Paraná, teve como principal organizador militar o General Ernesto Geisel, que comandava a 5ª Divisão do III Exército. No âmbito civil do movimento, destaca-se a liderança de José Manoel Linhares de Lacerda, que coordenava unidades de grandes proprietários de terras, juntamente com os líderes do IPES da Associação Comercial do Paraná (ACOPA) e Paulo da Rocha Chueri, importante elo com a força policial do Estado. Essa estrutura do IPES no Paraná

⁸ Sobre a ação dos intelectuais orgânicos ou elite orgânica no âmbito militar, através do complexo IPES/IBAD, ver DREIFUSS (1987), especificamente o capítulo VIII.

⁹ Para o desenvolvimento de suas atividades o complexo IPES/IBAD contou com a colaboração de seus associados e contribuintes, que representavam diferentes instituições bancárias e financeiras importantes do país (ver DREIFUSS -1987:745-748).

teve suas bases no quadro de membros da ACOPA, do Conselho Nacional para a Reforma Agrária do Paraná e da Confederação Rural Brasileira.¹⁰

A deflagração do golpe

O ponto crucial que culminou no golpe de 31 de março de 1964 foi a realização do comício de 13 de março em prol das reformas de base, que já mencionamos - e também outros acontecimentos. Nesse mesmo mês de março, em discurso no Automóvel Clube do Brasil no Rio de Janeiro, Goulart demonstrou-se solidário aos marinheiros rebeldes e acusou uma minoria privilegiada pela crise brasileira. A maneira com que o Presidente conduziu e resolveu a revolta dos marinheiros (26 de março) não agradou aos militares, que prezavam a hierarquia e a disciplina. Os marinheiros, que reivindicavam "privilégios" políticos e melhorias das condições de vida, foram anistiados pelo presidente. Esta postura pôs ainda mais em descrédito a política de Goulart no âmbito das Forças Armadas. O General Mourão Filho, depois de ouvir pelo rádio o discurso do presidente de 30 de março, não hesitou em pôr suas tropas e tanques nas ruas de Minas Gerais rumo ao Rio de Janeiro, antecipando o golpe.¹¹

Diante desse quadro, os militares, com apoio da grande imprensa, de setores conservadores da Igreja Católica e de uma parcela da sociedade civil, procuraram conter as ações pró-reformas de base. Intensificou-se o discurso de salvaguardar a democracia contra a "ameaça comunista", fazendo surgir neste contexto as chamadas "Marchas da família com Deus pela Liberdade". Já em 19 de março, na Marcha de São Paulo, composta principalmente por mulheres, os cartazes atacavam prioritariamente o Presidente da República com *slogans* "Renúncia ou Impeachment"

¹⁰ Sobre as referências da organização do IPES, especificamente, no Estado do Paraná, ver DREIFUSS (1987), capítulos V e VIII.

¹¹ Ver PARKER (1977, p. 98) e COUTO (1999, p. 57), sobre a reação das Forças Armadas ao governo Goulart, especificamente a ação do general Mourão Filho.

e “Abaixo o imperialismo comunista”. Também uma frase muito pitoresca foi exposta em uma das faixas: “Vermelho bom, só batom”.¹² Segundo José Willington Germano (2000, p. 51), na opinião do arcebispo de Diamantina-MG, D. Geraldo de Proença Sigaud (um dos mais importantes representantes da Igreja Católica), o comunismo era uma “seita” destinada a destruir a família cristã. Ele afirmava que:

“o comunismo é uma seita internacional” que visa “instaurar o reino de Satanás neste mundo”, destruindo “a sociedade humana baseada na lei de Deus e no Evangelho”. Com efeito, “quem inventou este regime foi Satanás, que sabe que o melhor meio de levar os homens à perdição eterna é fazê-los rebelarem-se contra a ordem constituída por Deus”. (...) “como o homem é um simples animal, a família vale tanto como um casal de bichos. Por isso o comunismo ensina a dissolver as famílias, violentar as mulheres dos povos que não são comunistas...”

Em meio às agitações de 1964 para depor o presidente João Goulart, percebe-se que essa forma de discurso evocava a necessidade de barrar o comunismo no Brasil, incitando a população a reagir contra ele, o que propiciou as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. Na marcha em São Paulo, a multidão gritava em coro: “Um, dois, três, Brizola no xadrez” e também “Tá chegando a hora de Jango ir embora”.¹³ Visando compreender o apoio de parte da sociedade civil, a ação de contestação ao governo João Goulart, as opções políticas dos grupos sociais e o golpe de Estado de 1964, vamos fazer uma breve digressão, buscando definir o significado dos termos *sociedade civil*, *ideologia* e *hegemonia*.

Balizando conceitos: sociedade civil, ideologia e hegemonia

Para Norberto Bobbio (1987, p. 35), a sociedade civil é o espaço onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições têm que resolver por meio da mediação ou da repressão.

¹² Referências sobre a Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, ver PARKER (1977, p. 90), DREIFUSS (1987, p. 297), COUTO (1999, p. 48) e GERMANO (2000, p. 51)

¹³ Sobre o protesto contra o governo João Goulart ver também SILVA (1978, p. 339).

Tanto em Gramsci como em Marx, segundo Bobbio (1982, p. 32-36), a sociedade civil representa o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico. Ambos estruturaram suas teses sobre a sociedade civil a partir dos pressupostos de Hegel; porém, o primeiro deu ênfase à superestrutura, enquanto o segundo priorizou a estrutura. Para Hegel, a sociedade civil compreende a esfera das relações econômicas, como também as suas formas de organização, espontâneas ou voluntárias, ou seja, as corporações e sua primeira e rudimentar regulamentação no Estado de polícia. A sociedade civil, para Gramsci, é todo o conjunto das relações ideológico-culturais, e não mais “todo o conjunto das relações materiais”; é todo o conjunto da vida espiritual e intelectual. Bobbio expõe que a teoria de Gramsci introduziu uma profunda inovação no tocante a toda a tradição marxista. Para Gramsci, a sociedade civil pertence ao momento da superestrutura, não ao da estrutura (conjunto de relações econômicas). A teoria de Gramsci liberta-se da tradição marxista, que destaca a sociedade civil como pertencente à estrutura. Para Gramsci, a sociedade civil pertence à superestrutura ideológico-política, esfera em que atuam os aparatos ideológicos que procuram exercer a hegemonia e, por meio desta, obter o consenso.

Para Marx, a ideologia tem conotação crítica e negativa, constitui-se em distorção e ocultamento de uma realidade contraditória e invertida. Marx define a ideologia como uma falsa consciência. Algum tempo após a morte de Marx o conceito de ideologia começou a adquirir um novo significado. Os novos significados tomaram duas formas: ideologia como a totalidade das formas de consciência social e ideologia como as idéias políticas relacionadas com os interesses de uma classe. Essas maneiras de conceber o termo ideologia contribuíram para a substituição da conotação negativa, embora não ocorresse a reelaboração sistemática do conceito

dentro do marxismo. Para Lênin, a ideologia expressa a consciência política relacionada aos interesses de cada classe. Segundo Lênin, a ideologia não representa uma distorção, que oculta a realidade. As reflexões de Lênin desempenharam papel importante nas novas contribuições sobre ideologia e influenciaram o pensamento de Gramsci. Conforme Gramsci, a ideologia é a concepção de mundo. Ela é o campo em que os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição e lutam. Para Gramsci, é na ideologia e pela ideologia que uma classe pode exercer sua hegemonia sobre as outras. A própria classe, ao procurar se tornar hegemônica, cria seus intelectuais orgânicos. Ela utiliza aparelhos ideológicos como a escola e os meios de comunicação para contribuírem na produção e difusão de uma determinada concepção do mundo (BOTTOMORE, 1983, p. 183-186).

Segundo Gramsci (1981, p. 52), a estrutura (sociedade econômica) e a superestrutura (sociedade política, que agrupa o aparelho de Estado e a sociedade civil) formam um bloco histórico, ou seja, um conjunto complexo e contraditório com uma estreita relação de interdependência. No âmbito do bloco histórico é que se apresentam as forças materiais e a ideologia. Compreendê-las implica em entendermos como a hegemonia se apresenta no social.

Essa hegemonia dá-se por duas vias: como dominação e como direção intelectual e moral. Assim, um grupo social pode - e mesmo deve - ser dirigente antes de conquistar o poder governamental, e ao conquistá-lo, procura estabelecer controle sobre todos aqueles que contestam a ordem estabelecida - o governo dirigente (FERREIRA, 1986, p. 12).

A partir desses pressupostos, como compreender o papel desempenhado pelos intelectuais orgânicos e pela ideologia na sociedade em determinada época?

Cada grupo social, em determinado tempo, cria para si uma ou mais camadas de intelectuais, para dar-lhe homogeneidade e consciência de sua própria função nos campos econômico, social e político. Por exemplo, o empresário capitalista cria no espaço em que atua o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma cultura, entre outros profissionais (GRAMSCI, 1988, p. 3-4).

Para Gramsci (1988, p. 7-8), todos os homens são intelectuais, porém nem todos desempenham na sociedade a função de intelectuais. Em toda atividade humana há intervenção intelectual, ou seja, “não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*”. Todo homem, fora do âmbito profissional, desenvolve uma atividade intelectual qualquer. As pessoas participam de uma concepção do mundo, têm uma conduta moral. Isso contribui para a manutenção ou modificação de uma concepção do mundo, ou promove novas maneiras de pensar a sociedade.

Sob esse aspecto, as opções políticas da década de 1960 e o golpe de Estado de 31 de março expressaram a concepção do mundo dos grupos sociais que se opunham à forma de governar de Goulart, uma ruptura política que representou a conduta moral daqueles que procuraram transformar a sociedade de maneira conservadora. Os limites da intervenção militar eram a não-implementação das chamadas “Reformas de Base”, em nome do discurso ideológico de preservação da democracia e contenção do comunismo no Brasil.

Para Mikhail Bakhtin (1979, p. 29-32), todo discurso tem um significado. Ele afirma que cada época e cada grupo social têm seu próprio repertório de formas de discurso, explicitando isso em sua comunicação socioideológica. Como compreender este processo de produção do discurso?

É necessário associar a ideologia à realidade material do signo. Destaca que todo signo ideológico e todo signo lingüístico são marcados pelo horizonte social de

uma época e de um grupo social determinados. Assim, o signo ideológico é determinado pelas formas de interação social e possui um tema que tem sempre um significado de valor social. Embora diferentes grupos sociais utilizem um único e mesmo código ideológico de comunicação (a língua), as contradições surgem na medida em que seus interesses influenciam a produção do signo ideológico. Por isso, para Bakhtin o “signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes” (BAKHTIN, 1979, p. 32).

Ao se analisar o processo de conspiração iniciado desde 1961 contra Goulart e as opções políticas de seu governo, como também o golpe de Estado de 31 de março de 1964 e as opções políticas na reorganização do Estado brasileiro, pode-se ver que havia diferentes interesses dos diversos grupos que compunham a sociedade brasileira. Os diferentes grupos explicitaram suas concepções de mundo, ou seja, de sociedade, interferindo nas diretrizes políticas, econômicas e sociais antes e depois da deposição do presidente. Assim, o golpe de Estado de 1964 constitui-se em uma escolha entre as diferentes concepções do mundo em conflito naquele cenário político, produzindo o discurso ideológico de salvaguarda da democracia contra o comunismo. Por isso, pode-se concluir que a maneira de sentir, pensar e agir na sociedade expressa a concepção de mundo que os grupos sociais compartilham em determinado tempo.

Para se compreender melhor a escolha - a opção política de 31 de março de 1964 - torna-se necessário entender a relação entre ideologia e hegemonia.

Segundo Gramsci (1981, p. 16), o significado mais alto de ideologia é o de uma concepção do mundo que se manifesta em diversas esferas da sociedade, ou seja, na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas. Por hegemonia Gramsci entende uma unidade intelectual e

uma ética adequadas a uma concepção do real, superando o senso comum e tornando-se crítica, mesmo que dentro de limites restritos. De acordo com Gramsci (1981, p. 37), toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica verificada no interior da sociedade, entre os diversos grupos que a compõem, transcendendo os limites tanto da escola como da nação.

A partir dos pressupostos destacados por Gramsci, compreende-se hegemonia como a supremacia de uma concepção do mundo sobre outra, a supremacia de uma conduta sobre outra (FERREIRA, 1986, p. 9-10). A ação que se dirige ao fim de manter ou impor a outros uma unidade do pensamento e da vida – a concepção do mundo- pode ser denominada como ação hegemônica. Gramsci expõe que pode haver uma hegemonia política antes da conquista do poder governativo. Esta seria uma das condições necessárias para se conquistar o poder (FERREIRA, 1986, p. 12).

Nesta perspectiva, a relação entre ideologia e hegemonia permite-nos compreender os desdobramentos da conspiração contra Goulart. Havia diferentes projetos para o Brasil. De um lado estava o projeto de Nação de setores da sociedade que Goulart representava; e do outro, o projeto de Nação dos grupos que se opunham ao governo Goulart. Ambos tinham como objetivo promover o desenvolvimento do país, porém por caminhos diferentes.

No meio empresarial, a política de Goulart era tida como uma ameaça, por estar voltada para os interesses dos trabalhadores. O próprio Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) questionava a política governamental e fazia pressões, exigindo aumentos de salários e políticas nacionalistas e pró-reformas (Figueiredo, 1993, p. 99).

Frente a estes conflitos de concepções do mundo, pode-se destacar que o golpe de Estado de 1964 representou a ação hegemônica e expressou a ideologia dos grupos que divergiam das diretrizes políticas, econômicas e sociais de Jango.

Segundo Marilena Chauí (1980, p. 31), a ideologia é um fato social, produzido a partir de relações sociais muito bem-determinadas para surgir e se conservar, e não um amontoado de idéias falsas que prejudicam a ciência. É uma maneira de produção das idéias pelos grupos que compõem a sociedade, representada por formas históricas oriundas das relações sociais que as pessoas estabelecem.

É nessa direção que se pode compreender a postura anticomunista do regime militar, que procurou propagar seu discurso, enquanto verdade, utilizando-se da propaganda política, da educação e dos meios de comunicação social, e perseguindo seus opositores – “os comunistas”, por meio da censura política e outros instrumentais repressivos.

Visões do golpe

Na avaliação dos desdobramentos dos fatos e da eclosão do golpe de Estado de 31 de março de 1964, há diferentes interpretações para o que ocorreu. Os olhares e análises acerca desta ruptura política se diferenciam, variando de acordo com a concepção do mundo das pessoas que vivenciaram e interpretaram o golpe e a das pessoas que o analisaram e interpretaram posteriormente.

Nos anos que antecederam 1964 a elite orgânica revolucionária do complexo IPES/IBAD procurou tornar-se hegemônica, em detrimento do governo nacional reformista de João Goulart¹⁴.

¹⁴ Em 1963, uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada para averiguar as atividades e fontes de fundos da rede IPES, IBAD/ADEP (ADEP – Ação Democrática Popular do IBAD) e investigar as alegadas irregularidades nas eleições de 1962. Esta CPI fracassou, mas o governo de

Uma frase infeliz de João Goulart, segundo Celso Lungaretti (1989, p. 32), foi o estopim para aqueles que se opunham à postura política do presidente. Quando Goulart proferiu seu discurso no comício das “Reformas de Base”, afirmando que “não é com rosário que se resolvem os problemas do povo”, seus opositores não hesitaram em apropriar-se do significado desta frase em benefício próprio, para jogar com a opinião pública. Goulart referia-se ao que havia ocorrido com Leonel Brizola, em um comício no qual mulheres mineiras de rosário na mão o impediram de falar. Lungaretti explicou que não se pretendia agravar o rosário, mas sim, expressar que eram necessárias políticas (leia-se “Reformas de Base”) que aprimorassem a qualidade de vida do povo brasileiro.

Como ressalta D. Paulo Evaristo Arns (1985, p. 59), a classe média e setores conservadores dos trabalhadores rurais e urbanos foram ganhos pela propaganda anticomunista e uniram-se à agitação, que, amparada pela grande imprensa, motivou as “Marchas da família com Deus pela liberdade”. No Paraná, esta marcha ocorreu em Curitiba, em 26 de março de 1964, quando cerca de 30 mil pessoas desfilaram com faixas com o slogan “Acorda povo, conspiram contra tua pátria”.¹⁵

Ao analisar a conjuntura brasileira e os desdobramentos do golpe de Estado de 1964 e a Marcha da família com Deus pela liberdade de 2 de abril, ocorrida no Rio de Janeiro, o embaixador norte-americano Lincoln Gordon lamentava a “participação limitada das classes baixas na marcha”. Ele ressaltou a importância

João Goulart, em outubro de 1963, através de um decreto, fechou os escritórios do IBAD e da ADEP. Sobre estas referências ver DREIFUSS (1987, p. 336).

¹⁵ Sobre as informações da “Marcha da família com Deus pela liberdade”, ver o artigo de Celso Lungaretti, *Folha de Londrina*, 30 abr. 1989, p. 32.

dos militares, considerou-os como um fator essencial na estratégia de contenção do governo Goulart.¹⁶

Para os que participaram do golpe de Estado de 1964, como o general Ernesto Geisel, a ruptura política de 1964 foi necessária, visto que João Goulart pertencia a uma tradição vinda do trabalhismo getulista. Para ele, o governo de Goulart era faccioso, voltado inteiramente para a classe trabalhadora em detrimento do “desenvolvimento” e segurança nacional do país.¹⁷

Na perspectiva dos militares que ocupavam posições médias na hierarquia, como os oficiais - de maiores a coronéis -, o 31 de março é tido como um contragolpe ao golpe de esquerda que poderia estabelecer uma “república sindicalista ou popular” no Brasil. Para estes, o golpe foi resultado de ações dispersas e isoladas, devido ao clima de inquietação e incertezas na hierarquia com a existência de militares pró-Jango, que foram apelidados de “melancias (verdes por fora e vermelhos por dentro)”.¹⁸

Em contrapartida, o militante da esquerda brasileira daquele período Jacob Gorender (1987, p. 67) afirma que a ruptura política de 1964 não teve como princípio salvaguardar a democracia. Para ele, o movimento civil-militar se constituiu em um golpe direitista, de caráter contra-revolucionário preventivo.

Para o governo norte-americano, a deposição de Goulart da presidência da República brasileira era a “vitória” sobre a proliferação do comunismo no Ocidente. Assim, embora a operação *Brother Sam* tivesse sido organizada em 31 de março de

¹⁶ Sobre a visão do Embaixador norte-americano acerca da Marcha da Família com Deus pela Liberdade ocorrida no Rio de Janeiro e da ação dos militares ver PARKER (1977, p. 109-121).

¹⁷ Ver D'ARAÚJO e CASTRO (1997, p. 141) sobre a visão do general Ernesto Geisel em relação ao governo de João Goulart, quando questionado acerca de “Qual era exatamente o veto que se fazia a João Goulart?”.

¹⁸ Ver D'ARAÚJO, SOARES e CASTRO (1994, p. 15;155), onde se destacam os depoimentos de militares que ocuparam posições médias na hierarquia e que não tiveram uma liderança de destaque nos preparativos do golpe de Estado de 1964, mas foram importantes na implementação e manutenção do regime militar.

1964, para prestar apoio ao movimento civil-militar no Brasil, ela foi desativada sem entrar propriamente em ação. No final das teleconferências entre a embaixada americana do Rio e a Casa Branca em 2 de abril, os Estados Unidos enviaram mensagem de apoio ao novo governo que se estabelecia. Na teleconferência de 2 de abril de 1964, das 23:00 horas, o governo norte-americano pediu à embaixada que distribísse para a imprensa brasileira sua mensagem de saudação ao novo governo:

Aceite os meus calorosos votos de felicidades na sua posse como Presidente dos Estados Unidos do Brasil. O povo americano tem seguido com ansiedade as dificuldades políticas e econômicas que sua Nação atravessa, e admirado a resoluta disposição da comunidade brasileira para resolver essas dificuldades dentro dos parâmetros da democracia constitucional e sem conflito civil.

As relações de amizade e cooperação entre nossos dois governos e povos representam um grande legado histórico e uma arma preciosa para os interesses da paz, da prosperidade e da liberdade neste hemisfério e no mundo. Contamos com o contínuo reforço dessas relações e com a intensificação dessa cooperação, nos interesses do progresso econômico e da justiça social de todos, e da paz neste hemisfério e no mundo (Apud SÁ CORREA, 1977, p. 29).

Ao saudar o governo brasileiro, os EUA acenaram para a possibilidade de estabelecer relações com o novo governo, alegando que, com cooperação, o progresso e a justiça social se estenderiam a toda nação democrática. Tal discurso deve ser compreendido no contexto da Guerra Fria.

Frente ao êxito do golpe, Gordon declarou que a “deposição de facto” de Goulart representava “uma vitória para o mundo livre”. Ele expôs ao governo norte-americano que, para se garantir a estabilidade do novo governo brasileiro, deveria ser dado apoio a toda solicitação de ajuda econômica de emergência por parte dele.¹⁹

¹⁹ Ver HUGGINS (1998, p. 139-140).

Em texto de 1986, Lincoln Gordon, que era o embaixador americano no Brasil em 1964, negou a participação americana no golpe de Estado de 1964. Ele afirmou que a “revolução” ocorrida no Brasil foi 100% um movimento brasileiro. Após a divulgação das conversas do presidente Lyndon Johnson, Gordon disse à imprensa que prestou apoio a Castelo Branco em 1964; mas ele destacou que, se alguém sugerisse que a “revolução” iria dar em um regime de exceção com duração de 21 anos, dir-se-ia que o indivíduo estaria louco. Ainda em suas declarações, relatou que a *Operação Brother Sam* foi uma operação da marinha de guerra por ele mesmo dirigida, e , que essa operação não foi totalmente deflagrada porque o golpe ocorreu pacificamente, motivando-o a enviar um telegrama para suspendê-la.

A versão dada por Gordon sobre o objetivo da *Operação Brother Sam* é questionada por Parker. Segundo Gordon, a idéia era ter nas proximidades da costa brasileira navios de guerra que pudessem ajudar os cidadãos americanos a fugir do Brasil se houvesse uma guerra civil. Ressaltou que no dia do golpe os navios norte-americanos estavam longe da costa brasileira. E mais, que a CIA havia encomendado ao governo americano três navios-tanque cheios de petróleo, devido ao pedido de alguns empresários de São Paulo, que temiam a possibilidade de conflitos e destruição dos oleodutos paulistas por meio de dinamites.

A justificativa de Gordon para a organização da *Operação Brother Sam*, como afirma Ronaldo Costa Couto (1999, p. 57), não se sustenta, pois os americanos tiveram conhecimento prévio, interesse e participação no golpe de Estado de 1964. Se fosse necessário, os norte-americanos estavam decididos e programados para apoiar os golpistas, que tiveram sua ação antecipada pelo general Mourão Filho. Para Couto, isso fazia parte da política da Guerra Fria, e os EUA não admitiam a política do governo Goulart, que para eles era a expressão do comunismo na América do Sul.

Assim, para o cientista político e historiador uruguaio René Armand Dreifuss (1987, p. 397), o 31 de março de 1964 não foi um mero golpe militar, mas um movimento civil-militar que pôs fim ao regime populista. Segundo Dreifuss, isso representava a chegada ao poder do bloco associado-multinacional, ou seja, do poder econômico da burguesia financeiro-industrial multinacional associada aos grupos empresariais nacionais, que ocultou seus reais interesses por meio do discurso anticomunista, de salvaguarda da democracia e de segurança nacional. As atividades des envolvidas p ela elite o rgânica r evolucionária at ravés do c omplexo IPES/IBAD, de caráter conspiratório com grande participação da burguesia, teve como objetivo destituir João Goulart da presidência e conter as forças populares que o apoiavam. Buscou-se desagregar o bloco histórico-populista ou nacional-reformista e levar os interesses do bloco associado-multinacional à esfera do Estado.

Essa análise e interpretação dos acontecimentos de 1964 com ênfase na idéia de conspiração e na participação da burguesia é questionada pela cientista social e professora do Departamento de Ciência Política da UNICAMP Argelina Cheibub Figueiredo (1993, p. 171-174). Segundo Figueiredo, a conspiração foi uma condição necessária, mas não suficiente, para o sucesso do golpe de Estado de 1964. Ela afirma que, desde o início do governo de Goulart em 1961, este assumiu a Presidência sob a ameaça de golpe, visto que as Forças Armadas se opunham a ele já naquele período. O desejo de intervenção militar não teve respaldo no interior da sociedade civil. A Campanha pela Legalidade iniciada por Leonel Brizola (governador do Rio Grande do Sul), com o objetivo de preservar o respeito à Constituição, fez com que as Forças Armadas não tivessem o apoio popular necessário para agir e impedir que Jango assumisse a Presidência.

A Campanha pela Legalidade contou com apoio de diversos grupos sociais, desde os militares às donas de casa, os quais procuraram garantir a posse de Jango após Jânio Quadros renunciar ao cargo de presidente em 24 de agosto de 1961. No interior das Forças Armadas havia divergências: uns se posicionavam contra João Goulart, enquanto outros se manifestavam a favor da legalidade. O “Manifesto dos ministros militares” de 30 de agosto de 1961 expunha que Goulart, ao assumir o cargo de presidente, representaria perigo para a manutenção da ordem, da lei, das instituições democráticas, e possibilitaria a intensificação de atividades comunistas no país. De maneira diversa, o “Manifesto do marechal Lott” destacava a necessidade de respeitar a Constituição, e assim convocou estudantes, intelectuais, operários e o povo em geral para resistir e preservar o regime democrático brasileiro. Isso nos permite verificar que as Forças Armadas não eram coesas quanto à intervenção militar. Além de manifestos em prol da legalidade, a rede radiofônica “Rede Nacional pela Legalidade” possibilitou que o movimento não se restringisse ao Rio Grande do Sul, sendo constituída por cerca de 150 emissoras, que faziam transmissão para todo o país e para o exterior.²⁰

A solução para aquele impasse foi a Emenda Constitucional n.º 4, de 2 de setembro de 1961, instituindo o sistema parlamentarista, o que significava a limitação do poder do Presidente, ou seja, os poderes e a ação de Goulart quando assumisse o governo, poderes que foram restabelecidos em 1962, quando houve o plebiscito que possibilitou o retorno ao presidencialismo.²¹

No novo governo presidencialista, Goulart lançou o Plano Trienal, com o objetivo de superar os problemas econômicos e propiciar o crescimento. Com ele

²⁰ Sobre a Campanha de Legalidade e os manifestos em prol e contra João Goulart ver LABAKI (1986, p. 82;147-150)

²¹ Sobre o sistema parlamentarista, ver FIGUEIREDO (1993, p. 35-50,) capítulo “Goulart no poder: compromisso institucional” e LABAKI (1986, p. 102-133) capítulo “A solução parlamentarista”.

buscava-se transformar a precária situação econômica brasileira, tendo-se como metas básicas o combate à inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico e reformas institucionais, contemplando mudanças no aparelho administrativo, nos sistemas bancário e fiscal e na estrutura agrária. Prestaram apoio inicial ao governo diversos grupos, como a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), as Associações Comerciais (AC), a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEG), a Confederação Nacional do Comércio (CNC). Já o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) se posicionou contra o Plano Trienal; exigia uma política mais agressiva por parte do governo, fazendo reivindicações econômicas que garantissem melhores condições de vida e trabalho. Tanto o CGT como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se opuseram ao plano. O ponto comum entre os grupos que apoiavam e se opunham ao governo Goulart era a exigência de uma política salarial mais claramente definida.²²

A política de Goulart, conforme Figueiredo (1993, p. 177), pode ser vista como uma tentativa, por parte do governo, de promover um acordo entre grupos diferentes, isto é, entre os grupos comerciais e industriais por um lado e trabalhadores pelo outro. Esta iniciativa do governo Goulart não foi seguida de pleno êxito, visto que, após a fase sucessória, as divergências de interesses dos grupos que compunham a sociedade brasileira se acirraram, e em 1964 constata-se baixa no crescimento econômico, aumento da inflação e a dívida externa sem solução.

²² Ver FIGUEIREDO (1993, p. 97-104) e GORENDER (1987, p. 55) sobre os grupos que apoiaram e se opuseram à política de Goulart, visando ampliar a reflexão acerca do conflito de interesses dos diversos grupos que compunham a sociedade brasileira.

Tais conflitos de interesses contribuíram para gerar insatisfação com as políticas de Jango.

Diante disso, Figueiredo (1993, p. 174) questiona a postura de Dreifuss quanto ao peso que atribuiu à burguesia. Dreifuss afirma que esta teve um papel de liderança e de coordenação na conspiração. Para Figueiredo, Dreifuss negligencia a existência de diversos grupos no âmbito das elites militares e civis conspirando contra governo Goulart, o que propiciou o golpe e supressão do governo democrático.

A historiadora Maria Aparecida de Aquino (1994, p. 33-35) propõe uma reflexão muito original e fundamentada sobre as diferentes interpretações da ruptura política de 31 de março de 64. Segundo a professora de História Contemporânea da USP, há uma diversidade de denominações para o que ocorreu no Brasil a partir de 31 de março de 1964: golpe, revolução, contra-golpe e contra-revolução. Ao pontuar o significado de cada uma destas denominações com base no **Dicionário de Política**²³, ela destaca que o termo “revolução” geralmente é utilizado para momentos de ruptura e de grande aceleração de mudanças, que afetam significativamente a população da região envolvida. Quanto ao termo “contra-revolução”, entende-se como um movimento que poderá desempenhar duplo papel: pode impedir que se dê a chamada “revolução”, ou opor-se a mudanças que possam afetar e desestruturar as bases do poder de grupos dominantes. Já o “golpe de Estado” seria um ato realizado por órgãos do Estado, geralmente “levado a cabo pelas Forças Armadas ou contando com sua cumplicidade”, podendo ser acompanhado ou não de mobilizações políticas e sociais e eliminando a pluralidade político-partidária. Por seu turno, “contra-golpe” implicaria em compreender a

²³ BOBBIO et alii (1992, p. 6-9)

deposição de João Goulart como tentativa de conter a manobra continuísta do presidente, justificando a destituição devido à tentativa de golpe do presidente no poder. Os golpistas utilizam este termo para justificar suas ações. Com relação à hipótese de uma “contra-revolução preventiva”, esta é negada com os desdobramentos dos acontecimentos, pois houve ausência quase completa de reações de resistência ao golpe de Estado.

Frente a essas concepções sobre 1964, constata-se que o fato é focalizado por diferentes olhares e pode-se questionar: como compreender a ruptura política de 31 de março? Aquino fornece os elementos para a reflexão.

Segundo Aquino (1994, p. 35), o 31 de março pode ser caracterizado como um golpe de Estado, que contou com a participação de diferentes grupos sociais - como setores empresariais, setores médios de profissionais de diversas categorias, parte do clero e parcela significativa dos militares. Foi uma deposição não seguida de intensa mobilização popular, e que possibilitou a reorganização da esfera estatal de maneira diversa do governo Goulart. Estruturou-se um Estado autoritário - como enfatiza Aquino, - que procurava combater toda forma de resistência à ordem vigente, e ao mesmo tempo, obter maior legitimidade por meio da difusão do ufanismo de nação destinada ao progresso mediante “segurança e desenvolvimento”, principalmente durante o governo Médici com o propalado “milagre econômico”.

Assim, pode-se compreender que o golpe de Estado de 31 de março de 1964, que promoveu a deposição de Goulart e procurou conter as forças populares que o apoiavam, instaurou no Brasil um Estado autoritário, reprimindo toda forma de dissidência (fosse ela oriunda da instituição militar ou da sociedade civil).

❖ Parte II – Procedimentos metodológicos e técnicos

Durante a organização do Estado autoritário pós-1964, verifica-se que algumas instituições foram extintas, como é o caso do ISEB em 13 de abril de 1964, o qual havia apoiado as “Reformas de Base” no governo Goulart TOLEDO (1978, p. 184).

Além disso, visando à manutenção da segurança nacional, foram instaurados vários inquéritos policial-militares (IPMs), para investigar atividades supostamente subversivas, que pudessem comprometer a ordem estabelecida.²⁴ A Operação Marumbi, instaurada na primeira quinzena de setembro de 1975 no Estado do Paraná, é exemplo disso.²⁵ O Estado que então se organizava não hesitou em utilizar outros instrumentais repressivos, como a censura política à imprensa, para eliminar a dissidência. As práticas de censura política foram realizadas de diversas maneiras, ou seja, por meio de telefonemas e bilhetes às redações dos órgãos de divulgação, e às vezes, mediante a presença, junto aos redatores dos jornais, de censores, os quais faziam “cortes” e expunham o que poderia ou não ser divulgado.²⁶

Foi sob a organização do Estado autoritário após o golpe de Estado de 1964 que se deu a produção das fontes aqui por nós analisadas. Assim, procura-se compreender e destacar os elementos constitutivos do discurso expresso nos editoriais da grande imprensa escrita paranaense, nomeadamente dos jornais **Folha de Londrina**, **Gazeta do Povo** e **O Estado do Paraná**, veiculados nos dias

²⁴ Sobre a instauração de Inquéritos Policiais Militares durante o regime militar, ver DREIFUSS (1987, p. 423) e CUNHA (1998, p. 52).

²⁵ Quanto à operação Marumbi ver HELLER (1988, p. 369-409), VIEIRA (1998, p. 272-274), e também os vinte volumes do processo n. 745 sobre esta operação, catalogado no Projeto Brasil Nunca Mais, como o BNM n. 551, integrante do acervo do Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP, Campinas-SP.

²⁶ Sobre os instrumentais de repressão aos órgãos de divulgação ver AQUINO (1990, p. 141) e (1999, p. 56). Segundo Anne-Marie Smith (2000, p. 23), desde o Império aos tempos da República, o Estado brasileiro procurou estabelecer controle sobre a imprensa por meio da censura.

correspondentes às datas cívicas: a “Revolução” de 31 de março, o Dia do Trabalho – 01 de maio, o Dia do Soldado – 25 de agosto, a Independência do Brasil – 7 de setembro, a Proclamação da República – 15 de novembro e o Dia da Bandeira Nacional – 20 de novembro, nos anos compreendidos entre 1975 e 1979. Opta-se por esta amostragem porque não seria possível ler todos os editoriais produzidos no período de análise no âmbito de uma pesquisa de Mestrado.

Além disso, a “data cívica” é a ocasião por excelência em que os organismos oficiais se manifestam ao público, quando procuram reiterar as fundações ideológicas que os suportam; e o fazem, recuperando a discussão de valores e crenças que são suas, próprias do regime, como se fossem valores universais. É na força da palavra, proferida em alta voz na data cívica, que o regime expõe seus pressupostos e procura exercer sua hegemonia sobre o conjunto da população.

A escolha dessas “datas cívicas” está relacionada a duas premissas. A primeira é a postura do regime militar, cuja propaganda política, produzida pelas agências Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) e Assessoria de Relações Públicas (ARP), construía a imagem ufanista da nação brasileira. Tal postura era vivamente veiculada nas comemorações cívicas, quando se exaltava a história do Brasil. Como segunda premissa, o regime militar destacava a importância da segurança nacional e da ordem associada ao trabalho, imperativos na sociedade para que houvesse o pleno desenvolvimento do país, visando torná-lo uma potência mundial.

Para que tal empreendimento ocorresse, como afirma a historiadora Sandra de Cássia Araújo Pelegrini (1998, p. 75), o empresariado brasileiro procurou promover a formação do povo por meio da Educação, para transformar o homem brasileiro em um homem produtivo, comprometido com o desenvolvimento do país.

É nessa direção que se dá a regulamentação das disciplinas de Educação Moral e Cívica e da Educação Física durante a reorganização do Estado pós-1964. Tinha-se a necessidade de “educar” o povo brasileiro segundo os padrões políticos, econômicos, sociais e morais propugnados pelo governo vigente. Assim, a Educação Moral e Cívica e a Educação Física se constituíram em vias para o empreendimento de construção da nação brasileira. O regime militar pretendia “educar” e disciplinar a mente e o corpo do povo.

Além disso, no regime militar se atribuiu um novo significado aos símbolos nacionais. Essa postura, para Carlos Fico (1997, p. 95), deve-se ao contexto de contradições vivenciado pelos propagandistas do regime: era necessário enaltecer valores positivos de caráter moralizante entre os brasileiros, mesmo convivendo com um regime autoritário, com censura política, perseguições políticas, entre outras práticas que coíbiam as ações dos que contestavam a ordem vigente. Por isso, eles desenvolveram uma “estratégia retórica” para destacar o contrário do que havia, o governo autoritário.

Foram analisados 90 editoriais, publicados naqueles jornais e datas anteriormente referidos. Para efetuar a desconstrução do discurso, tiveram-se como referência as orientações metodológicas da análise histórico-literária de textos narrativos (CARDOSO, 1997, p. 23-99). Os elementos que a compõem serão apresentados na medida em que serão analisados os editoriais nos capítulos subsequentes.

Ao se proceder à análise dos editoriais dos jornais paranaenses, constatou-se a recorrência de alguns temas, como a idéia de nação, de Educação e civilidade, a idéia de desenvolvimento associada à segurança, dando ênfase ao papel das Forças Armadas e dos civis, como também a idéia de democracia. Tais temas

recorrentes nos editoriais nos inspiraram na organização dos quatro capítulos que compõem a dissertação.

O gênero do discurso jornalístico possui suas especificidades. Ele abre algumas questões: em que implica a análise de um editorial? Qual seu significado nos diversos espaços em que os homens atuam?

José Marques de Melo (1994, p. 95-96) afirma que o editorial expressa a opinião institucional da empresa. A seleção que na prática se aplica à linha editorial significa a ótica através da qual a empresa jornalística vê o mundo. Tem como objetivo interferir nos espaços de atuação dos homens e procura formar a opinião pública acerca de determinado assunto ou tema do dia de acordo com sua experiência histórica.

Para Ângela de Castro Gomes (1981), por meio da linha editorial e outros procedimentos dos periódicos pode-se observar a orientação política do jornal, como também os recursos jornalísticos utilizados para chegar a determinados objetivos. A orientação política do jornal caracteriza-se por duas modalidades: de um lado procura "mascarar" seu comprometimento com alguma questão, o que é bem usual na imprensa; por outro lado, procura a ampliação de sua ação, burlando a censura política.

O Estado que se organizou no Brasil a partir do golpe de Estado de 31 de março de 1964 procurou implementar um projeto político-econômico fundamentado no binômio "segurança e desenvolvimento", por meio do qual pretendia estabelecer um novo padrão de valores ao povo brasileiro.

Algumas questões sobre o contexto histórico do período do regime militar devem ser pensadas, para fundamentar a análise do discurso da grande imprensa que se realizará a seguir: Que função cabia ao Estado na construção da nação

naquele momento? Que papel coube ou foi designado às Forças Armadas e ao povo brasileiro na construção do Estado-nação? Qual história devia ser narrada e digna de memória para a população brasileira? Que função deviam cumprir os meios de comunicação - no caso específico, a imprensa escrita - na construção do Estado-nação?

O estudo se estende ao ano de 1979, quando o processo de abertura política, iniciado em 1974 pelo presidente República Ernesto Geisel, resultou na “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” de 1979, durante o governo do presidente João Batista Figueiredo. A anistia resolveu os problemas de cidadania política, mas não os problemas pertinentes aos direitos humanos, já que “absolveu” tanto a ação dos que se opunham ao regime militar como a dos agentes dos órgãos de repressão que, em nome da segurança nacional, perseguiram os que se opunham à ordem vigente. A “anistia deveria ter o *dom* de passar uma borracha no passado, virar uma página da história”.²⁷

Por meio da abertura política de caráter lento e gradual procurou-se restabelecer o regime democrático, construindo os alicerces para a saída dos militares da esfera administrativa do Estado. Objetivava-se evitar revanchismo e represálias aos grupos que compunham o governo e suas instituições. Procurou-se apagar a ação dos órgãos de segurança, pois para o setor conservador das Forças Armadas, a chamada “linha-dura”, devia-se evitar qualquer forma de revanchismo.

O revanchismo poderia colocar em julgamento e levar à condenação a ação dos militares. Vale destacar que, embora o processo de abertura política caminhasse em direção à redemocratização, ele foi permeado de contradições, visto que, para se manter a ordem, os agentes responsáveis pela segurança nacional não hesitaram

²⁷ Sobre o processo de abertura política, que resultou na aprovação da lei de anistia geral em agosto de 1979, ver COUTO (1999, p. 440), D'ARAÚJO (2000, p. 6) e CARVALHO (2001, p. 173).

em sair à caça aos chamados “comunistas”. Exemplo disso é a instauração da Operação Marumbi no Paraná, como já se mencionou anteriormente, em pleno governo Geisel.

Segundo Aquino (1990, p. 141), a censura política à imprensa escrita se intensificou, durante o processo de distensão política. Esta situação põe em evidência a dificuldade encontrada pelo governo Geisel, em estabelecer controle sobre a linha-dura.

O período da abertura política foi permeado de contradições. Havia políticas voltadas tanto para o afastamento gradual dos militares da esfera administrativa estatal evitando-se o revanchismo, como as que buscavam manter a ordem na sociedade, fazendo surgir ações arbitrárias e repressoras oriundas dos agentes de segurança.

A análise do discurso da grande imprensa escrita paranaense tem como foco o contexto histórico da abertura política do regime militar, um período que marcou a recente história do Brasil republicano. Esta análise será apresentada por meio dos quatro capítulos organizados neste trabalho.

O primeiro capítulo trata da organização do Estado brasileiro oriundo do golpe de 1964, que, por meio da propaganda política, enfatizou a idéia de nação destinada a um futuro de promissor, com base no projeto político-econômico assentado no binômio “segurança e desenvolvimento”.

O segundo capítulo destaca o papel atribuído ao herói pelo discurso oficial do Estado-nação durante o regime militar, como a história do Brasil foi narrada ao povo brasileiro pela grande imprensa escrita paranaense e a concepção de história que permeou seu discurso. A Educação se constituiu em um instrumento para a divulgação de fatos e dos grandes homens dignos de memória, que contribuíram

para a construção da identidade nacional e para a reeducação da população, no sentido de formar o “novo cidadão”, elemento fundamental no processo de desenvolvimento propugnado pelo governo. Os heróis deviam ser lembrados pelo povo brasileiro e tidos como referência para o agir do dia-a-dia.

O terceiro capítulo expõe a ação dos órgãos de segurança no Estado do Paraná durante a abertura política, especificamente nos desdobramentos da Operação Marumbi, a partir de setembro de 1975, o que expressa uma das contradições existentes no governo Geisel. Dá destaque às dificuldades de caráter político, econômico e social encontradas pelo General-Presidente; quando procurou promover o desenvolvimento seguro, conter a ação dos agentes de segurança e o afastamento gradual dos militares da esfera administrativa estatal. Assim, visa-se destacar a ênfase dada no discurso dos jornais paranaenses ao termo segurança e aos papéis que deveriam desempenhar as Forças Armadas e os civis.

No quarto capítulo põe-se em destaque a idéia de democracia presente no discurso oficial e em que medida a grande imprensa escrita paranaense esteve em sintonia, divergiu e se distanciou dela.

Busca-se pôr em evidência que a “democracia” concedida pelo Estado brasileiro pós-1964 ao povo, gradualmente perdeu a credibilidade dos setores sociais que o haviam apoiado na deposição de João Goulart. Os vários atos institucionais, o recrudescimento do regime com o AI-5, a repressão, as denúncias nos âmbitos nacional e internacional do emprego de tortura aos presos políticos, as dificuldades econômicas como o arrocho salarial e a inflação fizeram desvanecer os ideais de nação democrática e contribuíram para a deterioração da imagem do regime militar.

CAPÍTULO I

ESTADO-NAÇÃO NO BRASIL PÓS-1964

Sabemos muito pouco sobre o que aconteceu ou sobre o que acontece nas mentes da maioria dos homens e mulheres mais relativamente desarticulados, para podermos falar com alguma confiança sobre seus pensamentos e sentimentos a respeito de nacionalidades e Estados-nações aos quais proclamam suas lealdades.

Eric J. Hobsbawm (1990, p. 93-94)

Governo algum pode prescindir, dos meios de Comunicação Social, indispensáveis à formação cívica das massas, educando-os a participar de nosso formidável processo de desenvolvimento. Lição essa que nos foi ensinada pelo presidente Emílio Médici que, em seu já histórico governo, colocou a Comunicação a serviço do desenvolvimento, motivando todo o país e criando uma consciência de trabalho como nunca havíamos conhecido.

Parigot de Souza
[Governador do Paraná/1973]

Durante o regime militar no Brasil pós-1964 foi aberta a temporada de “caça aos comunistas”. Por meio do golpe de Estado de 31 de março, o movimento civil-militar depôs o presidente João Goulart. Os militares, uma vez instalados na esfera administrativa do Estado, procuraram traçar diretrizes políticas, econômicas e sociais distintas das de Goulart. Neste período, “segurança e desenvolvimento” eram termos que se constituíram em interesses de primeira instância. Todo indivíduo que contestasse ou transgredisse a ordem vigente era tido como “comunista” ou “subversivo” e combatido com veemência pela repressão. O relato estruturado a seguir tem como referência informações contidas no texto original do diário do ex-presos político Ildeu Manso Vieira, que denuncia a prática de tortura e a atuação dos órgãos de segurança nos “anos de chumbo” no Estado do Paraná.

Curitiba, 16 de setembro de 1975.

Era madrugada e Ildeu Manso Vieira não conseguia dormir, pois os gritos de sua vizinha de cela ecoavam na Clínica Marumby. Os torturadores massacravam uma mulher de nome Dirce Alves e uma criança. Embora a mulher negasse ser a pessoa que os agentes procuravam, eles continuaram a sessão de tortura. A mulher dizia: “Pelo amor de Deus, acreditem em mim”. Quanto mais ela gritava, eles pronunciavam: “bandida... comunista, filha da puta...”. Mas, em dado momento, as vozes silenciaram. O que teria acontecido? Depois de algum tempo de silêncio, Vieira ouviu barulhos de agitação. Os agentes do DOI – CODI estavam desesperados com a notícia de São Paulo recebida pelo rádio. Um deles não hesitou e exclamou: “Que merda, pessoal! Pegamos a mulher errada. A falsificadora de carteira de identidade está presa em São Paulo”. Novamente tudo se silenciou. No outro dia, a tal mulher torturada e seu filho desapareceram das dependências do cárcere. Mais uma vez, os agentes de segurança ocultaram sua atuação nos interrogatórios a que procediam. Não se falou mais em Dirce, nem a população brasileira tomou conhecimento disso.²⁸

Durante o regime militar, os termos “segurança e desenvolvimento” faziam parte da atmosfera, como imperativos da sociedade. Nesta perspectiva, neste primeiro capítulo objetiva-se destacar a organização do Estado pós-1964 e sua visão ufanista da nação brasileira, que era pensada a partir de três temporalidades: passado, presente e futuro.

²⁸ O relato original integra o diário do ex-presos político Ildeu Manso Vieira, preso, julgado e condenado durante os desdobramentos da operação Marumbi, que foi iniciada no estado do Paraná na primeira quinzena de setembro de 1975. Cf. VIEIRA (1998, p. 32-33).

❖ A organização do Estado no regime militar: a reconstrução da nação

Durante a organização do Estado brasileiro após o golpe de 1964, no novo quadro político-militar de Segurança Nacional, as informações do arquivo do IPES foram canalizadas para os inquéritos policiais militares (IPMs), que se instauraram após o golpe. O IPES tinha o papel de investigar as atividades supostamente “subversivas”, que seriam todas aquelas em que os agentes sociais envolvidos pudessem colocar em “perigo” a ordem estabelecida, as quais, por isso, deveriam ser combatidas com veemência pelos órgãos de segurança.

Nesse contexto, as agências da propaganda política sob a ditadura, a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) de 1968 e a Assessoria de Relações Públicas (ARP) de 1976, procuraram difundir idéias entre os grupos sociais, conferindo ao Estado brasileiro pós-1964 uma imagem positiva de conduta da nação a caminho do progresso – a de ser um país política e economicamente independente, dissimulando o caráter autoritário do governo.

Para o militar da baixa oficialidade Cyro Guedes Etchegoyen, as expressões utópicas sobre o país, como “Brasil do futuro”, “Brasil gigante”, “Brasil-potência”, “Brasil grande”, nasceram da “Revolução” de 1964, da conspiração.²⁹

Tendo como referência a história do Brasil, pode-se constatar que a idéia de país destinado ao progresso ou de país do futuro antecede a conspiração e o golpe de Estado de 31 de março de 1964.

O governo Vargas pós-1930 é um dos que melhor demonstraram preocupação em produzir a idéia de nação associada ao progresso, por meio da propaganda política. Para que isso ocorresse, outras diretrizes políticas, econômicas

²⁹ Ver o depoimento do militar Cyro Guedes Etchegoyen, em D'ARAUJO, SOARES e CASTRO (orgs.) (1994, p. 181).

e sociais foram delineadas. Essas constituíram o projeto para a nação e contribuíram para a produção do discurso de valorização do trabalho e do trabalhador. Buscava-se promover o desenvolvimento do país por meio da industrialização. A idéia de trabalho, para a inteligência varguista, era “vendida” como uma via para propiciar o progresso material e espiritual, a construção do homem e da nação. Dai decorre a política de valorização do trabalho e do trabalhador, como também a de combate ao ócio, à malandragem, ao vício, à sensualidade e à indisciplina. Combatia-se todo comportamento que pudesse inviabilizar a formação do trabalhador produtivo e ordeiro. O trabalho era proposto como valor básico. Nessa atmosfera, observa-se que os ideólogos nacionalistas se preocuparam com a música brasileira, principalmente com a música popular. Eles buscavam incentivar as letras de exaltação ao trabalho, estimulando a criação de sambas que fizessem apologia ao nacional. A “Aquarela do Brasil”, de Ary barroso, é exemplo desse empreendimento. No período varguista, eram conceitos unificadores os termos povo e nação, ou seja, povo e Estado unidos e tendo um objetivo em comum – o desenvolvimento do país. Neste sentido, o conagraçamento, a conciliação e a harmonia no interior do Estado-nação, difundidos na propaganda política, sobrepuseram-se às contradições e conflitos de interesses dos diversos grupos que compunham a sociedade brasileira.³⁰

Ao se retomar o contexto do Estado brasileiro pós-1964, para expressar a idéia de Estado-nação predestinado ao sucesso, a propaganda política utilizou a valorização da mistura racial, a crença no caráter benevolente do povo, o enaltecimento do trabalho e a idéia de nação baseada nos princípios da coesão e cooperação. A esta identidade de brasilidade do Estado-Novo (1937-1945) atribui-se

³⁰ Sobre o governo Vargas pós-1930, ver MARTINS (1998, p. 191), CAPELATO (1998, p. 115), LINHARES e SILVA (1999, p. 115), LOPEZ (1997, p. 50-51).

um novo significado, ou seja, a propaganda política do regime militar exaltou os símbolos nacionais, com o objetivo de promover o enaltecimento da idéia de nação destinada ao sucesso.

Segundo Carlos Fico (1997, p. 130), durante o regime militar houve a preocupação de exaltar e fazer a defesa dos sentimentos nobres do Estado-nação, desenvolvendo campanhas de cunho educativo ou cívico. Ele afirma que por meio da propaganda política, o governo concedeu ao povo a oportunidade de participar do projeto político-econômico que pretendeu fazer do país uma potência mundial.

Nesse contexto, além da propaganda, o governo instituiu a Educação Moral e Cívica e a Educação Física. Estas disciplinas eram obrigatórias nas escolas de todos os graus e modalidades do sistema de ensino brasileiro, desde o ensino primário ao ensino superior.³¹

Como ressalta Pelegrini (1997, p. 135), a Educação Moral e Cívica era a expressão da concepção política do governo; cumpria o papel de divulgar determinados valores que propiciassem a exaltação da história da nação brasileira e preservassem a ordem social vigente. Esses valores deveriam ser levados para além do espaço escolar, ou seja, para outros espaços em que as pessoas estabeleciam relações sociais: no trabalho, na família, em comemorações e atos solenes de civismo. O povo devia expressar amor pela pátria, a nação brasileira, em seu dia-a-dia, mediante ordem e trabalho.

A Educação Física, por sua vez, deveria cumprir no ensino primário o papel de favorecer a consolidação dos hábitos higiênicos, o desenvolvimento corporal e mental de forma harmônica, a melhoria da aptidão física e o espírito comunitário, como também o senso moral e cívico; no ensino de 2º grau, deveriam ser

³¹ Sobre a implantação da disciplina Educação Moral e Cívica, ver SENADO FEDERAL. Serviço Gráfico. Decreto-Lei. Brasília-DF, 1970. v. 8, p. 36-39.

desenvolvidas atividades que possibilitassem o aprimoramento das potencialidades físicas, morais e psíquicas do indivíduo, visando à conservação de sua saúde, à aquisição de novas habilidades, ao estímulo à liderança e à implantação de hábitos saudáveis; no ensino superior, deveriam desenvolver-se atividades que caminhassem na mesma direção dos ensinamentos primário e de 2º grau, visando à consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade.³²

A apologia e a institucionalização da Educação Moral e Cívica e de Educação Física refletem claramente o *ethos* da caserna, espalhado para a sociedade brasileira pelo regime militar.

Percebe-se que tanto os pressupostos da disciplina de Educação Moral e Cívica como os de Educação Física contribuíam para a formação do “novo cidadão” brasileiro. Dentre os comportamentos que deveriam ser desenvolvidos, deu-se ênfase às potencialidades físicas, morais e psíquicas visando à cooperação (espírito comunitário), à nacionalidade e à civilidade.

Nessa perspectiva, a exaltação da história do Brasil, que era tido como país do futuro, instituiu as datas cívicas como momentos de “consciência nacional”, associando-as prioritariamente ao patriotismo. Tal se confirma na observação das propagandas respectivamente denominadas: “Ninguém Segura o Brasil” (1970), “Ontem, Hoje, Sempre: Brasil” (1971), “Povo desenvolvido é Povo Limpo” (1972), “O Brasil Merece o Nosso Amor” (1973), “Este é um País que Vai para Frente” (1976), “O Brasil é Feito por Nós” (1977), “O Brasil que os Brasileiros Estão Construindo” (1978), entre outras (FICO, 1997, p. 121).

³² Sobre a Educação Física, ver o artigo 3º de BRASIL. Decreto nº 69.450 de novembro de 1971. Dispõe sobre a regulamentação do artigo 22 da Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1966, e da alínea “c” do artigo da Lei nº 5.540 (*), de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. **LEX – Coleção de Legislação e Jurisprudência: marginalia**, [São Paulo], v. 35, p. 1395-1399, out. / dez. 1971.

Os elementos utilizados pela propaganda política se distanciam de doutrinas racistas que predominaram na segunda metade do século XIX e início do século XX, que justificavam o atraso da nação brasileira a partir do conceito de raça. Durante o regime militar, ao conceito de brasilidade do Estado Novo (1937-1945) - a valorização da mistura racial, a crença no caráter benevolente do povo, o enaltecimento do trabalho, a idéia de nação baseada nos princípios de coesão e de cooperação - foi atribuído um novo sentido, de acordo com os padrões político-econômicos e morais daquela ordem.

O ufanismo, que permeou a propaganda política, impregnou o discurso da grande imprensa paranaense. Ao narrar a história do país em seus editoriais, ela procurou disseminar um conceito de nação, principalmente quando expôs a Independência do Brasil:

Tudo começou bem antes do 7 de setembro de 1822. Começou quando chegaram as primeiras caravelas, quando aportaram os primeiros habitantes do país recém-descoberto, quando nasceram os primeiros brasileiros do novo Brasil, há quase 500 anos. Começava uma nacionalidade, surgia um povo.(...)

E D. Pedro, jovem, impetuoso e muito inteligente, sentiu o momento, e catalisando todo aquele sentimento estabeleceu a independência.

Os que vieram antes plantaram a semente de uma nação. D. Pedro estabeleceu a nação brasileira. E todos quantos vieram depois, até hoje, assumiram o compromisso de manter e ampliar esta independência. Tarefa que hoje se comete à geração atual e que esta deve entregar à futura, realizando porém sua parcela, para que o país seja sempre mais independente, atingindo aquilo que há de ser seu destino, de potência entre as potências, destinação histórica cujas bases cumpre lançar e reforçar a cada dia, em toda parte.³³

No discurso, para se destacar a importância de conhecer a história do país, para poder contribuir com este no presente, há toda uma digressão temporal,

³³ CAMINHADA infinita. Folha de Londrina, Londrina, 7 set. 1975. O destaque dado à ação de D. Pedro, também se constata em vários outros editoriais: A CONQUISTA de cada um. Folha de Londrina, Londrina, 7 set. 1976., OS VÁRIOS sete de setembro que precisamos. Gazeta do Povo, Curitiba, 7 set. 1975.

procurando ligar os brasileiros ao seu passado. Para tanto se utiliza a expressão “há quase 500 anos”, caracterizando desta forma a elipse, uma pausa maior no texto. Nos jornais paranaenses deu-se ênfase aos fatos que contribuíram para a constituição da nação brasileira, predominando em seu discurso frases concretas, que expressavam o conteúdo propriamente dito dos eventos. Destaca-se que a constituição da nação teve início com a chegada das caravelas ao Brasil em 1500 e outros fatos históricos, como a ruptura política de setembro de 1822, procurando estabelecer um vínculo de tradição entre o Brasil e a nação portuguesa, no enaltecimento da ação dos lusitanos nos trópicos. D. Pedro foi apresentado como um herói nacional, um homem que soube catalisar o sentimento do povo brasileiro, privilegiando a ação deste em detrimento de outros fatos que compõem a história do Brasil e que contribuíram para o movimento a favor da Independência. Desta maneira, verifica-se nesse discurso o processo de seleção de fatos, para se edificar uma determinada memória sobre o passado de nosso país, pautando-se na narrativa da ação de “grandes homens”, como D. Pedro.

A recorrência do discurso polivalente, aquele que evoca outros discursos, é notável nos editoriais da grande imprensa no período analisado, conforme o excerto acima apenas ilustra. Faz-se alusão à chegada dos portugueses às terras brasileiras em 1500 e a ruptura política de 7 de setembro de 1822. O texto tem um discurso objetivo e externa a idéia de independência como um processo de luta constante do povo brasileiro; processo que havia iniciado com D. Pedro I em 1822 e ao qual cabia à população brasileira dar continuidade. Quando se narravam fatos ocorridos antes da independência do Brasil, era para dar credibilidade ao texto.

A exaltação à nação brasileira foi constante no discurso dos editoriais, ao se buscar formar a opinião pública sobre a tarefa que se impunha ao povo, no passado,

no presente e no futuro: tornar o país cada vez mais independente por meio do trabalho.

❖ **O Estado e diferentes projetos de nação: uma questão na longa duração**

Visando compreender a organização do Estado no Brasil, o conceito e projeto de nação durante o regime militar, aqui se fará uma breve digressão através de pressupostos teóricos de alguns autores. Procura-se mostrar como têm sido tratados o Estado e a nação em tempos diferenciados, focalizando-os primeiramente no contexto europeu. Em um segundo momento, enfoca-se a organização do Estado no Brasil no século XIX e um dos projetos de nação, aquele proposto por José Bonifácio, quando ele atuou no cenário político. Em seguida se retomará a análise do Estado brasileiro pós-1964, que expressava a idéia de nação a partir de uma visão ufanista.

Segundo Eric Hobsbawm (1990, p. 19-20), para se entender o processo de formação das nações e seus fenômenos, estes devem ser analisados e compreendidos segundo as condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências que os fizeram surgir. Ele afirma que os fenômenos das nações são duais: construídos socialmente pelo alto – por Estados ou porta-vozes ou ativistas de movimentos nacionalistas ou não nacionalistas; e construídos por baixo – pelas esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, que não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas.

Entendendo-se a nação como “comunidade imaginada”,³⁴ o ponto crucial para compreendê-la é a unidade da organização político-territorial. Nesse âmbito, os

³⁴ Com base na concepção de Benedict Anderson (1989, p. 14-15), a nação como comunidade imaginada é *limitada* porque suas fronteiras são finitas, e *soberana* porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierarquizado e divinamente instituído.

laços protonacionais podem ser elementos de coesão no Estado-nação: em primeiro lugar, através da identificação popular, que não se restringe ao território em que as pessoas vivem; em segundo, mediante laços e vocabulários específicos dos grupos políticos ligados ao Estado e instituições de generalização e popularização.³⁵ Assim, a cada contexto histórico os Estados, por meio da comunicação e educação primária, esforçam-se para inculcar na mente do povo uma “herança da nação”, através da invenção de tradições.

Para Norbert Elias (1993, p. 20-21), é necessária a existência de uma divisão social avançada de funções entre as pessoas em determinado tempo e espaço, para que posteriormente possa surgir um monopólio permanente da autoridade central, ou seja, um aparelho especializado para administração, que assume o caráter de Estado. As tributações constituem-se em meios financeiros, que serão base para o monopólio da força militar. A formação do monopólio do governo não ocorre apenas através da acumulação de terras. O desenvolvimento dos monopólios dá-se em duas fases: a livre competição, tendendo a formar os monopólios privados, e a transformação dos monopólios privados em públicos. Segundo Elias, quanto mais na sociedade se processa a diferenciação do trabalho e das funções na sociedade, mais longas e mais complexas se tornam as cadeias de ações individuais, mais claramente surge a necessidade de um órgão central, que desempenhe o papel de coordenador e regulador supremo, isto é, o governo estatal (MALERBA, 1996, p. 73-92).³⁶

Não obstante, é evidente que a monetarização e o surgimento da burguesia sejam imprescindíveis para a formação do Estado-nação, visto que no Brasil este edificou-se sobre bases escravistas, no século XIX.

³⁵ Sobre o Estado-nação e os laços protonacionais, ver HOBBSBAWM (1990, p. 63-64).

³⁶ Sobre Norbert Elias: In: *A velha história*. Campinas-SP: Papirus, 1996.

O século XIX, para Nilo Odália (1997, p. 33-34), marca o início de um longo e gradual processo em que se busca forjar a nacionalidade e a Nação no Brasil como uma, indivisível e independente. Odália afirma que este problema não se encerra no século passado, sendo uma preocupação que atravessa todo o século XX. Com a Independência do Brasil, teria surgido a consciência da necessidade de uma Nação e de um povo, sendo o Estado um instrumento para sua realização. Mas, nesse período pode-se questionar: "Que tipo de Estado-nação as elites brasileiras almejavam?". Estado e nação eram concebidos como tarefa de uma minoria "cultura", que se propõe reger o destino do país e do povo que o constitui, por meio de um projeto de nação (projeto político-econômico) e da educação. Isto significa que projetar idealmente uma nação é fazer opções, ou seja, "os valores que deverão ser escolhidos e atingidos são opções sociais, étnicas, políticas, econômicas, antropológicas, etc" (ODÁLIA, 1997:35).

A construção do Estado-nação era uma das grandes preocupações do século XIX no Brasil. Um dos primeiros projetos para a nação brasileira foi o de José Bonifácio, e a ele seguiram-se outros, muitas vezes antagônicos e conflitantes. Isso se verifica em outras esferas além da política, como a das artes, a da literatura e a do Direito.

Já no século XIX, José Bonifácio de Andrada e Silva (1998, p. 22-30), atuando como deputado da Assembléia Geral Constituinte, propôs dois projetos de lei. Um destacou a importância da integração do índio ao Estado-nação e o outro propôs a abolição da escravidão e a emancipação gradual dos escravos. A escravidão constituía um empecilho ao desenvolvimento da indústria e, para elevar o número populacional, era preciso um povo e uma nacionalidade com certa homogeneidade étnica e cultural. Para Bonifácio, não bastava uma reforma política, era necessário

formar uma nova sociedade, uma nação homogênea. O governo devia reconhecer que os índios eram legítimos senhores da terra, como também estimular casamentos entre índios, brancos e mulatos. A mestiçagem possibilitaria a formação de uma nova “raça”. Através da miscigenação ocorreria a homogeneidade cultural, a formação de uma sociedade nacional. A superioridade branca seria um instrumento civilizador.

Quais eram os objetivos das propostas reformistas de Bonifácio? Ele visava à construção de um Estado moderno, que deveria ser capaz de gerenciar os conflitos e de implementar um plano civilizador. Devido a isso, afirmava que “sem a emancipação sucessiva dos atuais cativos, nunca o Brasil firmará sua independência nacional, e segurará e defenderá sua Constituição; nunca aperfeiçoará as raças existentes”.³⁷ Para o Patriarca da Independência, sem liberdade individual não poderia haver uma civilização e sólida riqueza. Assim, foi nessa direção que destacou a necessidade de abolição do tráfico de maneira gradual, como também uma série de medidas civilizatórias sobre os negros, reeducando-os para viverem em sociedade, visto que no futuro o negro poderia ser um cidadão e um trabalhador livre.³⁸

Segundo Carlos Guilherme Mota, a idéia de nação expressa nos projetos de José Bonifácio não se concretizara, pois aqueles não estavam de acordo com os

³⁷ Silva, Bonifácio de Andrada e. **Projetos para o Brasil**. organização de Mirian Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 82.

³⁸ José Bonifácio, para Iara Lis Carvalho Souza (1999, p. 187), sintetiza de forma exemplar o papel do homem de Estado. Para ele se deveriam evitar mudanças drásticas. Emília Viotti da Costa (1977, p. 61) destaca que a imagem de José Bonifácio apresenta-se sobre múltiplas faces, durante sua atuação nos desdobramentos do movimento da Independência. Para os portugueses fiéis a Portugal, Bonifácio era um traidor da Coroa, enquanto que os liberais o concebiam como um absolutista, devido às suas idéias. Mas o antagonismo entre José Bonifácio e os setores liberais foram deixados em segundo plano, eles se associaram em torno de um objetivo comum, que era o de defender o Brasil da tentativa de recolonização empreendida pelas Cortes portuguesas. As Cortes portuguesas manifestaram seus interesses através da Revolução do Porto, em 1822, quando reivindicavam a volta de D. João VI a Portugal. No Brasil, procurou-se reafirmar a autonomia conquistada com a Abertura dos Portos em 1808, em contrapartida a elite lusitana desejava o restabelecimento do pacto colonial.

interesses dos comerciantes negreiros junto à Coroa e aos interesses dos grandes proprietários de terra. Para esses contemporâneos de Bonifácio, tanto sua concepção de nação como a crítica que fazia à propriedade não tinham procedência. Isso se tornou perceptível quando D. Pedro I fechou a Assembléia Constituinte por discordar do projeto de Constituição e condenou José Bonifácio e seus irmãos Martim e Antônio Carlos ao exílio³⁹.

A construção do Estado nacional e a constituição da nação brasileira, ao contrário do que desejava Bonifácio, ocorreram sob a égide da instituição que tanto criticava, a escravidão.

Jurandir Malerba (1999) ressalta que, embora o Estado e os homens de letra e da lei pretendessem ser liberais, a edificação do Estado no século XIX e a concepção que se tinha deste se fundamentavam na lavoura escravista de domínio patriarcal. As relações estabelecidas no domínio rural proliferaram no espaço público. O clientelismo, o apadrinhamento, práticas informais, personalistas e patriarcalistas permearam a estrutura e funcionamento do Estado imperial.⁴⁰

No Brasil, durante a organização do Estado imperial, coube ao historiador reescrever a história de acordo com o projeto de nação das elites brancas, e é o que fez Francisco Adolfo Varnhagen. Para Varnhagen, a construção da Nação independente era um processo civilizatório de caráter global, sendo o Estado o único instrumento adequado e legítimo que possibilitaria a construção de um povo e de uma Nação. Esse se caracterizaria por ser uma força racionalizadora do processo histórico, e as pessoas ou grupos sociais, conscientes de tal papel desempenhado pela organização estatal, deveriam nele colaborar (ODÁLIA, 1997, p. 60).

³⁹ Sobre as considerações que Carlos Guilherme Mota faz à idéia de nação de José Bonifácio, ver Mota (org.) (1999, p. 5).

⁴⁰ Sobre a formação do Estado nacional no Brasil e as relações estabelecidas no espaço público, ver também José Murilo de Carvalho (1981), Richard Graham (1997) e Jurandir Malerba (1994).

Esse historiador representa o pensamento brasileiro predominante no século XIX. Ao escrever sobre a história do Brasil, procurou elogiar a colonização portuguesa e defender a continuidade luso-brasileira. Para tanto, foi primordial a produção de uma história biográfica pautada em um passado de referências luso-brasileiras, o que fez constituir os homens e ações dignos de registro, de memória – os heróis nacionais, que deviam ser exemplos para o povo brasileiro e as futuras gerações.⁴¹ Embora Varnhagen não negasse as etnias de índios e negros, que com o branco formaram o povo brasileiro, tinha o anseio de que ocorresse o branqueamento racial, almejando que a população brasileira fosse um dia totalmente branca, o que significaria a consolidação da obra que o português empreendeu, fazendo prevalecer a “civilização” sobre a “barbárie” (ODÁLIA, 1997:95).

Para Hobsbawm (1984:21), toda ou qualquer tradição inventada, na medida do possível utiliza-se da história como elemento legitimador e de coesão, sendo relevantes os vínculos entre memória histórica e o conceito de nação. A visão de nação e de civilização de autores como Varnhagen nutria o discurso da grande imprensa durante o regime militar. Considerando essa premissa é que se justifica a digressão que aqui se empreendeu sobre a construção do Estado-nação no Brasil, desde o século XIX, a ideologia da nacionalidade, o projeto de nação e de povo brasileiro.

❖ **O Estado e projeto de nação no regime militar: o discurso da grande imprensa**

O Estado brasileiro, por meio de suas instituições e seus instrumentais repressivos, visou promover a ordem, a segurança nacional e o desenvolvimento.

⁴¹ Sobre Francisco Adolfo Varnhagen, ver ODÁLIA (1997), REIS (1999) e DIHEL (1998).

Para a concretização de tal projeto, a educação e os meios de comunicação tiveram papel fundamental na reconstrução da nação. Eles deveriam estar em consonância com os valores propugnados naquele período, o que se verifica de forma explícita no discurso jornalístico:

Trigo, soja, café, cana-de-açúcar, automóveis, máquinas, trabalho. Hoje é 7 de setembro, marco histórico e divisor da vida do país. Há 154 anos, nesta data, o príncipe D. Pedro rompia os laços que ligavam o Brasil a Portugal e estabelecia a Independência do país. Mas naquele dia havia apenas a disposição de um homem, cercado por um grupo de patriotas que ansiavam por ver o país liberto da metrópole, dono de seu próprio destino. D. Pedro foi o agente histórico de um momento que já tardava e que, inclusive, foi antecipado por D. João VI. (...)

A Independência não é presente que se receba de graça. É sempre, uma luta. E, no mundo atual, esta luta ainda é maior, porque a inveja e a cobiça internacionais se lançam ávidas sobre todas as nações, notadamente as consideradas não desenvolvidas, dispostas a exauri-las e a dominá-las. A opção, para manter a liberdade e a independência, é o trabalho.⁴²

O discurso, que se caracteriza pela narração de vários fatos da história do Brasil e por isso é designado polivalente, dá ênfase aos "grandes homens" da esfera política, aqui representados nas figuras de D. João VI e D. Pedro I. Essa é uma característica marcante desse e de outros editoriais. Foram destacados vários fatos da história brasileira que eram tidos como momentos marcantes em que se forjava a nação. A afirmação de que "A Independência não é presente que se receba de graça. É sempre uma luta", expressava a idéia de que a Independência era uma constante, que devia ser reafirmada todos os dias. O povo devia lutar em seu dia-a-dia para assegurá-la. Tal como a história foi apresentada aos brasileiros, durante o regime militar, pode-se apreender a construção do discurso emitindo sentidos, para que cada indivíduo, desde sua infância, concebesse o mundo segundo a ordem

⁴² A CONQUISTA de cada um. *Folha de Londrina*, Londrina, 7 set. 1976.

vigente; que o compreendesse se pautando no binômio “segurança e desenvolvimento”, que significava ordem e trabalho.

Segundo Eni Puccinelli Orlandi (1993, p. 15), essa produção de sentido por meio do discurso “é construir limites, é desenvolver sítios de significância, é tomar possíveis gestos de interpretação”.

Tendo como referência esse pressuposto teórico, pode-se evidenciar que no discurso jornalístico a história do Brasil era apresentada ao povo, buscando destacar os homens e ações dignos de memória – os heróis nacionais (como D. Pedro), que deviam ser referências para o trabalhador agir em seu dia-a-dia.

Ao escrever sobre a nação ocidental, Homi K. Bhabha (1998, p. 199-200) compreende-a como uma forma obscura e ubíqua de viver a localidade da cultura. Os grupos sociais se identificam com a cultura local, ou seja, com a do espaço em que estão inseridos, e não com a ideologia de nacionalidade do Estado-nação. Assim, a narrativa da “comunidade imaginada” apaga o tempo, os sujeitos e as diferenças culturais dos grupos sociais, caracterizando-se por um tempo homogêneo e vazio. A nação (a ideologia da nacionalidade) configura-se em um discurso que procura instaurar a modernidade, isto é, educar e civilizar. Assim, os símbolos, a linguagem e os meios de comunicação são elementos de suma importância na construção do Estado-nação e objetivam a unidade nacional. O tempo homogêneo e vazio caracteriza a visão de história do historicismo. O passado é concebido como efetivamente foi; desta maneira a narrativa histórica se restringe à sucessão de fatos, expondo a superfície, “a ponta do iceberg” de cada momento histórico.

Segundo Walter Benjamin, a idéia de progresso está inscrita no tempo homogêneo e vazio, a história da dominação acaba se constituindo como história universal.⁴³

A partir dos pressupostos teóricos de Bhabha, ao se entender a grande imprensa paranaense como empresa e agente social, entende-se que esta registra a história, dela participa e procura formar a opinião pública segundo sua experiência histórica em determinado tempo e espaço.

Nas comemorações cívicas, o povo era convidado a refletir sobre seu país, quando se enaltecia a história da nação brasileira. A cada data cívica, festejar era indispensável. No discurso jornalístico, destacava-se a importância de celebrar o passado do Brasil, visando compreender o presente e vislumbrar o futuro, postura que estava em convergência com a propaganda política do regime militar:

Hoje é 7 de setembro, a data magna brasileira. Com bandeirinhas, cataventos ou sem nada, o importante é saber e repetir que hoje se comemora o dia mais importante de um país que é o nosso. O Brasil nasceu a 7 de setembro porque até então não era um país, era um prolongamento de Portugal, não tinha vida própria. Foi quando D. Pedro cortou, naquele dia, os laços que o ligavam à Metrópole. (...) Porque, se devemos reverenciar o passado, isto não significa ficar de olhos voltados para trás. A maior homenagem que se pode fazer ao Brasil, ao passado, aos heróis, a todos os que construíram este país, é lutar, dar o melhor, continuar a construção e legar aos pósteros uma nação mais forte, mais rica e onde todos possam sentir o sabor da liberdade assumida com seus riscos e suas recompensas.⁴⁴

Nesse discurso narrado ou contado, o editor não se limitou à narração da Independência, mas afirmou sua relevância para a compreensão do que foi o Brasil e do que poderia se tornar.⁴⁵ Essa postura destaca a visão do jornal, o que permite

⁴³ Ver BENJAMIN (1986, p. 222-234) a concepção de tempo homogêneo e vazio, ver Hélio Rebello Cardoso Júnior, para quem o tema da temporalidade ocupa lugar privilegiado nas reflexões de Walter Benjamin. (1996, p. 51-60)

⁴⁴ LIBERDADE assumida. *Folha de Londrina*, Londrina, 7 set. 1977.

⁴⁵ A imprensa, ao narrar a história do país, deu ênfase aos fatos, sem privilegiar a fala propriamente dita dos sujeitos que neles atuaram, caracterizando o discurso narrado ou contado. O discurso é meramente o conteúdo do fato verbal. Ver CARDOSO (1997, p. 39).

constatar que na estrutura do editorial foi constante a visão interna, que é a narrativa dos fatos acompanhada de interpretação. As datas cívicas, momentos de suma importância para se refletir sobre o futuro do país, deveriam servir para o povo reverenciar seu passado e observar a ação de seus heróis. Cabia ao povo brasileiro agir no presente tendo como referência o passado, para se construir o futuro melhor, legando à geração posterior sua parcela de contribuição.

Assim, a reeducação do povo brasileiro implicava na inculcação da importância do amor à pátria, mediante civismo, ordem e trabalho. Neste sentido, as datas cívicas que compunham o calendário nacional constituíam-se em uma via de participação do povo no projeto político-econômico do regime militar.

O regime militar traçava as metas que deveriam ser alcançadas e cabia aos brasileiros contribuir com seu trabalho, idéia muito difundida no discurso dos jornais paranaenses, tornando-se repetitiva. Pode-se mesmo entender a repetição e a redundância como expedientes deliberadamente utilizados pelos ideólogos da época para garantir a eficácia de sua difusão e boa recepção. Os que contestavam a ordem vigente eram tidos como subversivos e deveriam ser reprimidos com rigor. Sobre este aspecto, observa-se que, quando no discurso da grande imprensa paranaense se destacou a nação, esta estava sempre associada aos termos luta e trabalho:

Qualquer escolar sabe que, hoje, 7 de setembro, é o dia em que o príncipe regente D. Pedro I proclamou a Independência. Desde o início da vida escolar até o seu final, o estudante fica sabendo disto. E, hoje, com o impacto promocional dos meios de comunicação social, o evento é bastante difundido. (...)

Uma nação se forja pela luta de seus homens. O 7 de setembro é um marco, importante em nossa história. Mas continua a cada dia, e que continuará enquanto houver brasileiros que trabalhem e que lutem por essa independência.⁴⁶

⁴⁶ A INDEPENDÊNCIA. Folha de Londrina, Londrina, 7 set. 1979.

Nos jornais, D. Pedro era apresentado ao povo brasileiro como fundador da nação. Edificou-se o mito fundador da nacionalidade, da identidade nacional do país, a partir do Grito do Ipiranga - "Independência ou morte". Por um lado, os meios de comunicação social, ao exaltarem esses fatos históricos, fizeram seleção do que devia ser lembrado pelo povo brasileiro, produzindo uma memória oficial, ou seja, uma memória coletiva. Por outro lado, também produziram o esquecimento de fatos que compunham a história do Brasil, quando estes não correspondiam aos interesses políticos, econômicos e sociais do regime militar.

A edificação da memória coletiva, para Jacques Le Goff (1994, p. 426), está inscrita em um jogo que expressa a luta das forças sociais pelo poder. Uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades é se tornarem senhores da memória e do esquecimento.

Segundo Le Goff (1994, p. 431-432), o aparecimento da escrita está relacionado a profundas transformações da memória coletiva. A escrita possibilita duas formas de memória coletiva. Uma diz respeito à comemoração, à celebração de algo memorável por meio de um monumento de um acontecimento. A outra forma se refere à fixação da memória através de documento escrito. É nessa direção que se vislumbra a produção da memória jornalística. A imprensa constrói sua própria memória.

A exaltação da memória coletiva ocorre pela edificação de imagens, gestos, ritos e festas, não se restringindo ao texto escrito. Dessa forma, a memória coletiva se constitui em um instrumento e objeto de poder (LE GOFF, 1994, p. 476).

A partir dessa premissa, pode-se indagar: o que significava a ênfase dada à figura de D. Pedro a cada comemoração cívica de 7 de setembro?

A exaltação à figura de D. Pedro e sua ação, segundo Lara Lis Carvalho Souza (1999:251-252), está associada à idéia de mito fundador. O grito do Ipiranga “Independência ou Morte” constituiria o ato fundador do Brasil. Ele funcionava como uma tentativa de cooptar os interesses dos brasileiros, através de uma *comunhão cívica*, transformado em um lema capaz de despertar no povo brasileiro o amor à terra natal, à pátria. Com D. Pedro surgiu uma nova nação, o Brasil funda-se enquanto um corpo político autônomo.

No regime militar a exaltação ao espírito de nacionalidade se deu, como destaca Fico (1997:142), a partir da difusão dos símbolos nacionais e da popularização das comemorações cívicas como a Independência do Brasil, uma das mais exploradas pela propaganda política.

Ao selecionar e narrar fatos que compunham a história brasileira, o regime militar buscou edificar uma determinada memória, procurando estabelecer o espírito comemorativo com base em seu projeto desenvolvimentista.

O discurso que permeou os editoriais da grande imprensa escrita no Estado do Paraná enfatizava prioritariamente que as rupturas políticas de 1889 e 1964 deram continuidade à ação de D. Pedro, por isso eram dignas de memória. Não obstante, somente o 31 de março era elevado a paradigma histórico, constituindo-se em um dos grandes acontecimentos para a compreensão da reafirmação do Estado-nação brasileiro e de sua nacionalidade:

É RARO na História uma revolução comemorar treze anos em pleno processo de vitalidade e afirmação. A revolução de 31 de março não se converteu numa simples data, numa efeméride perdida no passado: é acontecimento histórico vivo e em pleno processo de realização. (...) Não viveram os momentos críticos em que o País ameaçava derrapar para soluções avessas à índole de nossa gente, solapado por forças destrutivas e antagônicas à nossa formação cristã e a nossa vocação democrática.(...)

O 31 de março, sob esse aspecto, passou a ser data tão importante para a compreensão histórica da nacionalidade quanto o 7 de setembro ou o 15 de novembro. (...).⁴⁷

Nesse discurso se faz apologia ao regime militar, procurando-se edificar uma memória positiva sobre este. O “tempo” do discurso é cadenciado na seqüência de retrospectões e prospecções, ocorrendo inversões temporais entre o antes e o depois ao se relatarem os acontecimentos da história do país. O discurso é retrospectivo e prospectivo ao mesmo tempo. É retrospectivo, quando narrou a história do Brasil e destacou o passado para afirmar a necessidade da ruptura política de 1964 e sua importância para a compreensão da nacionalidade; e prospectivo, ao relatar o presente para divulgar que o regime militar estava em pleno processo de realização, contribuindo para o futuro do país segundo a tradição “cristã e democrática” do povo brasileiro.

Partindo-se dessas reflexões, como conceber o discurso jornalístico? Bethânia Sampaio Corrêa Mariani (1999, p. 111) põe em evidência que os meios de comunicação social, por não serem neutros, carregam interesses ideológicos e econômicos do jornal, do repórter, dos anunciantes e dos leitores. As forças políticas, em dado contexto histórico, influem na produção de sentido quando se noticia algo, e na edificação de uma memória oficial. Sendo assim, o discurso jornalístico pode ser concebido como um monumento histórico-textual, constitutivo de e constituído por confrontos históricos que, às vezes, não são evidentes para os leitores. Os jornais divulgam os sentidos hegemônicos que estão em conciliação com as instâncias que os dominam, e podem contribuir para a construção e desconstrução de uma memória oficial. A produção de sentido, como afirma Mariani,

⁴⁷ TREZE anos. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 31 mar. 1977.

ocorre por meio do embate histórico e lingüístico: narram-se acontecimentos e se lhes atribui sentido, produzindo uma memória oficial.

Por meio da recorrência do discurso que expressou a idéia de construção da nação associada à luta e ao trabalho, a grande imprensa paranaense atribuiu um novo sentido à ruptura política de 1964. Ela conferiu a esta o caráter de mais um "Grito do Ipiranga", um movimento que assegurou a liberdade do povo brasileiro.

Em seu discurso, a população brasileira devia agir e ter como referência os acontecimentos históricos, para que pudesse repetir outros marcos históricos que conduzissem a nação à superação de seus problemas. Que se viabilizasse o almejado desenvolvimento, mediante a luta e o trabalho, para que se concretizassem outros "Gritos do Ipiranga":

Hoje, a opção feita em março de 64 apresenta um Brasil marcado de dificuldades, mas também, de positivas esperanças e, profundamente, dessemelhante a outros países, cujos exemplos de comoção interna marcam quase que diariamente as da imprensa internacional. Estamos construindo, com paz, tranqüilidade, segurança e desenvolvimento, as alternativas brasileiras de luta pela superação de nossos problemas. E, o que é mais entusiasmante em termos de brasilidade, temos a certeza de que, com trabalho, amor à terra que é nossa, estamos vencendo barreiras e construindo, para nós e nossos filhos, as condições necessárias para a repetição dos Gritos do Ipiranga.⁴⁸

O golpe de Estado de 31 de março é narrado e ao mesmo tempo analisado, explicitando a visão interna da imprensa; ou seja, o fato é apresentado e acompanhado de interpretação. Atribuiu-se um novo significado à ruptura política de 1964, principalmente quando se realça a idéia de constituição da nação associada ao trabalho, paz e tranqüilidade (leia-se ordem), à segurança e desenvolvimento e ao amor à pátria. Assim, era indispensável a exaltação da história do Brasil, que,

⁴⁸ OS VÁRIOS 7 de setembro que precisamos. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 7 set. 1975.

como já se mencionou, era uma via para levar ao povo a consciência do contexto histórico que vivenciava. Os brasileiros deviam rememorar a história da nação brasileira por meio do "passado" (os fatos históricos), para que no "presente" pudessem agir e projetar o "futuro". Os jornais paranaenses, ao atribuírem sentido à ruptura política de 1964, ressaltaram a importância das Forças Armadas, concebendo-as como agente social que soube interpretar o anseio do povo brasileiro e agir no momento oportuno:

Mais recentemente, ainda, nossa independência foi salva quando as Forças Armadas, interpretando os anseios da esmagadora maioria do povo brasileiro, deram um "basta" ao regime de baderna e anarquia que estava precipitando o País no caos ardentemente desejado pelos partidários do bolchevismo, prontos a se valer das circunstâncias caóticas para empalmar o poder.

(...)

O trabalho de cada um de nós, no dia-a-dia, é uma forma de manutenção da independência de nossa pátria. (...)⁴⁹

O tempo é algo marcante no discurso, as retrospectões e prospecções dão forma à seqüência de idéias presente no texto. O tempo é articulador da estrutura narrativa, prevalecendo aquele que estabelecia vínculos entre o presente e o passado da nação. Deu-se ênfase ao passado recente do regime militar, para se afirmar como foi crucial o movimento civil-militar que destituiu Jango da presidência. O fato é narrado e acompanhado de interpretação, quando se afirma que os anos que antecederam 1964 eram sinônimos de baderna e anarquia, o que expressa a visão interna dos meios de comunicação. A maneira como se empregou o termo

⁴⁹ A LUTA pela independência. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 9-10 set. 1976. A utilização desse editorial para análise deveu-se à constatação de que não houve tiragem do jornal **O Estado do Paraná**, em data específica, em 7 de setembro de 1976. Sobre a relevância dada ao 31 de março de 1964 e a atuação das Forças Armadas, ver também os editoriais dos jornais: 12 ANOS de Revolução. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 mar. 1976, TREZE anos. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 31 mar. 1977. RAÍZES da Nação. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 7 set. 1977.

“povo” nesse discurso permite-nos destacar que a cada contexto histórico se lhe atribuía um papel a desempenhar, segundo os interesses dos grupos sociais.

Como afirma Geneviève Bollème (1988, p. 13-14), o “povo”, *populus*, “os homens que habitam juntos, é o próprio grupo, o núcleo de um discurso e de um jogo político”, ou seja, dependendo da concepção de mundo e do projeto político de um determinado grupo social, ao povo dá-se um significado e se lhe atribui um papel a ser desempenhado. Segundo Bollème, o termo “popular” é a utilização atual do termo *povo*, e tem uma intenção política: ambos os termos constituem instrumentos políticos, com significados diferentes de acordo com os interesses do indivíduo ou grupo que os definem.

Para que o povo se identificasse com o projeto político-econômico e social do regime militar, havia nos editoriais toda uma construção discursiva sobre a nacionalidade, destacando os “laços profonacionais” que vinculariam Estado e povo:

(...) Pátria significa uma língua comum, um destino histórico comum, uma matriz comum da qual nascem emoções, imagens, orientações do pensamento e da fantasia. Pátria é a realidade da qual emergimos e que não podemos repudiar sem cortar uma parte viva e orgânica de nós mesmos. A imagem da Pátria “mãe” é mera retórica. Corresponde a uma realidade de fato.

E a força dessa realidade torna-se mais viva no Sete de Setembro, marco cronológico de um processo que se estende até hoje. (...).

O trabalho de cada um de nós, no dia-a-dia, também é uma forma de manutenção da independência de nossa Pátria.⁵⁰

A cada data cívica procurou-se reforçar o valor das condutas associadas ao trabalho. Essa visão da imprensa estava em conciliação com a ordem que imperava durante o regime militar. Em seu discurso havia toda uma preocupação em estabelecer vínculos entre o Estado e seus habitantes, através da formação da identidade nacional: uma língua comum, uma história comum, que gerariam o s

⁵⁰ RAÍZES da Nação. O Estado do Paraná, Curitiba, 7 set. 1977.

elementos necessários à formação do Estado-nação e fariam florescer o amor à pátria em que as pessoas habitavam.

Segundo Benedict Anderson (1989, p. 124-125), as políticas de construção nacional presentes nos Estados procuram forjar a nacionalidade, e para isso utilizam os meios de comunicação de massa, o sistema educacional, as normas administrativas.

Considerando a reflexão de Anderson, pode-se constatar que a imprensa escrita paranaense também procurou forjar uma nacionalidade naqueles tempos, por meio dos símbolos preexistentes, apreendidos e reproduzidos, tais como a língua, a cultura e a história, elementos que deveriam ser produtores do sentimento de “brasilidade”:

O amor pela Pátria, na medida em que o indivíduo se eleva além do culto egoístico de si mesmo, pertence às mais altas e nobres expressões de amor. Como âmbito de afeto e fidelidade, a Pátria é unidade mais vasta do que a família. O apelo emotivo do patriotismo tem raízes biológicas menos evidentes e fortes, já que a unidade familiar se radica fundamentalmente nos vínculos do sangue e da carne. Mas “pátria” não é apenas um conceito cultural ou definição lógica. É sobretudo uma instituição que inclui raízes sólidas às quais está o indivíduo orgânica e historicamente ligado.

Pátria significa uma língua, uma matriz comum da qual nascem emoções, imagens, orientações do pensamento e do caráter. (...).

O pacífico trabalho de cada um de nós, no dia-a-dia, também é uma forma de manutenção da independência de nossa Pátria.⁵¹

A ênfase no amor à pátria brasileira mediante o trabalho foi recorrente nos jornais paranaenses. Foi constante a preocupação em destacar os elementos - como a língua portuguesa e o território - que manteriam a unidade da nação em um país fortemente miscigenado. Procurou-se reafirmar, a cada data cívica, que o Brasil era um país do futuro, uma nação a caminho do progresso, e os problemas econômicos

⁵¹ PÁTRIA e democracia. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 7 set. 1978.

que afetavam a vida da população brasileira eram concebidos e abordados como fenômenos episódicos.

Ao brasileiro não cabia indagar o que a nação poderia fazer por ele, mas o que ele poderia fazer por sua nação. Os interesses do povo deviam estar de acordo com os interesses nacionais, o que significava que o Estado-nação era a expressão dos interesses dos grupos sociais que compunham a sociedade, homogeneizando-os:

As festas cívicas e que comemoram o aniversário de nossa manumissão política devem contribuir para que se torne mais forte o fenômeno de união das consciências brasileiras em torno da Pátria. No curso das festividades que estaremos participando cremos necessário que existam instantes de reflexão sobre nosso país, quer os de aspecto retrospectivo, ou sobre o momento atual e, inclusive, prospectivamente. (...).

Nosso destino social, político, econômico, financeiro está ligado, de maneira indissolúvel, com o todo nacional. Dentro dessa certeza, é preciso recordar o pensamento existente de que, em dado instante, não devemos ficar, tão somente, insulados no egoísmo humano de nós mesmos, mas se torna imperativo a indagação, o propósito de o que podemos fazer para a Nação, que nos é comum e não pensar, apenas, do que ela pode oferecer ao cidadão.⁵²

Esse é o discurso da linha política do regime militar que estava presente nesse e em outros editoriais. Os interesses nacionais se sobrepunham a qualquer outro interesse expresso pela população brasileira. Dessa maneira, o destino de cada indivíduo dependia do destino da nação. Os problemas que afetavam as condições de vida e trabalho das pessoas eram concebidos como sacrifícios que seriam superados, mas para que isso ocorresse era necessário contribuir com a nação. Trabalho - essa era a palavra de ordem - expressava a maneira como os brasileiros poderiam demonstrar seu amor a pátria. Tal postura indica a visão interna

⁵² 7 DE setembro. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 7 set. 1977. A ênfase dada à idéia de que o povo devia fazer algo por sua pátria, também se verifica no editorial do jornal: A LUTA pela independência. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 7 set. 1979.

da imprensa; ela selecionou, narrou e atribuiu significado aos fatos, na medida em que interpretava a história do país.

Na narrativa, os fatos em sua maioria são acompanhados de interpretação, explicitando a visão da grande imprensa, como ela os registrou, atuando e interferindo no contexto em que estava inserida.

Esses textos eram essencialmente ideológicos, ao pontuarem qual era a tarefa que cabia ao povo brasileiro. A população devia trabalhar para cumprir sua missão, para que a geração futura cumprisse também sua parte. O povo brasileiro devia contribuir na reconstrução da nação, para que o Brasil pudesse atingir o progresso.

Em suma, verifica-se que o papel destinado à população brasileira foi divulgado pelas agências de propaganda política (Aerp e ARP), pela Educação (principalmente com a Educação Moral e Cívica, a Educação Física) e pelos meios de comunicação. Sendo assim, com o golpe de Estado de 31 de março de 1964, o povo brasileiro vivenciou a ruptura política que conduziu o país de um governo democrático ao regime militar, ou seja, da democracia à liberdade vigiada.

No regime militar a importância atribuída a Educação estava relacionada ao projeto de reconstrução do Estado-nação no Brasil, sendo uma das instituições que deveriam contribuir para a divulgação dos ideais da chamada “revolução”. No capítulo seguinte será explorado esse eixo de discussão.

CAPÍTULO II

TEMPO, HISTÓRIA E HERÓIS

Datas nacionais são aquelas que relembram um culto tradicional da humanidade; as que comemoram um acontecimento de interesse nacional e as que se referem particularmente a nossa história, tendo influenciado no progresso do nosso país.

Gelta Gelbecke Pereira (1973)

Todas as festas – ou ocasiões extraordinárias – recriam e resgatam no tempo, o espaço e as relações sociais. Nelas, aquilo que passa despercebido, ou nem mesmo é visto como algo maravilhoso ou digno de reflexão, estudo ou desprezo no cotidiano, é ressaltado e realçado, alcançando um plano distinto. Assim, é na festa que tomamos consciência de coisas gratificantes e dolorosas.

Roberto DaMatta (1986, p. 81)

A inteligência do regime militar foi pródiga na recuperação e criação de mitos. As comemorações cívicas promovidas pelo Estado e suas instituições, como as Forças Armadas e a escola, constituíram-se em espaços privilegiados para a exaltação de “fatos históricos”, que naquela ordem vigente eram cruciais para a compreensão da nacionalidade brasileira. As paradas militares e as festas cívicas realizadas nas escolas, veiculadas nos meios de comunicação social, instauravam o espírito comemorativo no país. Estado e povo estavam unidos para celebrar a nação brasileira. Vale mencionar que outros acontecimentos possibilitaram a ênfase na idéia de nação próspera. O processo de criação de mitos não se restringiu às comemorações cívicas que compunham o calendário nacional. A conquista da Copa do Mundo de 1970 pela seleção brasileira de futebol, realizada no México, foi apropriada e ressignificada pelo regime militar; a taça e a seleção brasileira alçaram-se a um patamar distinto na sociedade e foram concebidas como símbolos de uma

nação predestinada ao sucesso. Ao ler as edições de 22 e 24 de junho de um dos jornais da época, **O Globo**, pode-se imaginar como foi o jogo da final da Copa entre o Brasil e Itália, e as comemorações que ocorreram em nosso país devido ao tricampeonato e conquista definitiva da Taça Jules Rimet. O relato a seguir retrata essa realidade e os jogadores brasileiros que se destacaram naquele jogo, os quais se tornaram heróis e ainda permanecem na memória de muitos torcedores.

Para muitos brasileiros, o 21 de junho de 1970 tornou-se inesquecível. Todos em frente à televisão aguardavam o início do jogo, era a final da Copa do Mundo no México. O Brasil iria para mais um combate no campo, agora contra a Itália. Todos se empolgavam com os constantes dribles dos jogadores brasileiros, os italianos tiveram que “dançar” no campo a “música” orquestrada por Pelé, Gérson, Jairzinho e Carlos Alberto, na medida em que estes marcavam os gols que dariam a vitória ao Brasil.

O primeiro saiu aos 18 minutos da partida. Tostão, com muito empenho, cobrou um lateral e Rivelino lançou a bola na área, onde Pelé fez de cabeça o nosso primeiro gol. Em casa, todos vibravam de alegria. Porém, aos 38 minutos do primeiro tempo, os italianos empataram e o silêncio tomou conta dos torcedores brasileiros. Mesmo assim, tínhamos esperança e acreditávamos em nossos jogadores para conquistarmos a taça.

Com o desenvolvimento do jogo, no segundo tempo a emoção e alegria contagiaram a todos brasileiros. Nossos jogadores não nos decepcionaram. Gérson driblou com categoria a defesa italiana, lançou a bola para Jairzinho, que a devolveu em seguida. Gérson desferiu seu chute fatal e aos 22 minutos do segundo tempo conquistou mais uma vez nossos corações. O grito de gol ecoava por toda parte. Era o segundo, o do desempate, o Brasil tornava a comandar o placar. Para infelicidade

dos italianos, Gérson tocou para Pelé que, com sua ginga, conduziu a bola e fez o passe para Jairzinho. O ponta direita não hesitou em prosseguir, penetrou pelo centro e fez a rede balançar mais uma vez aos 27 minutos da etapa final. No placar: 3 para o Brasil e 1 para a Itália. Era difícil para a defesa italiana marcar os jogadores brasileiros. Aos 42 minutos, Pelé, ao passar a bola para Carlos Alberto (capitão da equipe), possibilitou que ele fizesse o quarto e último gol. A taça definitivamente era nossa”.

As comemorações não se encerraram com o final da partida naquele domingo. Na segunda-feira, quem fosse a uma banca poderia comprar os jornais, que destacavam os melhores momentos do jogo final da Copa do Mundo. E foi o que os torcedores fizeram. As notícias daquele dia eram especiais. O jornal **O Globo**, de 22 de junho de 1970, destacava: “Edição da Vitória”. Afirmava-se que haveria um carnaval fora de época para se comemorar a vitória de nosso país na Copa. O Brasil era tricampeão. Também noticiava que o presidente, antes da partida de domingo, havia previsto o placar, pois dera o palpite de 4 a 1 para o Brasil. E mais, que o presidente, depois de assistir à final pela televisão, recomendou ao chefe do Gabinete Civil, professor Leitão de Abreu, que expedisse a portaria considerando ponto facultativo nas repartições públicas, federais e autárquicas, na segunda-feira e também na terça-feira. O povo brasileiro devia comemorar aquela vitória, era uma conquista da nação brasileira, através da seleção de futebol. No jornal se realçavam as palavras do presidente Emílio Garrastazu Médici: “os brasileiros merecem um carnaval extra e a nossa seleção a homenagem de todos”. O país estava em festa. Ainda na quarta-feira, quando torcedores passaram em frente de uma banca, muitos pararam para ler o jornal exibido. Na primeira página do jornal **O Globo** de 24 de junho exclamava-se: “Campeões, Obrigado!” e estampava-se nas manchetes:

“Médici em lágrimas, a Pelé: - Você é o rei”, e, “Rio sambou na chuva para receber seus heróis”. O presidente, ao receber a seleção em Brasília, congratulou todos os jogadores, comovido e em lágrimas deu um forte abraço em Pelé. Ele disse: “Você é o grande herói. Você é o rei”. Fizeram parte dos festejos o almoço no Palácio Alvorada, oferecido pelo presidente à seleção brasileira; a carreata no Rio de Janeiro, em que os jogadores brasileiros foram conduzidos em carros do corpo de bombeiros, para que a população pudesse saudar os “heróis nacionais”. Além disso, os jogadores também receberam premiação devido à vitória conquistada.

O espírito comemorativo havia tomado conta das ruas do Brasil, fosse nas comemorações oficiais impulsionadas pelo governo vigente e veiculadas pelos meios de comunicação, fosse nas comemorações informais promovidas pelos próprios torcedores brasileiros. Com vibração se cantava o *jingle* da copa: “Noventa milhões em ação pra frente Brasil do meu coração. Todos juntos vamos pra frente Brasil, salve a seleção. De repente é aquela corrente pra frente, parece que todo Brasil deu a mão, todos ligados na mesma emoção. Todos juntos, vamos pra frente Brasil, Brasil. Salve a seleção”.

O tricampeonato se tornou inesquecível para todos. Foi a primeira vez que os brasileiros assistiram à Copa ao vivo pela TV. As imagens prendiam a atenção, todos ficavam deslumbrados com tudo aquilo. Antes se ouvia a transmissão do jogo pelo rádio, era demais. Mas, ver e ouvir a narração do jogo da final entre o Brasil e Itália na telinha, para muitas pessoas foi o máximo.⁵³

⁵³ As informações contidas no relato estruturado e narrado sobre a vitória do Brasil na Copa de 1970, têm como referência **O Globo. De todas as copas: 30, 34, 38, 50, 54, 58, 62, 66, 70, 74, 78**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. Ver especificamente o capítulo denominado “1970. O Brasil e seu futebol de rei”. **Folha de S. Paulo. A HISTÓRIA das copas. Transmissão da Copa une brasileiros. Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 jun. 1994.

Nas publicações do jornal **O Globo**, edições de 22 e 24 de junho daquele ano, por meio de fotografias e textos se enfatizou a conquista da seleção brasileira na Copa de 1970 e ao mesmo tempo se promoveu a imagem do presidente Médici. (Ver as figuras 1, 2 e 3 em anexo).⁵⁴

Na figura 1, a edição da vitória, no início da primeira página ao lado direito há à bandeira do Brasil e no lado esquerdo a taça do tricampeonato brasileiro. Entre estes símbolos o termo “tri” foi grafado em caixa com letras grandes, ganhando maior dimensão que as outras frases que compunham a manchete. Logo abaixo se afirmou que haveria um carnaval fora de época, em seguida se apresentaram três fotos com imagens da final no México - duas com imagens de momentos de gols e uma foto com um jogador segurando a taça. As notícias que as acompanhavam, destacavam que Médici, antes do jogo, havia dado o palpite de 4x1 para o Brasil, e o ponto facultativo devido à vitória da copa e ao jogador Tostão. A maneira como foi organizada a edição em comemoração à conquista da copa chama a atenção. Com a utilização de símbolos nas imagens, procurou-se enaltecer a conquista do tricampeonato, representando a idéia de conquista da nação brasileira, um acontecimento de orgulho para o povo, que por isso deveria ser comemorado em todo país. O presidente foi elevado a torcedor número 1 da seleção, um otimista

⁵⁴ Segundo **Ciro Flamarion Cardoso e Ana Maria Mauad** (1997, p. 406-407), ao se analisar a imagem fotográfica, deve ela ser compreendida no panorama cultural em que foi produzida. A imagem fotográfica é um documento que revela aspectos da vida material de um determinado tempo do passado, constituindo-se em um índice de uma época. Desta forma, a imagem enquanto monumento representa aquilo que no passado a sociedade desejou preservar de si mesma para o futuro. A imagem/monumento é agente do processo de criação de uma memória. Ela pode promover a legitimação de uma determinada escolha e o esquecimento de todas as outras.

A fotografia jornalística se constituiu em um instrumento de persuasão ou de sedução. Para se compreender o discurso veiculado nela, deve-se considerar sua disposição na página do periódico, o conteúdo e o referencial fotografado, a existência ou veracidade do objeto ou acontecimento fotografado, como também os procedimentos de supressão, adição, substituição e trocas na imagem fotografada (**ZANIRATO**, 1999, p. :328).

convicto, que sabia da predestinação do Brasil ao sucesso. Assim, o tricampeonato contribuiu para a propagação do espírito comemorativo e de conquista no país, em tempos do chamado “milagre brasileiro”.

Já na figura 2, na foto há várias pessoas; mas ganhou destaque o abraço dado por Médici ao jogador Pelé. No texto que segue abaixo da foto, deu-se relevância às ações do presidente, que chorou ao recepcionar e saudar a seleção brasileira. Por meio da ênfase ao comportamento do estadista, buscou-se projetar sua imagem de maneira positiva, reforçando o civismo e patriotismo de Médici, atos exemplares, que deveriam ser seguidos por toda a população brasileira.

Novamente, na figura 3 há várias pessoas, porém, as imagens do presidente e de um dos jogadores da seleção brasileira segurando a taça do tricampeonato tiveram destaque. Acima da foto, a mensagem fez alusão ao dia facultativo em comemoração à conquista da copa, utilizando-se de figura de linguagem – metáfora. Na manchete, a foto selecionada para mencionar os festejos do dia facultativo privilegiou a imagem da seleção e do presidente em detrimento das comemorações ocorridas nas ruas. Nas ruas o povo saudou os jogadores da seleção, quando eles passaram no carro do corpo de bombeiro. Tanto na manchete da figura 2 como na da 3 se priorizaram as ações de Médici, elevando os jogadores à categoria de heróis nacionais, homens de virtudes, que o povo deveria reverenciar com patriotismo.

Com a Copa de 70, o jogador Pelé foi consagrado rei do futebol, único jogador três vezes campeão do mundo. Ele era e é ainda para muitos brasileiros um herói nacional.⁵⁵

⁵⁵ O tricampeonato do Brasil consagrou os jogadores que compunham a seleção. A vitória do sobre a Itália emocionou os torcedores, que invadiram o campo para celebrar a conquista. Pelé foi o primeiro jogador a ser carregado pela torcida. Sobre a atuação de Pelé na Copa de 1970, ver *Veja*. 24 jun. 1970. n. 94. p. 47-56.

Segundo Dante Moreira Leite (1969, p. 107), a comunicação de massa dá grande espaço para a criação de seus próprios ídolos e mitos ou para pessoas que se notabilizaram e despertam a curiosidade popular. Leite afirma que uma pessoa se torna notícia e depois ídolo da opinião pública após a realização de algum feito extraordinário. Para ele, os meios de comunicações de massa apresentam algumas figuras nacionais ao leitor e ao telespectador e, a partir delas, se formam alguns aspectos da imagem de um povo.

Para o antropólogo Roberto DaMatta (1983, p. 199), as pessoas sempre narram e ficam fascinadas com contos de enriquecimento e ascensão social do herói. Ele afirma que a trajetória do herói segue a mesma curvatura da sociedade, engendrando uma dramatização, que possibilita projetar o que ainda não se é, rumo a um caminho promissor, para um futuro aberto, rico e grandioso.

Sob essa luz, pode-se compreender o discurso oficial de exaltação à vitória do Brasil na Copa de 70. Ela foi veiculada nos meios de comunicação, articulando-se o tricampeonato da seleção brasileira com a idéia de “Brasil-potência”, ou seja, uma nação que expressava sua grandeza, desde o aspecto econômico até o futebol - discurso que estava em voga quando se enaltecia o chamado “milagre econômico” empreendido pelo regime militar.

Já nos preparativos para a Copa, em 24 de janeiro de 1970, Médici assinou o decreto que instituía a Loteria Esportiva, primeiramente implantada em São Paulo e no Rio de Janeiro; o presidente foi promovido a torcedor número um do país e passou a ser assíduo freqüentador das tribunas de honra dos estádios.

Hélio Silva (1984) conta que o presidente Médici capitalizou as simpatias do povo entusiasmado com a vitória da seleção brasileira de futebol, recebendo-a e prestigiando-a, o que contribuiu para sua popularidade. Ele ressalta também que no

governo Médici houve o fortalecimento da chamada “linha-dura”, voltada mais para a repressão do que para o entendimento político. A linha-dura⁵⁶ era uma das principais tendências no interior do regime militar, constituída por um grupo de oficiais mais radicais, agrupados em torno de Costa e Silva. Essa tendência divergia do “grupo da Sorbonne”, composta por oficiais que se agrupavam em torno de Castelo Branco, que propunha uma intervenção rápida e a devolução do poder aos civis, tendendo para a normalização. Para Ernesto Geisel, foi um erro a permanência dos militares na esfera administrativa do poder por um longo período. Além do combate ao comunismo, ao terrorismo e à corrupção, havia um grave problema: a divisão do Exército. Os “duros”, segundo Geisel, sabiam que não podiam permanecer por muito tempo no poder; entretanto, tinham a postura de prolongar a revolução até concretizarem tudo o que achavam que se devia fazer.

Conforme o relato de Marcelo Ridenti (1993, p. 17-18), a vitória na Copa do Mundo de 70, a campanha ufanista do “Brasil Grande”, e o chamado “milagre econômico” contribuíram para a exaltação do espírito cívico e a imaginação das pessoas, pelo menos a dos meninos de classe média, dentre os quais ele se incluía. Os jovens cantavam músicas, como “Eu te amo meu Brasil”. Esses meninos, movidos pela atmosfera das propagandas, que eram divulgadas pelos meios de comunicação social e o civismo exaltado no espaço escolar, ostentavam orgulhosamente adesivos na janela de suas casas com *slogans* do tipo “Brasil conte comigo”. Enquanto o espírito comemorativo e de amor à pátria era propagado, os órgãos de segurança agiam no combate aos “subversivos”.

⁵⁶ Sobre a linha-dura, ver D'ARAÚJO, SOARES e CASTRO orgs. (1994, p. 19), e D'ARAÚJO e CASTRO orgs. (1997, p. 168).

DaMatta (1994, p. 16-17) destaca que o futebol desempenha papéis diferentes e conciliáveis na sociedade, tendo duas dimensões. A primeira é que ele é um formidável código de integração social, une pessoas de condições sociais diferentes. A união se faz para verem seu time vencer e ao celebrarem a conquista almejada. A segunda dimensão é que o futebol, devido ao seu caráter integrativo, tem capacidade de proporcionar a experiência de vitória e êxito ao povo, principalmente ao povo pobre e destituído de cidadania.

Por isso, como Simoni Lahud Guedes (2000, p. 129-130) ressalta, os jogadores brasileiros podem se transformar em verdadeiros heróis nacionais, quando seu desempenho corresponde às expectativas da torcida, a cada partida e a cada vitória. Quando a vitória que se almeja não é conquistada, podem se transformar em anti-heróis.

A cada tempo e espaço os homens procuram edificar uma determinada memória do passado. Sendo assim, neste capítulo objetiva-se, em um primeiro momento, destacar o papel da Educação Moral e Cívica na construção do Estado-nação durante o regime militar e a postura da grande imprensa paranaense no processo de construção da identidade nacional por meio da história, da fixação dos homens dignos de memória por parte do povo brasileiro, ou seja, dos heróis nacionais. A exaltação que se fez no discurso jornalístico às figuras de D. Pedro I e do Duque de Caxias convergia para esse propósito. Eles eram apresentados como homens que souberam interpretar as aspirações do povo e agir em seu nome.

Propõe-se essa reflexão porque, durante o regime militar, deu-se ênfase à Educação Moral e Cívica do povo brasileiro, a qual se constituía em uma das vias para a transmissão de uma “nova” identidade nacional. Visava-se à formação do cidadão de acordo com os ideais do governo.

Algumas indagações permeiam essa reflexão: O que são datas? Qual seu significado para a compreensão histórica da atividade humana? Que papel coube ao herói na construção do Estado-nação pós-1964?

Segundo Alfredo Bosi, “datas são pontas de icebergs”,⁵⁷ a data é um número-índice, marco de um acontecimento que não se repete. Para ele, o historiador deve ir além das datas que marcam os fatos, ao analisar seu objeto de estudo, procurando apreender o sentido das intenções que as fizeram emergir, em determinado tempo e contexto.

❖ Meios de comunicação e história: o mito do herói nacional no regime militar

O regime militar operou intensamente com as datas cívicas que compunham o calendário nacional. A Educação Moral e Cívica, ao apoiar-se nas tradições nacionais, tinha por finalidade: a) defender o princípio democrático, b) preservar os valores espirituais e éticos da nacionalidade, c) fortalecer a unidade nacional, d) cultuar a Pátria, e) aprimorar o caráter com apoio na moral, f) promover a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros, g) preparar o cidadão para o exercício das atividades cívicas, h) cultuar o respeito à lei e ao trabalho.⁵⁸

Conforme reza esse artigo segundo do Decreto-lei n.º 869, umas das finalidades da Educação Moral e Cívica era o culto à Pátria, aos símbolos nacionais, tradições e instituições e aos grandes vultos de nossa história.

Essas finalidades permaneceram evidentes nos “Mandamentos Cívicos”, de Coelho Neto, renomado escritor e “civilista” brasileiro e membro fundador da Academia de Letras. Seus “mandamentos” foram expressos tanto na **Enciclopédia**

⁵⁷ Visando ampliar a reflexão sobre o tempo, ver BOSI (1992) e ELIAS (1998).

⁵⁸ Senado Federal. Serviço Gráfico. Decretos-leis (1970, p. 36-37).

de Educação Moral, Cívica e Política (1971, p. 301) como na **Enciclopédia Ilustrada para Educação primária** (1973, p. 22-23), ambas produções oficiais do regime militar.⁵⁹ O primeiro mandamento definia que se devia honrar a Deus amando a Pátria. Pelo segundo mandamento, a bandeira nacional era a imagem viva da nação, cabendo ao povo expressar seu amor servindo a ela. O terceiro instituía que todos brasileiros deveriam honrar sua pátria e reverenciar seus heróis. De acordo com o quarto mandamento, cabia à família instruir seus filhos, uma vez que a educação era tida como “dote que se não gasta, direito que não se perde, liberdade que se não limita”. O quinto rezava que todos os brasileiros deviam conhecer os direitos que a lei vigente lhes conferia, para que os princípios de ordem não fossem transgredidos. Pelo sexto, a disciplina e o trabalho eram indispensáveis ao “bom cidadão”. O sétimo previa que os brasileiros deviam economizar na mocidade para que na velhice tivessem condições prósperas. O oitavo estabelecia que os brasileiros deviam ser solidários; o nono, que o povo brasileiro devia primar pela verdade; e segundo o último mandamento, todo cidadão deveria expressar seu amor à terra em que residia.

Os ideais ali expressos se apresentam como uma construção discursiva e ideológica em prol da divulgação do amor à Pátria. Esta devia ser reverenciada quando o povo tomasse “consciência” e conhecimento de sua história por meio da ação dos “heróis”, isto é, dos homens que deveriam ser lembrados e exaltados nas comemorações nacionais.

⁵⁹ Henrique Maximiano Coelho Neto nasceu em Caxias, no Maranhão, em 21 de fevereiro de 1864, e faleceu no Rio de Janeiro-RJ em 28 de novembro de 1934. Atuou na esfera política como deputado federal pelo Maranhão em 1909, e foi reeleito em 1917. Como escritor, em seus trabalhos versou sobre vários assuntos, expressando-se por meio de diferentes gêneros literários: contos, romances, peças de teatro (vários livros), crônicas, críticas, obras didáticas, discursos e conferências; sendo por muitos anos o escritor mais lido do Brasil. Ver Michalany e Ramos (1971, p. 300). **Enciclopédia Barsa**. Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações. Rio de Janeiro – São Paulo, 1988. p. 390. Coelho Neto. Disponível em: site < <http://www.biblio.com.br>> Acesso em: 29 mar. 2001.

Nas comemorações cívicas sob o regime militar diversas figuras da história do Brasil foram exaltadas. O espírito comemorativo foi fortemente veiculado nos meios de comunicação; convidava-se a população para festejar, exaltando símbolos nacionais, tais como o hino nacional e a bandeira nacional. Essa postura é realçada de forma exemplar na propaganda da revista **Manchete** de setembro de 1976, que retratou a imagem do povo unido para comemorar a Independência. (Ver figura 4 em anexo).

Na figura 4, na propaganda veiculada na revista, antes da foto há uma mensagem que remete ao 7 de setembro de 1822. Em seguida está uma foto onde há várias pessoas e casais, crianças e adultos, representando as diversas etnias que compõem o povo brasileiro. No centro delas há um casal, e o homem segura a bandeira do Brasil. Todos têm aparência saudável e expressam alegria. À direita da foto está um homem com um pequeno instrumento de batuque. À esquerda da foto está uma menina com um tamborim. Nas roupas de alguns homens e meninos há uma fita com as cores verde e amarela. Logo depois da foto aparece uma mensagem e texto com frases imperativas.⁶⁰ Ao lado direito do texto há a imagem de um pássaro em pleno vôo, em tom *degradé* e com cores da bandeira do Brasil: amarelo, verde e azul; e abaixo do pássaro está o *slogan* da propaganda política do governo do general-presidente Ernesto Geisel de 1976: "Este é um país que vai para frente". Observa-se que diferentes recursos foram utilizados nessa propaganda para se conseguir a atenção do receptor.⁶¹

⁶⁰ A frase imperativa quer um comportamento. Sua variedade semântica depende das relações ou do *status* social dos interlocutores ou de fatores contextuais. O imperativo presente nas mensagens expressa um pedido, uma ordem, um convite ao leitor. Sobre a utilização de frases imperativas em propagandas ver SANDMANN, 2000, p. 28.

⁶¹ Segundo Sandmann (2000, p. 19-20), de forma geral as propagandas combinam naturalmente texto escrito ou falado com a imagem. Por isso, a ligação de um ícone com algo de que o texto trata constitui-se em um índice.

De acordo com Antônio Sandmann (2000, p. 29), as mensagens propagandísticas procuram despertar o leitor e chamar sua atenção no sentido de levá-lo a memorizar e agir de acordo com o enunciado da mensagem. Sandmann (2000:34) ainda expõe que a linguagem da propaganda expressa a ideologia dominante, os valores em que se acredita. Ela representa a maneira de ver o mundo de uma determinada sociedade e tempo.

Com base nessas premissas, pode-se concluir que durante o regime militar a exaltação dos fatos e dos grandes vultos nas comemorações cívicas cumpria uma função pedagógica. Tinha-se como objetivo moldar o “novo homem”, a partir de comportamentos de civilidade, para se preservar a ordem. Assim, Estado e povo celebrariam unidos sua história comum, reverenciando os heróis nacionais.

Além da exaltação à figura de D. Pedro I, outro personagem da história brasileira compunha o “panteão” dos grandes vultos nos editoriais da grande imprensa escrita paranaense: o Duque de Caxias. Em uma das produções de **Educação Moral, Cívica e Política** do regime militar, a figura de Caxias foi apresentada de forma exemplar, produzindo a imagem de um homem notável, dotado de disciplina e de dedicação à pátria.⁶² Nesse sentido, o povo devia expressar respeito ao Patrono do Exército Brasileiro, tendo-o como referência para atuar em seu dia-a-dia:

Graças à formação democrática do Exército brasileiro, o nosso soldado não constitui uma casta, um segmento à parte, corpo estranhos dentro do organismo nacional. Pelo contrário, o soldado brasileiro sempre esteve integrado ao meio social, compartilhando os mesmos sentimentos e comungando as mesmas idéias com as demais camadas da população. Por isso é que tem assumido o papel de intérprete das aspirações gerais da sociedade, nos momentos decisivos de nossa afirmação histórica como Nação soberana.(...)

⁶² Sobre Duque de Caxias, ver MICHALANY E RAMOS (1971, p. 341).

Caxias deixou a magnífica lição de um homem que preferia o diálogo, a conciliação sempre que possível, em vez da força das armas. Não há de ser exemplo esquecido, certamente, quando é tão necessário unir a família brasileira, superando eventuais divergências através do poder de convicção do diálogo e da pacificação dos espíritos.⁶³

No discurso jornalístico há a tentativa de identificar o soldado ao cidadão e vice-versa, a partir da exaltação à harmonia de interesses e de idéias na sociedade, buscando-se justificar as intervenções militares ocorridas em nosso país. O editor, quando expôs a importância do 25 de agosto, expressou seu ponto de vista, interpretando os fatos.

Conforme Alain Rouquié (1982, p. 127-128), entre os militares há o sentimento de superioridade em relação ao cidadão, proveniente da consciência de pertencerem a um corpo de elite do Estado. Essa postura é reforçada por outros elementos, como o acesso ao ensino técnico e científico de alto nível e o conhecimento do território nacional, que é superior ao de qualquer outra instituição devido às diversas guarnições existentes no país. Assim, procuram preservar cuidadosamente a independência burocrática da instituição militar. O Exército é concebido como a escola da nação. A educação da juventude lhe é designada, por meio do recrutamento e serviço militar. E mais, os militares julgam conhecer os problemas do povo e da nação, por isso eles procuram agir em seu nome.

A partir da concepção de que os militares são providos de saber, conhecendo os interesses do povo, o patrono do Exército é apresentado no editorial como um homem com grandes qualidades. Essa postura permite verificar a visão dos jornais paranaenses e sua concepção positivista de história, enfatizando prioritariamente a ação de "grandes homens". Havia toda uma construção discursiva sobre a

⁶³ O PAPEL do soldado. O Estado do Paraná, Curitiba, 25 ago. 1978. A exaltação ao soldado brasileiro se repete no editorial: O SOLDADO e a democracia. O Estado do Paraná, Curitiba, 25 ago. 1977.; que aqui posteriormente será analisado.

importância do Duque de Caxias para a nação brasileira, atribuindo-lhe características positivas - como a capacidade para o diálogo e a conciliação -, as quais deviam ser referências para a família; concepção que indica a visão da grande imprensa escrita paranaense sobre os valores que deveriam ser propagados na sociedade.

Todo regime, segundo José Murilo de Carvalho (1990, p. 55), promove o culto aos seus heróis e possui seu panteão cívico. Os heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência que contribuem para a identidade coletiva, sendo instrumentos eficazes para conquistar as pessoas, a serviço da legitimação de regimes políticos. Eles podem surgir espontaneamente nas lutas que antecedem uma nova ordem de coisas. Por outro lado, os heróis podem surgir devido ao esforço empreendido por determinados grupos sociais, que escolhem e promovem a figura do herói. Carvalho faz a ressalva de que o herói tem que corresponder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, e que a criação de símbolos não é arbitrária, devendo estar vinculada ao social. O herói, de alguma forma, deve ter a "cara da nação". O símbolo nacional expressa o sentimento coletivo, a emoção cívica dos membros de uma comunidade nacional, ou seja, do Estado-nação.

Podemos perguntar: que função desempenhou o herói nacional na construção do Estado-nação pós-1964?

Para Paulo Miceli (1997, p. 10-11), o herói é como um espelho para o povo, como uma referência moral e de conduta; aparece como responsável pela indicação dos caminhos da humanidade e dos papéis que são destinados aos demais. Questionar o papel que lhe é conferido implica em pôr em questão a Pátria, a Religião, as Forças Armadas, a Revolução, o Partido, que são concebidos na

perspectiva de dogmas e grafados respeitosamente com inicial maiúscula. Nesse aspecto, a exaltação dos heróis nacionais sob o regime militar era uma via para padronizar o comportamento dos brasileiros.

Segundo Ernst Cassirer (1976, p. 241-242), para Thomas Carlyle o culto ao herói nacional é o culto a uma força moral, constituindo-se em um princípio importante para se compreender o pensamento de Carlyle.

Thomas Carlyle (1963, p. 9-10), ainda no século XIX, destacava que os heróis indicam aos homens os caminhos e maneiras de agir. Para ele, os heróis desprezavam a falsidade. Carlyle não admitia mentiras como armas legítimas ou necessárias na luta política. Os grandes homens eram, pelas palavras e pelas ações, os textos inspirados do livro divino de revelações. Sem os heróis não haveria história, já que a simples seqüência de acontecimentos não constituía a história.

A história seria, na concepção oitocentista de Carlyle, feita das ações e façanhas dos heróis. O herói seria um santo transformado, secularizado, podia ser um sacerdote, um profeta, um rei ou um homem das letras. Sem esses “santos temporais”, as pessoas não poderiam viver. O culto do herói era elemento necessário na história humana.

Cassirer (1976, p. 301) faz uma ressalva: Thomas Carlyle tinha uma concepção romântica de heroísmo, os mitos políticos modernos são distintos de seus pressupostos. Os mitos políticos modernos alteraram e alteram nossos valores éticos e transformam a ação humana. Eles não têm cunho religioso ou inspiração divina, como afirmava Carlyle, mas político, e procuram regular, controlar a ação das pessoas, enfim, mudar a vida dos homens.

Com base na reflexão de Ernst Cassirer (1976, p. 63), pode-se entender que o mito é uma objetivação da experiência do homem; por meio dele as pessoas

aprendem a arte de exprimir e organizar seus instintos e temores. Desta forma, entre linguagem e mito há uma estreita relação, uma verdadeira solidariedade. Cassirer (1976:37) afirma que quando se reconhece na linguagem a fonte do mito, as incongruências e contradições do pensamento mítico são reduzidas ao poder objetivo e racional.

Assim, novas palavras surgiram e surgem, e mesmo as antigas palavras são usadas em sentido novo, de acordo com as relações que os homens estabelecem em determinado contexto. Por isso, o mito está intimamente relacionado a todas as outras atividades humanas, embora seja sempre descrito como resultado de uma atividade inconsciente, um produto livre da imaginação. A “fabricação” do mito se dá de acordo com um plano. Os mitos políticos não crescem de maneira aleatória, eles são fabricados por “artesãos hábeis e matreiros” (CASSIRER, 1976, p. 300-301).

Para Cassirer (1976, p. 301), o século XX propiciou o surgimento de uma nova técnica do mito, que pode agora ser fabricado no mesmo sentido e com os mesmos métodos com que se processa o fabrico de outras armas, como as metralhadoras e os aviões. A nova era de fabricação de mitos alterou e altera a forma de vida social.

Como afirma Miceli (1997, p. 14), a idéia de nação pode ser inspiradora tanto de exércitos e esquadras, de discursos políticos e de debates acadêmicos, como também de festejadores e retratistas, movimentos artísticos, sambas de enredo e telenovelas, que se ufanam de ser brasileiros. A nação pode também aparecer denunciada por seus índices de mortalidade infantil, analfabetismo (uma das grandes preocupações do regime militar) e marginalidade. A nação cria seus heróis em diversos espaços, a despeito das datas cívicas ou solenidades promovidas pelo Estado e suas instituições.

A Comissão Didática Laudes (1972, p. 39) organizou um manual de Educação Moral e Cívica destinado aos professores do ensino primário, onde estavam expressos procedimentos relevantes para se formar o povo brasileiro, com base na história da pátria. Em um de seus ensinamentos, expunha-se que a nação era uma grande família e Duque de Caxias um dos seus representantes mais distintos. Ele representava todos que, pela força das armas, defenderam nosso território e derrotaram aqueles que tiveram idéias separatistas no passado. Empreendia-se, assim, a seleção de fatos históricos que deviam compor a memória oficial de forma harmônica, produzindo o esquecimento de lutas ou embates históricos, como os da Guerra do Paraguai, que ocorreu na segunda metade do século XIX e na qual o Império brasileiro se envolveu.

No regime militar, as narrativas de fatos históricos que permearam o discurso da grande imprensa não deram ênfase a lutas ou embates, fossem eles de ordem política, econômica ou social, mencionando-os apenas para pôr em destaque determinados personagens, concebidos como heróis nacionais, homens que souberam agir em nome da nação brasileira:

A data dedicada ao soldado brasileiro não pode ser destinada como festividade circunscrita às casernas. É efeméride digna de ser comemorada por todos quantos compreendem o papel de primeira grandeza que o brasileiro fardado desempenha na evolução histórica nacional.(...)

(...) Caxias deixou a magnífica lição de um homem que preferia o diálogo, a conciliação, sempre que possível, em vez da força das armas. Não há de ser esse exemplo esquecido, certamente, quando é tão necessário unir a família brasileira, superando eventuais divergências através do poder de convicção do diálogo.⁶⁴

Nessa narrativa sobre a importância do dia do soldado expressa-se a idéia de que esta data não se limitava ao âmbito das Forças Armadas. Para enfatizá-la, um

⁶⁴ O SOLDADO e a democracia. O Estado do Paraná, Curitiba, 25 ago. 1977.

dos recursos utilizados na construção textual foram as figuras de linguagem. O 25 de Agosto deveria ser uma festa de todos, não poderia ser uma “festividade circunscrita às casernas”. O termo casernas é utilizado no discurso em lugar de outras palavras (as Forças Armadas), caracterizando a metáfora. As datas cívicas eram momentos por excelência que promoveriam a reflexão do povo brasileiro. Isso implicava pensar a nação em temporalidades diferentes: passado – o que a nação foi; presente – o que a nação era naquela ordem; e futuro – o que a nação poderia chegar a ser, se seu povo tivesse consciência de sua evolução histórica.

Em consonância com os pressupostos de Bethânia Sampaio Corrêa Mariani (1983:33), pode-se afirmar que o discurso da grande imprensa escrita paranaense operava com diferentes dimensões temporais, articulando simultaneamente passado, presente e futuro. Ao ler o presente, o discurso jornalístico captou, transformou e divulgou acontecimentos, opiniões e idéias. Ele procurou organizar o futuro a partir das possíveis conseqüências do presente e edificou uma memória do passado. Na estrutura dos editoriais, devido à maneira como foram narrados os fatos, pretendeu-se construir uma memória da sociedade brasileira, selecionando os que deveriam ser recordados no futuro.

❖ Educação, povo e cultura

No âmbito do Estado-nação pós-1964 surgiram iniciativas que buscavam em tradições mais remotas os laços e traços comuns de um povo, com o objetivo de construir uma identidade nacional, tendo como elementos fundadores a língua, a etnia e as raízes culturais.

O povo-nação, para Décio Saes (1985, p. 33), sendo uma forma de coletividade, tornou iguais indivíduos de diferentes posições sociais, unindo-os em prol de um único objetivo.

No caso dos governos militares, o objetivo seria o de conduzir o Brasil ao progresso, mediante “amor, ordem e trabalho”. Para a formação da identidade, no espaço escolar destacou-se a importância da história do país.

A escola, segundo os padrões do regime militar, era o prolongamento do lar, um espaço privilegiado para a formação do “novo cidadão”. Por meio da escola se transmitiria o conhecimento que impulsionaria o progresso da nação. Estudar era uma forma de colaborar com a nação brasileira, por isso todo jovem devia adquirir conhecimentos para que no futuro pudesse, com seu trabalho, dar sua parcela de contribuição ao país. Numa análise “a contrapelo”, a escola era o aparelho ideológico ideal para difundir na sociedade, desde a base, os valores e padrões de conduta dos indivíduos que melhor servissem à casta militar que se apoderara do Estado.

As reformas educacionais, como expõe José Willington Germano (2000, p. 180), no âmbito dos ensinos de 1º grau, de 2º grau e superior, estavam intimamente ligadas à concepção de educação e propósitos do regime militar. Elas visavam ao controle ideológico da educação escolar em todos os níveis, desde os professores até os alunos; como também à formação de profissionais que pudessem contribuir para o “desenvolvimento do país”. Germano afirma que havia uma relação entre educação e produção capitalista, e que este objetivo aparece de forma mais evidente na reforma do ensino de 2º grau, por meio do ensino profissionalizante. Isso se deu com a Lei 5.692/71, que institucionalizou o ensino profissionalizante, com o objetivo de preparar as pessoas para o trabalho. No quinto artigo dessa lei,

parágrafo 1º, consta que o currículo devia ter uma parte destinada à educação geral e outra à formação especial - a profissionalização.

A formação do brasileiro devia dar-se desde a infância até a vida adulta. A criação, em 1969, do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) estava associada ao objetivo de estender a educação a todos. Esta instituição tinha como público-alvo o trabalhador urbano da faixa etária entre 15 e 35 anos e por meio do dele foram difundidas atitudes cívicas e morais, no sentido de difundir no povo brasileiro os ideais do governo. Para desenvolver suas atividades, a doutrinação cívica por meio do sistema escolar, o MOBRAL contou com a colaboração da Liga de Defesa Nacional, patrocinada pelo IPES, da Campanha de Educação Cívica e da Escola Superior de Guerra.⁶⁵

No âmbito internacional, o regime militar, para empreender sua política educacional, contou com o apoio dos Estados Unidos, que não hesitaram em prestar “ajuda” ao nosso país, por meio da efetuação de acordos ou convênios.

Os EUA, que haviam suspenso programas de apoio à educação durante o período de 1960 a 1964, retomaram a política de financiamento após a deposição de Goulart. O Estado brasileiro pôde contar com o capital externo para implementar sua política na área educacional, reforçando seu alinhamento à política norte-americana na Guerra Fria. No Brasil pós-1964, os acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e o United States for International Development, conhecidos como MEC – USAID, tinham como objetivo atingir todos os níveis de ensino, do primário ao universitário. Assim, o governo norte-americano restabeleceu suas relações com o Brasil através da USAID sob o rótulo de “Aliança para o Progresso”. Porém, para o movimento estudantil, os acordos MEC-USAID visavam transformar as

⁶⁵ Sobre a criação o Movimento Brasileiro de Alfabetização, ver GERMANO (2000, p. 163) e DREIFUSS (1987, p. 443-444).

universidades brasileiras em fundações privadas, ligadas a grupos econômicos monopolistas, que, com seus financiamentos, tentariam impor uma educação que correspondesse às exigências de mão-de-obra.⁶⁶

Para Carlos Fico (1997, p. 97-98), também a propaganda política militar teve pretensão educativa do povo brasileiro, o que possibilita compreender a visão que os militares possuíam do povo e do país. Os governantes se situavam num patamar de “autoridade moral”. Eles conduziram o país rumo à ordem e ao progresso.

A exaltação aos dirigentes do Estado-nação ganhou destaque no discurso jornalístico:

Os que se preocupam com os temas fundamentais da segurança e do desenvolvimento do Brasil estarão fazendo, segunda-feira, um exame de consciência sobre a importância histórica do Movimento de 31 de Março. O país comemorará, com a sintomática presença do presidente Geisel no Congresso Nacional, o 11º aniversário da revolução, com a certeza de que, nesse lapso de tempo, houve profundas alterações da vida brasileira(...).

A marca que devemos atingir é, portanto, de auxílio às regiões pobres, onde a incidência de doenças é maior; há carência de trabalho; existe adustez da terra e o povo se debate nas crises do analfabetismo e incultura. (...)

O 31 de Março é, certamente, um convite para a reflexão cívica em termos de Brasil e uma incitação para que continuemos na grande luta que nos está transformando, gradativamente, numa Nação democrática.

⁶⁷

Neste editorial se fez alusão à ruptura política de 1964, atribuindo-lhe o caráter de movimento, um momento privilegiado para se refletir sobre a sociedade brasileira. Por meio da reflexão, o passado se tornava presente e projetava-se o futuro. Agir no

⁶⁶ Sobre os acordos entre o Brasil e os Estados Unidos, ver GERMANO (2000, p. 125-126), PELEGRINI (1998, p. 107) e CUNHA (1998, p. 115-118).

⁶⁷ 31 DE MARÇO. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 30 mar. 1975. Ao pesquisar nos arquivos da Biblioteca Pública do Estado do Paraná, especificamente na Divisão Paranaense, no sentido de coletar as fontes, constatou-se que não houve edição do jornal *Gazeta do Povo* no dia 31 de março de 1975. Assim, quando se fez a leitura dos editoriais dos dias anterior e posterior à data cívica mencionada, observou-se que o editorial do dia anterior fazia referência ao 31 de março. Dada sua relevância, este foi utilizado na análise do discurso.

presente significaria superar a pobreza em algumas regiões do país, com políticas que propiciassem maiores oportunidades de trabalho, a erradicação do analfabetismo e a oferta de cultura ao povo. O povo era tido como "inculto", por isso o governo devia ter políticas para reverter tal situação. Essa concepção de educação expressou uma forma dominante de pensar o povo, delegando a um determinado grupo a função de "educar" a sociedade, onde coexistem formas distintas de se pensar, atuar e conceber o mundo.

O objetivo de "educar" e "levar" a cultura ao povo empregava como estratégia a homogeneização da forma de pensar, atuar e conceber o mundo segundo o regime militar. Essa estratégia não foi totalmente eficiente, mas, as vozes dissonantes daquele regime foram fortemente combatidas por meio da ação dos órgãos de segurança, principalmente com o recrudescimento implantado a partir de 1968, quando o Ato Institucional n.º 5 entrou em vigor.⁶⁸ O processo da repressão do regime militar e sua incidência no Estado paranaense serão destacados à frente. No discurso jornalístico imperou a concepção de que a escola deveria propiciar ao povo o acesso à cultura:

Já se vê, hoje, nos estabelecimentos de ensino, uma outra mentalidade. Há maior rigor no sentido da obrigatoriedade de leitura, inclusive, de livros brasileiros. Os exercícios de redação estão sendo multiplicados, na ânsia de preparar o futuro vestibulando para a grande prova intelectual. Em tudo e por tudo já se torna visível um novo esforço no sentido de alterar um processo de cultura que, nos últimos tempos, se vem fazendo mais intensamente pela via imagética, em detrimento de uma forma de conhecimento, pela letra impressa, que tornou possível, depois da impressão do livro, num salto de saber para as grandes massas. Compatibilizar o fenômeno novo da imagem com cultura continuará sendo, daqui para frente; o grande desafio de nossos educadores. E num plano mais imediato, para os que buscarão o vestibular (...).⁶⁹

⁶⁸ BRASIL. Serviço Gráfico do Senado Federal. Ato institucional n. 5. Atos complementares 38-40. Decretos-leis 348-409. Brasília -DF, 1969. p. 3-19.

⁶⁹ CRITÉRIO inútil, mas necessário. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 01 maio 1978.

No discurso se associa a Educação à idéia de difusão da cultura, dando ênfase ao conhecimento sistematizado e expresso nos livros, como também à idéia de "levar" o conhecimento às massas.⁷⁰ Esta postura põe em relevo o caráter ideológico do discurso e sua sintonia com a política educacional do governo vigente, principalmente quando se destaca que naquele período havia outra mentalidade nas instituições escolares.

O estilo de narrativa utilizado pelo editor nesse editorial se distingue dos textos anteriores aqui já analisados. Refere-se a um assunto do dia, à seleção de candidatos no vestibular por meio da redação, sem fazer referência a fatos posteriores, o que explicita outra característica textual: o discurso monovalente. Não bastasse a presença eventual deste estilo de narrativa, o que predominou na estrutura dos editoriais da grande imprensa escrita paranaense foi o discurso polivalente, dando ênfase a um determinado assunto, mas ao mesmo tempo fazendo referência a outros fatos, preferencialmente da história do Brasil, utilizando-se de digressões temporais como a retrospectiva e prospecção.

Para se compreender a estrutura dos editoriais dos jornais paranaenses durante o regime militar, o estilo de narrativa que predominou na produção do discurso e a forma como foram destacados os fatos que compunham a história do Brasil e os elementos de nossa nacionalidade, será explicitado como o processo de construção da identidade nacional tem sido pensado desde o século XIX.

⁷⁰ No regime militar, além da visão de que o povo era desprovido de conhecimento, constituindo-se em um povo "inculto", afirmava-se que o brasileiro era humanitário e cristão por tradição. Essa concepção é explícita em dos editoriais analisados anteriormente, ver O SOLDADO e a democracia. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 25 ago. 1977.

❖ **Brasil, do século XIX ao regime militar: em busca de identidade**

No âmbito do Estado-nação pós-1964 surgiram iniciativas que buscavam em tradições mais remotas as fundações de um povo. O objetivo era a construção de uma identidade nacional, tendo como elementos fundadores: a língua, a etnia e as raízes culturais. Essa postura também se manifestou no discurso da grande imprensa paranaense:

(...) No que se refere à cultura é preciso que se defenda a língua, "alma do povo" e que a tropicalidade do gênio lusitano plasmador, em grande e fundamental parte, da mentalidade brasileira, se busque rumos de nacionalidade autêntica e genuína no seio do povo. Na retrospectiva da história – se há tantos 7 de Setembro a conquistar em termos de futuro – fizemos há pouco tempo, uma escolha decisiva, quando brasileiros, vindos de todas as camadas do estrato social se manifestaram contra um quadro de perturbações sociais, de mazelas econômicas e financeiras, de convulsões intestinas, que formavam o palco ideal para a presença de um sistema político-ideológico visceralmente contrário à tendência da grande maioria de nosso povo. Hoje a opção feita em Março de 64, apresenta um Brasil marcado de dificuldades, mas, também, de positivas esperanças (...).⁷¹

Neste editorial, para se tratar da identidade do povo brasileiro, o editor compõe sua narrativa buscando elementos da história do país. Ele retoma o passado quando faz alusão às características do colonizador e estabelece sua relação com o presente na constituição da nacionalidade do povo brasileiro. Novamente no discurso jornalístico foram utilizadas as digressões temporais para se refletir sobre a sociedade. Desta maneira, procurou-se estabelecer vínculos entre o lusitano e o brasileiro. Além disso, a ruptura política de 1964, que inaugurou um novo período da história do Brasil republicano - o regime militar - foi apresentada novamente como um fato histórico positivo e importante. Para tanto, o editor grafou o mês de março com a letra inicial maiúscula.

⁷¹ OS VÁRIOS 7 de setembro que precisamos. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 7 set. 1975.

No discurso dos jornais paranaenses predominou a idéia de continuidade entre a obra do português empreendida nos Trópicos e o povo brasileiro, no sentido de afirmar quais os elementos que comporiam a identidade nacional:

(...) Herdeiros do espírito português, estamos, profundamente, vinculados à Nação lusa, com a qual participamos da mesma língua, comungando sentimentos de cordialidade e de tolerância, que nos faz uma Pátria, onde a violência está, profundamente, lateralizada de nossos hábitos, posto que preferimos, sempre, soluções pacíficas e de concórdia.

Munhoz da Rocha, nome que o Paraná reverencia pela cultura, costumava, nas suas salas de "Histórias da Américas", na Universidade Federal, sublinhar que somos diferentes dos espanhóis. "O português é um espanhol contido". E ressaltava mais: que nós, brasileiros, assimilando a alma lusitana, ficamos com essa índole de paz, recebendo, dos negros, profundas contribuições ao ponto, como quer Gilberto Freyre, de sermos uma "Nação de mulatos". (...).⁷²

Para expor a composição da nacionalidade do povo, o editor em sua narrativa faz referência a outros discursos, de Munhoz da Rocha e de Gilberto Freyre, buscando na autoridade destes a credibilidade ao discurso produzido. O discurso é essencialmente polivalente e ao mesmo tempo conserva e reproduz o conteúdo da fala das personagens, caracterizando o estilo direto. Os fatos foram apresentados e seguidos de interpretação, estilo que expressa a visão do mundo - a ideologia do órgão de divulgação.

No discurso jornalístico outra vez se associou a identidade nacional a aspectos tais como a língua e o espírito lusitanos, e também às contribuições do negro para a formação do povo brasileiro. O editor, por meio do discurso veiculado no editorial, procurou construir uma imagem do povo e para o povo, atribuindo-lhe características associadas à cordialidade.

Segundo Nelson Werneck Sodré (1962, p. 9), o povo é uma abstração. As pessoas atribuem significado a este termo como bem imaginam, freqüentemente

⁷² A NOSSA independência. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 7 set. 1976.

utilizado no plano político. Sodré (1962, p. 13) afirma que, em determinado tempo e espaço, o povo não tem a mesma composição social, não agrupa sempre as mesmas classes. Por isso, o termo é histórico. A cada fase histórica as pessoas atribuem a ele um determinado conteúdo, de acordo com suas maneiras de pensar, sentir e agir na sociedade.

Para Sérgio Alves de Souza (1994, p. 64-65), o povo é fruto de uma operação de poder, que o cria para abordá-lo, defini-lo, controlá-lo e legitimar-se a partir dele.

Por meio do estudo dos sentidos de povo no Brasil na década 1960, entre os anos de 1962 e 1969, Souza propõe a reflexão sobre a força e os limites deste personagem político-histórico. Ele põe em destaque os diferentes sentidos atribuídos ao termo povo no Brasil, e relata que os dicionários ou enciclopédias registram os significados que circulam na sociedade em um dado momento, e não os criam. Expõe também que geralmente o termo povo é relacionado a diferentes campos semânticos: à organização da sociedade (a gente, família, pessoal, classe inferior, plebe, terceiro estado); à natureza (casta, raça, espécie, região, terra, clima, paisagem, plaga); a número (multidão, conjunto, grande número, coletivo); à ocupação do espaço (pequena localidade, habitar região, território, província); à cultura (tradições, língua, hábitos, costumes, história); e à política (nacionalidade, nação, pátria, país, estado, sujeição a leis, subordinação a um poder político central, unidade de interesses e aspirações). Segundo Souza, o povo não existe sem o discurso que o produz. Aquele que fala sobre o povo pode posicionar-se como elemento desta categoria ou excluir-se dela.⁷³

⁷³ Sobre as considerações sobre o termo povo, ver Souza (1994, p. 51-166) e (1994, p. 52-65).

Com base nessa reflexão pode-se constatar que durante o regime militar os jornais paranaenses procuraram construir a imagem do povo brasileiro a partir da história do país, da invenção de tradições entre o português e o brasileiro, da idéia de nação, principalmente da língua. Nesse processo de construção da identidade homogeneizaram-se os diferentes grupos da sociedade, fazendo prevalecer a idéia de uma história comum e evocando o conagraçamento racial – a miscigenação.

A busca pela construção da identidade nacional no Brasil não é inovação do Estado brasileiro que se organizou a partir do golpe de Estado de 31 de março de 1964, mas uma preocupação que advém desde a primeira metade do século XIX, com a proclamação da Independência. Assim, torna-se interessante refletirmos sobre como a história da nação foi pensada por dois fundadores da historiografia brasileira: Francisco Adolfo Varnhagen e Capistrano de Abreu. O objetivo é o de perceber como suas concepções foram resgatadas pelos meios de comunicação social no regime militar e analisar em que medida eles atribuíram um novo significado aos elementos da cultura brasileira.

A construção do Estado-nação, para Ricardo Salles (1996, p. 29-30), é uma das grandes questões que marcam a história ocidental no século XIX. No Brasil, Varnhagen, considerado o historiador oficial do Segundo Reinado, foi praticamente inaugurador da tradição de acentuar a ligação entre a colonização e a civilização européias representadas pelo elemento português e a nova nação, traçando a continuidade entre a cultura civilizatória luso-européia e a colonial. Noções e valores como os de pátria, povo, caráter, vocação histórica, cultura e natureza foram exaltados na história do Brasil, que era a via para a formação da identidade nacional e construção da origem da nação, a partir do passado, periodizando os eventos.

No Brasil pós-independência coube ao Estado imperial a construção racional da nação. Através de suas instituições, como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e os museus nacionais, buscou-se a produção de memória oficial para a “jovem” nação. Isso acelerou o espírito comemorativo propugnado pelo Império. Era expressão de ordem “lembrar para comemorar, documentar para bem festejar” (SCHWARCZ, 1993, p. 104). O Estado-nação necessitava de um passado de que pudesse se orgulhar e que permitisse construir o futuro.⁷⁴

A propaganda política, A Educação Moral e Cívica nas escolas e os meios de comunicação contribuíram para a edificação da identidade nacional no regime militar.

Os jornais paranaenses narraram em seus editoriais a história do Brasil e procuraram estabelecer quais os elementos que comporiam a identidade da nação brasileira, principalmente quando se expôs uma concepção de cultura:

Ao gesto, também carregado de emoção histórica, de D. Pedro às margens do Ipiranga, proclamando a Independência do Brasil da Coroa portuguesa, que hoje, com vibração de civismo, reverenciamos, é preciso que todos os brasileiros que fazemos a Pátria comum, tenham a consciência de que existem, prospectivamente no futuro vários marcos de manumissão que necessitamos alcançar. (...) No que se refere à cultura, é preciso que se defenda a língua, “alma do povo” e que a tropicalidade do gênio lusitano plasmador, em grande e fundamental parte, da mentalidade brasileira, se busque rumos de nacionalidade autêntica e genuína no seio do nosso povo.(...)⁷⁵

Novamente se destacou no discurso jornalístico a importância de D.Pedro para a compreensão da nacionalidade brasileira, ligou-se o presente com o passado e se projetou o futuro da nação, por meio de digressões temporais. A cultura se restringiria aos elementos que comporiam a identidade nacional do país. Os

⁷⁴ Sobre o IHGB, ver REIS (1999, p. 25-6) e SCHWARCZ (1993, p. 67-98), capítulo 4 “os museus etnográficos brasileiros: ‘polvo é povo, molusco também é gente’”.

⁷⁵ OS VÁRIOS 7 de setembro que precisamos. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 7 set. 1975.

elementos dessa identidade não negariam o passado, a cultura portuguesa, mas recuperariam elementos da cultura do colonizador.

A preocupação em estabelecer os vínculos entre Estado e povo, através da formação da identidade nacional do Estado-nação, pretendeu garantir unidade à organização social e estabelecer quais eram os elementos desta coesão, tais como a língua e as contribuições do lusitano, traçando uma continuidade entre o Brasil e Portugal, tal como fez Varnhagen ao escrever sobre a história do país.

O IHGB coletava documentação, selecionava material e definia sua importância, incentivava a escrita de memórias em toda parte do país e solicitava a remessa de documentos das províncias para a capital. Todas essas atividades desenvolvidas por eles, primavam pela produção de uma história nacional, com a narração de fatos que indicariam a trajetória de progresso do Brasil.⁷⁶

Já em 1840, o naturalista alemão Karl Friedrich Philipp von Martius obteve o prêmio do IHGB, que se destinava a quem apresentasse uma monografia sobre a melhor forma de escrever a história do Brasil. Para Martius, o historiador, ao escrever sobre o Brasil, devia ter visão do todo e com sua obra despertar em seus leitores amor à Pátria e todas as virtudes cívicas. Francisco Iglésias (2000, p. 81-82) afirma que Varnhagen teve influência de Martius. Varnhagen, ao escrever a história do país, foi extremamente conservador. Eram características marcantes em sua obra: a história factual, a predominância de datas, a presença de grandes vultos da esfera política e o domínio do político. Esses eram os elementos que compunham a história de Varnhagen.

Para Iglésias, Varnhagen “quer fazer e faz o histórico da colonização portuguesa”, exaltando figuras consideradas cultas e superiores da elite. Em sua

⁷⁶ Sobre as atividades desenvolvidas pelo IHGB, ver SOUZA (1999:352).

obra não “se vê e nem sente o povo”. Mesmo assim, contribuiu para o desenvolvimento dos estudos históricos no Brasil, pelo cuidado com as fontes e a valorização dos documentos.

Na obra de Varnhagen o presente, o passado e o futuro se confundem numa visão do político. Sua história tem três elementos básicos: a nação, o Estado e o branco brasileiro. Para ele, a vitória do branco representava a concepção de uma forma superior de civilização racial e cultural.⁷⁷ José Honório Rodrigues (1970, p. 129) destaca que, embora Varnhagen fosse conservador, em sua **História Geral do Brasil** revelou as contradições existentes no interior da sociedade brasileira, tais como as perseguições políticas e religiosas, discriminações raciais, censura, falta de imprensa e de ensino, excessos de castigo, abuso de autoridades, lutas entre governadores e magistrados, a corrupção e governos longos. Por desejar que sua história servisse à administração e ao governo, Varnhagen procurava escrever a história do Brasil imperial exaltando a unidade colonial.

Capistrano de Abreu (1976, p. 70) diverge de Varnhagen, quando afirma a inexistência de unidade no Brasil. Ele reinterpretou a história brasileira não pelo veio temático do Estado imperial, e sim, do povo e a sua constituição étnica. Capistrano sustentava que o povo brasileiro era constituído por três raças: o índio, o português e o negro. A organização da sociedade promovia o aparecimento, no organismo social, de forças dissolventes, centrífugas, que comprometiam a unidade nacional. Segundo ele, os povos naturais, as comunidades indígenas eram sem dúvida “indolentes”, incapazes de grandes esforços, o português vindo do reino se achava superior ao português nascido em terras brasileiras, destacando-se também sua aversão à mestiçagem com o elemento africano. Por exemplo, aos mulatos era

⁷⁷ Referências sobre Francisco Adolfo Varnhagen, ver DIEHL (1998:57-58)

negado o direito de receber as ordens sacras. Assim, para provar a limpeza de sangue, as famílias alimentavam o desejo comum de ter um padre na família. Ter um padre na família simbolizava a pureza e superioridade de raça.

Para Capistrano de Abreu, caberia ao povo brasileiro o futuro do Brasil. Ao procurar as identidades deste povo, esse historiador valorizou as suas lutas, os seus costumes, a miscigenação, o clima tropical e a natureza brasileira, que era tida como um obstáculo à ação do homem. Ele pensava e valorizava o país em termos culturais: a presença do indígena, mais mameluco do que mulato, mais sertanejo que litorâneo.⁷⁸

A preocupação de Capistrano em sua obra, como afirma Denise Bottmann (1997), era escrever capítulos da história do Brasil. Assim, o nome de sua obra não era uma simples alegoria, uma subdivisão apenas do texto, pois os capítulos estavam organizados a partir de temáticas. Ela discorda de José Honório Rodrigues e afirma que a ordenação dos **Capítulos** é “temática antes que cronológica”. Bottmann expõe que a construção de um passado histórico brasileiro era uma preocupação comum à geração intelectual à qual se filiava Capistrano de Abreu nos séculos XIX e XX. Essa geração procurava enfatizar os traços e costumes do povo que contribuíram para a constituição e definição de uma identidade nacional. Para Capistrano, a construção da brasilidade era produto de uma mescla entre o natural (povos indígenas) e o exótico (o branco e o negro); a história do Brasil se inaugura com seu descobrimento, estando atrelada ao movimento de expansão marítima europeia. O lusitano era portador de história, tinha uma história a ser contada. Nessa história, o africano ocuparia um lugar material, o trabalho. Capistrano concebia que a força do país, que ele amava, residiria na conjugação de território e povoamento.

⁷⁸ Sobre Capistrano de Abreu, ver REIS (1999, p. 23-50) e VAINFAS (1999, p. 174-176).

Assim, para ele, os desbravadores, ao adentrar na mata, venceram a inércia, oriunda da subordinação do homem ao meio físico, por isso não hesitou em elogiar o jesuíta, que era o fundamento da própria história do Brasil, e o bandeirante, que era a causa edificante do desbravamento da natureza. Dedicou ao capítulo "O Sertão" mais de um terço de sua obra. Para Capistrano, o sertanejo era o resultado histórico-ideal desse processo, o novo tipo étnico brasileiro.

Para Oliveira Vianna, o latifúndio foi um dos modeladores da identidade nacional do povo brasileiro, e mais, esta organização impedia o Brasil de chegar ao tipo de solidariedade social requerida para a formação de uma nação. O Estado constituía-se em um instrumento privilegiado para promover a construção de uma "nação brasileira solidária" em detrimento da "anarquia branca", ou seja, dos "mandões" locais que exerciam o poder sobre todos aqueles que estavam em seus domínios.⁷⁹ Segundo Richard Graham (1997, p. 28), os que não estavam em condições de escravo estavam presos ao lugar ou espaço em que viviam, devido aos laços familiares e vínculos de proteção e à grande propriedade da terra. Na grande propriedade rural o poder patriarcal impera; as famílias representam fonte de capital político, cabendo ao Estado a proteção primordial a elas, instituindo leis que as favorecessem. Nesta perspectiva, durante a organização do Estado Imperial, coube ao Estado a preservação da unidade territorial frente à frágil coesão resultante da instituição que a fundamentava, a escravidão.⁸⁰

Capistrano de Abreu fugiu ao esquema tradicional que punha em relevo a história política. Distanciou-se da história estritamente política e administrativa e fez uma história também social e econômica, estudando o cotidiano, o homem comum, os modos de vida, as mentalidades. Ao escrever sobre a história do Brasil, substituiu

⁷⁹ Ver VIANNA (1973) e ODALIA (1997).

⁸⁰ Ver MATTOS (1987, p. 84-5), quanto à importância atribuída ao território durante o Império.

o conceito de raça pelo de cultura e sugeriu à historiografia temas que antes eram negligenciados, como o regime de terras, a história da legislação e do parlamento e partidos políticos, entre outros. Ao ocupar-se do povo em sua síntese, o mestiço era o elemento vivo, expressando a mistura das três raças (o branco, o índio e o negro).⁸¹

Em Varnhagen e em Capistrano percebem-se preocupações distintas no tocante à escrita da história; enquanto o primeiro privilegiou a história política com a exaltação de grandes homens, o segundo procurou focar principalmente o povo brasileiro.

Ao retomar o regime militar, na história divulgada nos editoriais da grande imprensa paranaense, constata-se que predominou a temática relacionada à esfera política e à ação dos “grandes homens”, como no início do século XX.⁸² Ao se contar a história, houve o reconhecimento e a valorização de que a nação brasileira era composta por um povo miscigenado, sem privilegiar o branco, o índio ou o negro em detrimento dos outros, porém essa história foi marcada pelos grandes acontecimentos e “grandes homens” concebidos como heróis nacionais. A Educação Moral e Cívica seria crucial para a pretendida reeducação do povo brasileiro, como também para a construção da identidade do Estado-nação. Essa é uma premissa que se tem que considerar ao analisar a escrita da história na grande imprensa, a

⁸¹ Referências sobre Capistrano de Abreu, IGLÉSIAS (2000, p. 121), DIEHL (1998, p.55-56) e BOTTMANN (1997).

⁸² A exaltação a fatos e grandes homens, que compunham a história política, como a chegada dos portugueses à América, a Independência do Brasil, o 31 de março de 1964 e figuras como D. João VI, D. Pedro I, o Duque de Caxias e as Forças Armadas, é explícita em editoriais que já analisamos anteriormente, tanto do primeiro capítulo como do segundo capítulo (ver CAMINHADA infinita. *Folha de Londrina*, Londrina, 7 set. 1975., A CONQUISTA de cada um. *Folha de Londrina*, Londrina, 7 set. 1976., LIBERDADE assumida. *Folha de Londrina*, Londrina, 7 set.1977., A INDEPENDÊNCIA. *Folha de Londrina*, Londrina, 7 set. 1979., A LUTA pela independência. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 9-10 set. 1976., TREZE anos. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 31 mar. 1977., PÁTRIA e democracia. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 7 set. 1978., O SOLDADO e a democracia. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 25 ago. 1977., O PAPEL do soldado. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 25 ago. 1978. e OS VÁRIOS 7 de setembro que precisamos. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 7 set. 1975).

qual estava em conciliação com a propaganda política promovida pela ARP e pela Aerp.

A identidade, conforme destaca o antropólogo Kabengele Munanga (1999, p. 108), é um processo sempre negociado e renegociado, segundo os critérios ideológico-políticos e as relações de poder que são estabelecidos a cada tempo e espaço.

Segundo Eric Hobsbawm (1984, p. 9-10), na construção da identidade nacional, as “tradições inventadas” são importantes. A “tradição inventada” é um conjunto de práticas que visam regular a vida das pessoas. As regras são de natureza ritual ou simbólica e procuram inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição. A tradição inventada, ao fazer referência ao passado, põe em evidência os fatos históricos dignos de memória. Ela estabelece uma continuidade entre o presente e o passado. Hobsbawm afirma que as novas tradições podem lançar mão de velhos elementos que compõem uma determinada cultura de Estados nacionais, como o hino nacional, a bandeira e a personificação da “nação”. As “tradições inventadas” constituem-se em três categorias superpostas: na primeira, estão aquelas que estabelecem ou representam uma coesão social ou a admissão de um grupo ou de comunidades reais; na segunda, as que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade; na terceira, aquelas cujo propósito principal é a inculcação dos mesmos valores em todos os cidadãos. Nesse processo, o elemento de invenção é a história. A história é utilizada como legitimadora de ações e como elemento de coesão grupal. O estudo das tradições possibilita apreender as relações humanas com o passado. Ao vislumbrar essas categorias das invenções de tradições, compreende-se melhor o processo de reconstrução da identidade no Estado-nação pós-1964.

Os discursos então veiculados nos editoriais dos jornais paranaenses são prioritariamente ideológicos; visavam interferir e formar a opinião pública sobre determinados assuntos, contribuindo para a edificação de uma memória oficial, e ao mesmo tempo para a produção do esquecimento de fatos históricos tidos como irrelevantes para a compreensão da nacionalidade brasileira. No discurso da imprensa, representou-se a idéia de país predestinado a um futuro promissor, que deveria ser construído com amor, ordem e trabalho.

Desta maneira, pode-se questionar: de que derivam a força e o sentido das representações? Ambos derivam, em sua maioria, de seu contexto social e das redes sociais e políticas em que são elaborados. Os textos produzidos em determinado tempo refletem as práticas materiais e discursivas que são estabelecidas entre as pessoas.⁸³

Tendo como referência os pressupostos de Eric Hobsbawm acerca do estudo da "invenção de tradições", não há lugar nem tempo investigado pelos historiadores onde esta não tenha ocorrido. A cada tempo e espaço as pessoas ou grupos sociais têm seu próprio rito e forma de expressar seu pensamento e emoções; parafraseando Ernst Cassirer, ninguém pode passar pelas ruas nem saudar o vizinho ou amigo sem realizar um ritual político.

A maneira pela qual os jornais paranaenses narraram os fatos históricos na década de 1970 expressava a concepção de história que foi predominante no século XIX e início do século XX. Deu-se ênfase à história política e aos homens que atuaram nela, apresentando os fatos de forma linear, no sentido de estabelecer uma história comum - a identidade nacional - e de manter a coesão social e "educar" o povo. Os fatos históricos não eram apresentados enquanto processos, mas

⁸³ Sobre representação, FALCON (2000, p. 70).

construídos a partir da ação de um grande homem. Isso ocorreu porque a história do século XIX era tida como “força pedagógica” - a *Historia Magistra Vitae* - que ensinaria os homens a tornarem-se cidadãos. Era esse modelo “positivista” o que melhor se adequava aos ideólogos do regime militar.⁸⁴

Enfim, durante o regime militar, através da história divulgada nas produções de Educação Moral e Cívica, na Escola e meios de comunicação, as pessoas reviveriam o tempo passado, agiriam no tempo presente e construiriam o tempo futuro. A história foi o elemento de invenção de tradições, na reconstrução do Estado brasileiro pós-1964. Houve a incessante busca por estabelecer a identidade nacional e a coesão entre o Estado e o povo. Essa postura se verifica com a fixação dos heróis nacionais e a inculcação, na mente da população brasileira, de valores e de comportamentos tidos como virtudes, como o enaltecimento à ordem e ao trabalho. Os editoriais retomaram o passado para promover a reflexão sobre o presente, evocando a idéia de que os homens do presente estavam dando continuidade à ação de D. Pedro, daí a importância atribuída ao “movimento” de 1964 e à ordem vigente.

⁸⁴ Sobre os pressupostos gerais da historiografia positivista, ver SCHAPOCHINIK (1996, p. 169-178) e CASTRO (1997, p. 45-59).

CAPÍTULO III
OS CAMINHOS DA “SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO”: A
REPRESSÃO NO PARANÁ

(...) A abertura era inevitável. Ao longo do tempo, era inevitável. Porque o regime de exceção, num país do tamanho do Brasil, não pode se perpetuar. Inclusive, o efeito nas relações exteriores do país se faria sentir. A começar pelos Estados Unidos. Os Estados Unidos, que tinham sido favoráveis, no início, à revolução de 64, com o decorrer do tempo começaram a dar demonstrações de que não eram favoráveis ao nosso regime.

Ernesto Geisel⁸⁵

No plano político, Geisel governa com a abertura em uma das mãos e o AI-5 na outra. A flor e o chicote.

Ronaldo Costa Couto (1999, p. 439)

Após o golpe de Estado de 1964, os generais-militares estiveram à frente da esfera administrativa. Geisel, ao assumir a presidência em 1974, representou o retorno dos castelistas ao governo, o chamado grupo da Sorbonne.

Os castelistas não comungavam das idéias dos oficiais da linha-dura. Eles concebiam que a intervenção militar deveria ser breve, enquanto os oficiais de linha-dura divergiam desta idéia. Por isso os castelistas foram marginalizados durante os governos de Costa e Silva e Médici. Nestes governos, intensificou-se a repressão no país e se ampliou a ação dos agentes dos órgãos de segurança no combate à subversão.

⁸⁵ Declaração de Geisel no depoimento ao economista e Doutor em História Ronaldo Costa Couto em 31 de janeiro de 1995 (Apud COUTO, 1999, p. 252).

Assim, Geisel, em seu governo, objetivava liberalizar o regime autoritário que herdara, como também limitar a ação dos agentes de segurança. Para tanto, iniciou o processo de abertura política. Este processo deveria ser lento e gradual, ou seja, manter a ordem e promover o afastamento seguro das Forças Armadas da esfera estatal (KUCINSKI, 2001, p. 9-10).

Para Suzeley Kalil Mathias (1995, p. 39), Geisel tinha, ao assumir o poder, um projeto político para superar o estado de exceção e afastar os militares da esfera administrativa estatal, mantendo a autonomia das Forças Armadas. Segundo Mathias, ele buscava descomprometer os militares com a repressão e estabelecer uma democracia tutelada.⁸⁶

Não obstante, por em prática o pretendido projeto de Geisel não foi tão tranquilo. Além de ter que enfrentar o descontentamento de oficiais (a linha-dura) no interior das Forças Armadas, tinha que manter a segurança, ou seja, combater os que se opunham ao regime militar.

A abertura política empreendida pelo governo foi marcada por contradições. Embora desejasse restringir e controlar a ação dos órgãos de repressão, também contou com a atuação destes no combate aos dissidentes. Isso é evidente quando, no Estado do Paraná, instaurou-se a chamada Operação Marumbi, nos primeiros dias de setembro de 1975, para apurar a ação clandestina de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Quando já estavam praticamente destruídos os grupos armados entre os anos de 1974 e 1976, os agentes de segurança foram à caça de outros dissidentes,

⁸⁶ Os depoimentos de militares que atuaram durante o Estado autoritário brasileiro pós-1964, expressam o grau de divergência no interior das Forças Armadas, quanto ao tipo de saída do poder, ou seja, as estratégias ou práticas liberalizantes (ver SOARES, D' ARAÚJO e CASTRO, 1995).

dos “comunistas” arregimentados pelo PCB. Os militantes desta organização apoiavam o projeto redemocratizante do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que naquele período era o único partido legal de oposição desde sua criação em 1965. Por isso, os órgãos de segurança não hesitaram em agir (RIDENTI, 1993, p. 28).

Após 1964, o PCB manteve sua linha política, atuando na clandestinidade e fazendo resistência ao regime militar. Até 1968 esta organização perdeu muitos de seus integrantes, que migraram para outras que propunham a resistência armada imediata. O PCB defendia um programa de transformações que desenvolveria um capitalismo nacional, o que era um pressuposto para futuras lutas rumo ao socialismo. O caminho delineado consistia na construção de uma aliança entre os operários, os camponeses e a burguesia nacional, contrapondo-se ao “imperialismo” e seus aliados – os latifundiários (MIRANDA e TIBÚRCIO, 1999, p. 303). O PCB concebia que deveria ser pacífica a forma de luta para se chegar ao socialismo. Este pensamento contribuiu para que ocorressem dissidências nesse partido e no início dos anos 1960 o PCB começasse a se dividir. A primeira organização dissidente foi o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e, após o golpe de Estado de 1964, outras organizações de esquerda surgiram (MIRANDA e TIBÚRCIO, 1999:302). O PC do B e a Ação Popular (AP) propunham a “guerra popular prolongada”, que contaria com a organização dos camponeses e da guerrilha rural, e também com a possibilidade de lutas das massas das cidades e com as ações de guerrilha urbana. Não obstante, estas organizações se abstiveram de ações armadas nas cidades (RIDENTI, 1993, p. 44).⁸⁷

⁸⁷ Para ampliar as reflexões sobre o PCB e as organizações dissidentes, ver Jacob Gorender (1988). Para Leônidas Pires Gonçalves, um dos militares que atuaram no regime pós-1964, o PCB não era pacifista. Gonçalves afirma que, as lideranças dessa organização eram irresponsáveis, pois

Tanto as organizações de esquerda que pregavam a luta armada quanto as que defendiam a luta pacífica, no processo de resistência ao Estado autoritário, foram combatidas.⁸⁸ Isso era observável no dia 17 de setembro de 1975. Quem fosse a uma banca de jornais ou revistas no Paraná, ao ler as notícias de primeira página do jornal **Folha de Londrina**, poderia tomar conhecimento da nota oficial sobre a Operação Marumbi. Era a formalização da ação dos agentes policiais no Paraná na caça empreendida contra os “comunistas”. O texto divulgado tinha o seguinte teor:

Como é de conhecimento público, diligências realizadas pelos órgãos de segurança durante o corrente ano culminaram com a captura de elementos engajados em atividades de natureza subversiva, em vários Estados da Federação, bem como ensejaram o levantamento de dados relacionados com a atuação ilegal do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Tais acréscimos de outros já existentes nos órgãos de Segurança da área se constituíram em ponto de partida para o aprofundamento das investigações, que resultaram na prisão, nos últimos dias, de vários suspeitos de pertencerem ou de estarem ligados à cúpula da subversão no Estado do Paraná. Pode estar certa a família paranaense de que as ações em curso visam garantir a sua tranquilidade e a ordem indispensável para o trabalho profícuo, fatores imprescindíveis ao progresso da pátria. Ademais, vêm sendo e continuarão ao ser conduzidas, respeitando-se a pessoa humana, obedecendo a lei e somente em casos impostos pela segurança nacional. Cabe agradecer a atuação dos meios de comunicação social, que em nenhum momento prejudicaram as diligências.

Curitiba, 17 de setembro de 1975.

“inspiravam homens de baixo a fazer coisas incríveis”. Ver D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO (1994, p. 251-252).

⁸⁸ A repressão generalizada do Estado policial também incidiu sobre indivíduos que participavam de manifestações de rua ou eram “suspeitos de subversão”. Diversas pessoas que não tinham vínculo com organizações de esquerda, durante o regime militar foram detidas para averiguações. Nesses casos, muitas apareciam mortas nas dependências policiais ou desapareciam. Os agentes do Estado declaravam que as mortes eram decorrentes de suicídio e os indivíduos desaparecidos eram dados como foragidos (ver MIRANDA e TIBÚRCIO, 1999, p. 541). Naquela época, vários presos políticos foram levados para o presídio Tiradentes, depois de serem interrogados e torturados nas câmaras de tortura das instituições de segurança. Diferentes pessoas de todo o país passaram por ele, tais como operários, camponeses, estudantes, professores, padres, freiras, políticos, empresários e militares (ver FREIRE, ALMADA e PONCE, 1997).

General de Divisão Samuel Alves Correa – Comandante da 5ª
RM/DE.⁸⁹

O general Correa enfatiza que as prisões já eram de domínio público, sendo assim, só estaria oficializando o fato; e mais: que ao desempenhar suas funções, os órgãos de segurança procuravam manter a ordem indispensável ao trabalho e progresso do país. O agradecimento aos meios de comunicação deixa claro que a imprensa estaria colaborando para a “manutenção da ordem social”.

Cumprir observar que essa colaboração ocorreu em tempos em que a Lei de Imprensa, instituída em 1967, estava em vigor. O que isso representava? Representou os limites do espaço de atuação dos profissionais que atuavam nos órgãos de divulgação do país. Se o jornalista tivesse provas de crimes cometidos por figuras do governo ou agentes de suas instituições, não poderia divulgá-las, muito menos fazer referência ao assunto (MARCONI, 1980, p. 33).

Durante o regime militar, a prática da censura política à imprensa escrita permitiu aos representantes do governo decidir o que a população poderia saber e o momento de tomar conhecimento sobre determinado assunto.

Segundo o historiador Carlos Fico (2001, p. 184), os agentes dos órgãos de informação concebiam que os “comunistas” se infiltravam nos jornais para propagar suas idéias. Por isso, era necessária a constante vigilância sobre a imprensa escrita.

Os depoimentos de jornalistas que vivenciaram o período de censura política à imprensa escrita na região paranaense permitem reconstituir um pouco daqueles “anos de chumbo”. Essa preocupação em conhecer como se deu o processo de censura à grande imprensa escrita no Estado do Paraná surgiu a partir da análise dos editoriais. Por meio dos depoimentos dos jornalistas Mussa José Assis, Walter

⁸⁹ Ver AGORA 5ª RM divulga notas sobre prisões. *Folha de Londrina*, Londrina, 18 set. 1975.

Shmidt e Walmor Macarini, busca-se reconstituir o contexto em que a liberdade de expressão foi restrita, situação que interferiu na atuação dos órgãos de divulgação no país, ou seja, na produção e na circulação de ideologias, idéias e informações.

O professor Paul Thompson (1998, p. 22), um dos pioneiros em história oral na Grã-Bretanha, afirma que esta história pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e permitir novos campos de investigação; pode transpor barreiras existentes entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior e na produção do conhecimento histórico. A história oral pode devolver um lugar fundamental às pessoas que fizeram e vivenciaram a história em determinado tempo e espaço,, possibilitando-lhes narrá-la por meio de suas próprias palavras.

Essa história contribui para o estudo da história nacional a partir de outro prisma, sem se restringir à esfera política e aos homens que atuam neste âmbito, pois a história oral dá voz também às pessoas comuns, ou seja, à vida das pessoas comuns.

Isso propicia o resgate da memória nacional, pois, como afirma Sônia Maria de Freitas, ao escrever o prefácio à edição brasileira de *A voz do passado* (1998), Paul Thompson percebeu a riqueza e a importância dos sujeitos anônimos, visto que os entrevistados têm um jeito peculiar de contar “estórias” do passado vivido. Freitas expõe que a memória de um pode ser a memória de muitos, permitindo a evidência dos fatos coletivos.

Segundo José Carlos Sebe Bom Meihy (2000, p. 12-14), algumas histórias pessoais ganham destaque à medida que expressam situações comuns aos grupos. Elas sugerem aspectos importantes para o entendimento da sociedade mais ampla. Desta maneira, a história oral tem aproximado pessoas e instituições preocupadas

com aspectos importantes da vida contemporânea, ao permitir o registro, arquivamento e análise da documentação colhida: os depoimentos e testemunhos feitos com recursos da tecnologia atual, a inclusão de histórias orais e versões de pessoas ou grupos sociais antes silenciados e as interpretações próprias e variadas, de caráter não-oficial, dos acontecimentos da história contemporânea. Meihy define o documento oral como todo e qualquer recurso que guarde vestígios de manifestações de oralidade: entrevistas esporádicas, gravações de músicas, registros sonoros. Tudo que é gravado e preservado se constituiu em documento oral.

As coletas e análises dos depoimentos dos jornalistas que atuaram em órgãos de divulgação paranaenses têm como objetivo contribuir para a compreensão de acontecimentos de nossa história contemporânea. Buscam entender a relação estabelecida entre o Estado brasileiro pós-1964 e a grande imprensa escrita, isto é, a atuação de ambos no processo de conquista da opinião pública nos tempos da abertura política.

A história oral nos privilegia, devido a uma de suas características importantes, que é sua vinculação com a política. Por meio da história oral política a entrevista se constitui em um documento que permite dialogar com outros documentos escritos já coligidos e refletir sobre aspectos da história nacional (MEIHY, 2000, p. 15-16).⁹⁰

Em entrevista, Mussa José Assis, jornalista que desenvolveu suas atividades profissionais durante o regime militar no jornal **O Estado do Paraná**, quando questionado sobre a existência de censura à imprensa escrita, narrou como se dava este processo. Ele pôs em destaque a relação estabelecida entre os agentes de

⁹⁰ No sentido de ampliar a reflexão sobre História oral, ver FERREIRA e AMADO (1998).

segurança de uma das instituições do Estado autoritário e jornalistas da grande imprensa escrita.

Assis afirma que **O Estado do Paraná** foi o primeiro jornal brasileiro a ser submetido a censura prévia. Os jornalistas tiveram que conviver na redação do jornal com a presença do censor. Isso às vezes contribuía para o atraso do fechamento do periódico. O censor queria ver tudo, porém, não tinha conhecimento do *metié*. O jornalista expõe que um censor chegou a implicar com o código do CB, que indica a utilização de minúscula.

Segundo Assis (2000), quando o censor deixou a redação do Estadão, as ordens começaram a chegar através de bilhetinhos e telefonemas. Quem deixasse de cumprir as “orientações do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, sofreria represálias. O jornalista tinha que assinar o ciente, escrever uma cópia e fixá-la no quadro de avisos. As publicações do jornal deveriam seguir aquelas determinações. Proibiu-se a divulgação de vários assuntos. Mas, houve resistência às restrições impostas pelo regime por meio de diferentes estratégias:

No primeiro veto a uma matéria, deixei o espaço em branco. Dia seguinte repeti a dose. Aí veio a ordem de Brasília: é proibido deixar espaços em branco. Eis porque o “Estadão” ter usado trechos de Camões, o ‘Jornal da Tarde’ receitas culinárias, a ‘Veja’ as arvorezinhas – símbolo da Abril. Passei também a ter problema com a diagramação das chamadas páginas gráficas, aquelas do segundo caderno, onde abusávamos do branco como elemento de ilustração. Quiseram exigir páginas cheias, centímetro algum sem texto ou foto. Nada de espaços em branco... (...).⁹¹

⁹¹ Entrevista concedida a nós pelo jornalista Mussa José Assis, em 16 de novembro de 2000. Assis é jornalista, atualmente é diretor de redação de **O Estado do Paraná**. Durante o regime militar atuou como editor desse jornal.

Segundo Anne-Marie Smith (2000, p. 49-50), durante o regime militar no Brasil havia duas categorias gerais: a grande imprensa e a imprensa alternativa. Essas publicações tinham metas, estilos, leitores, estruturas organizacionais e métodos de financiamento diferentes. Suas estruturas e recursos característicos moldavam a maneira como foram sentidas as restrições à liberdade de expressão e suas reações às imposições feitas pelo Estado.

Em artigo publicado em 16 de novembro de 2000, no periódico do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, Assis expressa a importância da liberdade de imprensa e destaca o período de censura prévia ao jornal paranaense no regime militar. Ele expõe desde os procedimentos de veto às matérias e informações que comprometessem a ordem vigente, como também as estratégias de resistência à repressão empreendida pelos órgãos e agentes de segurança.⁹²

Os depoimentos dos jornalistas Walter Werner Schmidt, da **Gazeta do Paraná**, e Walmor Macarini, da **Folha de Londrina**, também denunciam a incidência de censura política sobre ambos os órgãos de divulgação no período anterior (1975-1979) àquele em que analisamos nossas fontes, os editoriais.⁹³

Para Macarini, após o golpe de Estado de 1964 tinha-se uma “Imprensa de cabresto”, não havia plena liberdade para se manifestar. Ele afirma ainda que, devido aos cortes empreendidos pelos agentes de censura, os jornalistas se preocupavam e tinham um cuidado cada vez maior ao tratar de determinados assuntos. Por isso, nas redações dos jornais ocorria o processo de autocensura. Os próprios jornalistas, diante das condições para desempenhar suas funções, procuraram selecionar fatos que não os colocassem em confronto direto com os

⁹² Temos em mãos a cópia do artigo em sua íntegra, cedido gentilmente pelo seu próprio autor. No sentido de ampliar a reflexão sobre a liberdade de imprensa, a censura aos órgãos de comunicação social empreendida pelos “agentes de segurança” durante o regime militar, ver o *Jornal do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná*, n. 50, ago./set. de 2000, p.15. O exemplar desse jornal foi cedido pelo sindicato referido. E-mail: sindijor@sindijorpr.org.br

⁹³ Walter Werner Schmidt trabalhava em outro jornal durante o regime militar. Como o editor da *Gazeta do Povo* não está mais no cargo, ele se propôs a pesquisar sobre a censura política durante o regime militar nos arquivos do jornal *Gazeta do Povo* e concedeu-nos a entrevista em 16 de novembro de 2000. Quando questionado sobre quem era o editor naquele período, disse: “entre os anos de 1975 e 1979, período em que você pesquisa, eu era jornalista, mas não trabalhava ainda no jornal *Gazeta do Povo*. Nessa época o editor da *Gazeta* era o jornalista Antonio d’Aquino Borges, que não ocupa mais o cargo”. Atualmente Schmidt é coordenador do programa de qualidade editorial do jornal *Gazeta do Povo*.

Walmor Macarini atuou como jornalista e editor do jornal *Folha de Londrina* durante todo o regime militar, e hoje escreve a opinião deste jornal, que atualmente circula como *Folha do Paraná*. Concedeu-nos a entrevista em 13 de março de 2001.

agentes de segurança, mesmo quando cessou a censura prévia aos órgãos de divulgação no Brasil.

Segundo Schmidt, a grande imprensa escrita não ousava contestar a censura política. Ele diz:

A imprensa era conservadora. Não se contestava a censura empreendida pelo governo vigente sobre os meios de comunicação, poderia haver represálias. O jornal poderia perder boa parte de seus assinantes, que foram contra a política e Reformas de Base de Jango, bem como ficar sem a publicidade oficial. A imprensa, naquele tempo, e hoje, é um negócio, um empreendimento empresarial; caso questionasse as ordens que definiam e proibiam o que seria publicado, ela correria o risco de ter que fechar suas portas.

Como destaca Aquino (1990, p. 61), sendo um dos instrumentais de repressão do Estado pós-1964, a censura ocultava sua própria existência e a face autoritária do governo brasileiro, que procurava impedir toda e qualquer manifestação que não compartilhasse de seus interesses.

A censura política à imprensa escrita no Brasil manifestou-se de três maneiras: por meio de telefonemas, anônimos ou não, de ordens escritas, apócrifas ou não, que foram encaminhadas às redações dos jornais; ou pelos acordos fechados com os proprietários dos órgãos de comunicação social, e também por meio da censura prévia. Estes instrumentais de repressão interferiam nos assuntos que seriam publicados naquela época, comprometendo a liberdade da imprensa. Porém, a aceitação desta situação implica em uma contrapartida dos meios de comunicação, ou seja, a prática da autocensura (AQUINO, 1999, p. 222).

A partir das considerações de Aquino em relação à censura política à imprensa escrita, pode-se vislumbrar sua dupla função na tarefa de cerceamento da liberdade de expressão. A primeira consistiu em que os agentes da censura no regime militar ocultaram a existência da censura política, dado o modo multifacetado (telefonemas, bilhetes e presença de censores nas redações dos jornais) com que

se manifestou; a segunda, em que eles procuraram edificar a imagem de um governo democrático, produzindo o silêncio acerca das instituições e agentes de repressão e enaltecendo a idéia de país harmônico.

Segundo Carlos Fico (2001, p. 168-169), a imprensa escrita era um dos principais alvos da censura política. Os assuntos censurados variavam de acordo com a conjuntura política do país, para se evitar a divulgação de notícias ou comentários contrários ao regime e às suas instituições. Ao analisar o relatório do Diretor Geral do Departamento da Polícia Federal (DPF), o general Nilo Caneppla Silva, encaminhado ao ministro da Justiça Alfredo Buzaid no início de 1973, Carlos Fico põe em evidência que havia um elenco de assuntos previamente definidos e proibidos. As proibições diziam respeito a temas relacionados à anistia, ao clero, à educação, aos índios, à liberdade de imprensa, à moral e aos bons costumes, à política, à política econômica, à subversão, à sucessão presidencial, a tóxicos e à Transamazônica.

Durante o regime militar, a imprensa escrita teve seu campo de atuação limitado pelas restrições do Estado autoritário. Neste contexto, a maneira como agiu e reagiu às imposições das instituições do governo - ou seja, as opções políticas que fez - interferiu na produção e circulação do discurso veiculado em seus editoriais.

Devido a isso, neste capítulo se dá destaque ao papel atribuído pela grande imprensa escrita às Forças Armadas, na consolidação da unidade do Estado-nação, à ação dos agentes de segurança e repressão no Paraná e à outra face do "milagre econômico" durante o processo de abertura política.

❖ **Em nome da segurança nacional: ordem, trabalho e desenvolvimento**

O discurso de Geisel perante o Ministério em março de 1975 deixou claro seu propósito quanto à abertura política e representou alteração no discurso do regime. O Presidente atribuiu valores distintos aos termos “segurança e desenvolvimento”. Para ele, devia-se promover o “máximo de desenvolvimento possível, com o mínimo de segurança indispensável”.⁹⁴

Esse discurso expressa seu desejo de ver os instrumentos excepcionais que garantiam a segurança e a ordem na sociedade serem menos utilizados - somente “quando fossem necessários”.

Conforme o artigo 3º do Decreto-Lei n. 314 de 13 de março de 1967, a segurança nacional compreendia a preservação da segurança externa e interna, a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.⁹⁵

Segundo o padre Joseph Comblin (1980, p. 57), a segurança tem como estratégia a orientação, controle e vigilância de todos os espaços da vida social:

⁹⁴ Sobre as novas diretrizes de governo expressas no discurso de Geisel, ver OLIVEIRA (1994:60) e BARROS (1994:74).

⁹⁵ Em 4 de junho de 1968, com base na lei n. 5.449, segundo o artigo 1º, foram declarados de interesse de segurança nacional diferentes municípios de estados brasileiros. No Estado do Paraná: Barracão, Capanema, Foz do Iguaçu, Guaira, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Pérola do D’ Oeste, Planalto, Santo Antônio do Sudoeste e São Miguel do Iguaçu. A descaracterização destas regiões de interesse de segurança nacional ocorreu quando entrou em vigor o Decreto-Lei n. 2.183 de 19 de dezembro de 1984, durante o governo Figueiredo. Essa política estava em conciliação com o compromisso afirmado por Figueiredo ao assumir a presidência. Ele buscava dar continuidade ao processo de abertura política iniciado no governo Geisel. Sobre a lei de segurança nacional, caracterização de municípios interesses de segurança nacional e posterior descaracterização, ver respectivamente BRASIL. Decreto-Lei n. 314, 13 de março de 1967. Dispõe sobre a definição de crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. *LEX – Coletânea de Legislação Federal*: marginália, São Paulo, p. 752-758, mar./ maio 1967. BRASIL. Lei n. 5. 449, 4 de junho de 1968. Dispõe sobre a caracterização de municípios de interesse de segurança nacional e dá outras providências. *LEX – Coletânea de Legislação Federal*: marginália, São Paulo, p. 812, abr./ maio./ jun./ 1968. BRASIL. Decreto-Lei n. 2,183, 19 de dezembro de 1984. Dispõe sobre a descaracterização de municípios de interesse de segurança nacional e dá outras providências. *LEX – Coletânea de Legislação Federal*: marginália, São Paulo, p780-782, 4º trimestre de 1984. Ver também HELLER e DUARTE (2000:49-51).

políticos, econômicos, culturais e ideológicos. Por meio dela, busca-se fazer valer a vontade ou interesses do Estado.

Essa preocupação com a segurança para se garantir o desenvolvimento seguro do país também era vivamente reiterada no discurso da grande imprensa escrita paranaense - por exemplo, quando esta expôs a importância do soldado brasileiro:

(...) O sentido das festividades realizadas nesta data mostra que o militar brasileiro está consciente do papel que está chamado a desempenhar neste momento histórico, como guardião da democracia, garantindo as condições básicas para a manutenção e o aperfeiçoamento das instituições.

Nosso soldado representa a garantia de que o País será defendido tanto da face das ideologias exóticas que contrariam a índole cristã e democrática de nosso povo, quanto em face das esdrúxulas fórmulas que procuram apresentar a democracia como algo irrealizável nos tempos atuais, propondo a eternização do enrijecimento avesso as aspirações libertárias da Nação.

Por seu perfil democrático, o soldado do Brasil se faz credor da homenagem geral do povo, na data que lhe é consagrada.⁹⁶

No discurso jornalístico, como se depreende da passagem acima, enfatiza-se a importância do soldado brasileiro na consolidação do Estado-nação, atribuindo-lhe o papel de guardião da democracia. O narrador se posiciona de forma explícita no texto e narra os fatos de forma objetiva. Ao expor os acontecimentos, interpreta-os, focalizando o soldado positivamente. Tal procedimento de escrita põe em evidência a visão interna dos órgãos de divulgação que circulavam na época. Desta forma, caberia ao povo saudar com civismo aquele que sabia interpretar suas aspirações e representar sua tradição cristã e democrática.

⁹⁶ No período de abertura política decresceu a ênfase aos temas restritos às datas cívicas nos editoriais da grande imprensa escrita paranaense, que davam destaque ao papel do soldado, embora ainda se enfatizasse sua importância para a preservação das instituições do Estado-nação. Por isso, colocou-se em evidência outra parte do editorial aqui anteriormente analisado. Ver O PAPEL do soldado. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 25 ago. 1978. O discurso em apologia ao soldado brasileiro e à segurança também é presente nos editoriais O SOLDADO e a democracia. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 25 ago. 1977. VIOLÊNCIA, criminalidade e reforma policial. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 ago. 1979.

Os temas relacionados à preservação da ordem norteavam as ações dos agentes de segurança. Assim, desde o início da década de 1970, o regime militar procurou realizar encontros nacionais de delegados de polícia do Brasil, saudados pela grande imprensa escrita paranaense:

Com a marca de encontro de sentido nacional, realiza-se, presentemente em Curitiba, o IX Encontro Nacional de Delegados de Polícia do Brasil, tendo como tema central os assuntos fixados como título destas notas editoriais. (...)

“Gazeta do Povo” há muito tempo, vem colocando em linha de evidência a problemática da criminalidade entre nós, que resulta da grave sensação de insegurança da coletividade.(...)

Todos reconhecemos, que em essência, estes aspectos são conseqüências de um processo econômico e social, verdadeira raiz de onde nascem essas flores negras e nefandas do aumento do crime e da violência. (...) Há, certamente, uma faixa bem ampla de decisões, muitas de sentido técnico, outras de alterações de métodos, tantas de aperfeiçoamento do processo de combate ao crime, quer preventiva como repressiva. Para isto, porém, é preciso (...) tranquilidade salarial (...).⁹⁷

Acima, o editor priorizou a temática relacionada à violência, à criminalidade e à reforma policial. Essa estratégia discursiva do discurso essencialmente monovalente e repetitivo foi amplamente utilizada.

As preocupações com o clima de insegurança e a elevação do índice de criminalidade ganharam maior relevância no discurso na data de comemoração do Dia do Soldado. Ao apresentar os fatos associados ao crime e à necessidade de combatê-los, o editor utilizou-se do recurso das figuras de linguagem. Para dizer que os indivíduos que transgrediam a ordem vigente eram fruto da situação econômica e social daquele período, usou a expressão “flores negras e nefandas”, o que caracteriza a metáfora, ou seja, um signo passa a referir-se a outro objeto ou fato do universo em questão.⁹⁸

⁹⁷ VIOLÊNCIA, criminalidade e reforma policial. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 ago. 1979.

⁹⁸ Sobre a utilização de figuras de linguagens em textos narrativos, ver SANDMANN (2000, p. 85).

Essa postura também expressa a concepção da grande imprensa escrita paranaense em relação aos assuntos que afligiam a sociedade brasileira. Ela procurou narrar os fatos e ao mesmo tempo diagnosticar suas origens. O narrador posiciona-se de maneira explícita, quando divulga que a **Gazeta do Povo** já havia anteriormente alertado a sociedade para o problema da criminalidade. Expõe também sua preocupação em difundir a idéia sobre a importância do 9º Encontro Nacional de Delegados de Polícia do Brasil, ao repeti-lo por três vezes no texto. O pleonasma – a repetição de um termo ou idéia de forma sistemática, recurso estilístico que cumpre o papel de realçar e reforçar uma determinada mensagem ou idéia – foi muito comum no universo das fontes utilizadas.

A voz do discurso predominante foi o estilo de narrativa na primeira pessoa do plural – o nós: num editorial composto por cinco parágrafos foram utilizados os verbos: temos, guardamos, tenhamos, reconhecemos (visivelmente explícito na parte do editorial selecionada para análise) e esperamos.

A associação que se fez no editorial entre o aumento da criminalidade e a realidade econômica e social permite-nos constatar que, nos tempos da chamada abertura política, os órgãos de divulgação começaram a ampliar os elementos que compunham seu discurso. Se antes predominavam os assuntos de caráter comemorativo do calendário nacional, após a crise do petróleo de 1973 e conseqüente falência do “milagre econômico”, os problemas sociais ganharam maior dimensão no discurso da grande imprensa escrita.

O chamado “milagre”, que corresponde ao período de crescimento da economia brasileira iniciado em 1968, era alicerçado em um tripé: o Estado, que por meio de suas empresas estatais fornecia infra-estrutura e insumos básicos, tais como o aço e a energia; as multinacionais, que produziam bens duráveis, como

automóveis; e a burguesia nacional, que controlava o comércio e o mercado financeiro. O desenvolvimento econômico propiciou a melhoria dos salários de diferentes categorias, principalmente de profissionais liberais, tecnocratas, administradores de empresa. Os salários mais baixos não subiram muito, mas foram gerados novos empregos. Com a crise do petróleo, os preços internacionais se elevaram, prejudicando a economia nacional. Esta situação minou as bases do crescimento, ou seja, do próprio “milagre” brasileiro. Elevou-se a dívida externa do país, a concentração da renda, a inflação; enquanto que o salário e o poder de compra do trabalhador decresciam.⁹⁹

Essa situação comprometeu ainda mais o estado de exceção do regime militar, e também contribuiu para que ocorresse a ampliação de fatos destacados no discurso dos jornais paranaenses, não se restringindo apenas às temáticas do calendário cívico. Assim, constata-se que no discurso jornalístico não foram abolidas a apologia às datas comemorativas e a idéia de trabalho associado ao desenvolvimento:

Teoricamente, hoje é uma das maiores datas do calendário. O Dia do Trabalho – por extensão lógica e natural, do Trabalhador (....). O trabalho, básico para o desenvolvimento, representa a pedra de toque da evolução social. Dai seu valor e a justeza da homenagem de hoje.(...)

Quando se sabe que quase a metade da força produtiva do país vive, ainda, do salário mínimo, e quando se conhece o valor desta paga, insuficiente para atender às necessidades básicas de uma família, sente-se que há um vazio na celebração do Dia do Trabalho. (...) Independentemente da parte teórica da valorização do trabalhador o próprio imperativo do desenvolvimento exige uma política salarial mais de acordo com as necessidades básicas - e até supérfluas, por que não? – do trabalhador.(...)¹⁰⁰

⁹⁹ Sobre o milagre econômico e os impactos da crise do petróleo na economia brasileira, ver SILVA (1988, p. 215), BARROS (1994, p. 59-60) e KUCINSKI (2000, p. 9-10).

¹⁰⁰ DIA do trabalho. *Folha de Londrina*, Londrina, 01 maio 1979. A importância dada ao Dia do Trabalho e aos trabalhadores, ver também o editorial O DIA do trabalho. *Folha de Londrina*, Londrina, 01 maio 1977. E mais, deviam-se valorizar os trabalhadores tanto do espaço urbano como do espaço rural, por meio de políticas que permitissem o desenvolvimento de diversas atividades,

Em discurso monovalente (os fatos referem-se apenas à data cívica), o narrador avalia as condições de vida e trabalho do trabalhador brasileiro. Os fatos são expostos e analisados. Ao interpretá-los, o autor diagnosticou que a solução do problema passaria por uma política salarial que favorecesse o bem-estar social da família do trabalhador. Era preciso valorizá-lo, tanto na teoria como na prática. Quanto ao aspecto verbal da visão, os fatos são apresentados de forma objetiva, além de que o autor se posiciona de forma explícita diante deles, expressando a visão interna dos jornais paranaenses. O discurso é repetitivo na medida em que reitera a idéia de valorização do trabalhador em termos salariais. O narrador procura estabelecer um diálogo com seu leitor a respeito da sociedade brasileira, e, nessa cumplicidade, fazer correr a opinião pública a sua concepção do mundo.

Essa postura reitera-se em vários outros editoriais: o desenvolvimento do Brasil deveria ser acompanhado de uma política salarial em conformidade com as necessidades do trabalhador. A reflexão priorizou um assunto do presente, momento em que se estabeleceriam as bases do almejado progresso. A partir do presente se vislumbrava o futuro e se pensava a nação brasileira de maneira prospectiva.

Mesmo após a crise de 1973 e o declínio econômico, ainda permaneceu no discurso jornalístico a idéia de construção da nação com base na segurança e ordem, trabalho e desenvolvimento. Os órgãos de divulgação tiveram a preocupação em apresentar assuntos do dia-a-dia nas datas cívicas, mas continuaram em sintonia com o discurso do governo vigente.

❖ **Na contramão da abertura política: a Operação Marumbi no Paraná**

Durante o governo Geisel não se tolerou nenhuma forma de contestação, fossem elas provenientes dos meios militares ou da sociedade civil.

No discurso da grande imprensa escrita paranaense, a temática das divergências de interesses dos diversos grupos da sociedade brasileira ganhou relevância, na medida em que persiste a ênfase na segurança e no desenvolvimento, particularmente a partir do décimo segundo aniversário da “revolução”, termo grafado com inicial maiúscula, desde o título do editorial, expressando o respeito e a importância destinados àquela data cívica:

(...) descontentes – os há, sempre, em qualquer ponto da Nação, nas mais diversas fases da história – devem recordar que existe, hoje, um Brasil diametralmente diverso daquele em que vivíamos há 12 anos passados. E, convenhamos, os dias que passamos atualmente são remarcados pela fé num amanhã que todos sentem que será melhor, pelo que o povo e o governo, com segurança, realizam no campo do desenvolvimento.¹⁰¹

No destaque à importância do 31 de março, o editor convida o leitor a pensar a sociedade brasileira a partir do passado, de maneira retrospectiva. Os fatos foram apresentados e acompanhados de interpretação, para que se pudesse afirmar que o presente era diferente dos anos que antecederam 1964 (governo de João Goulart). Esta postura põe em evidência a visão interna da grande imprensa escrita paranaense, num discurso impregnado de otimismo quanto ao futuro da *nação*, termo igualmente grafado com inicial maiúscula. O editor “fala” ao povo, posiciona-se “entre” o povo, predominando no discurso o estilo de narrativa na primeira pessoa do plural, como se verifica quando da conjugação de verbos como viver e passar. Ele

¹⁰¹ 12 ANOS de Revolução. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 31 mar. 1976. Em outros editoriais também há exaltação à ideia de segurança e ordem associada ao desenvolvimento, ver OS VÁRIOS 7 de setembro que precisamos. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 7 set. 1975. e A LUTA pela Independência. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 7 set. 1979.

insiste em trabalhar com a necessidade de união entre povo e governo, cumplicidade capaz de preservar a segurança indispensável ao desenvolvimento. Desta maneira, constata-se que este discurso estava em conciliação com a Doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra (ESG), dando ênfase tanto à segurança externa como à interna.

A partir de 1973, os oficiais da “linha-dura”, discordando do processo de abertura política, intensificaram suas ações junto aos aparelhos repressivos, buscando promover a tão almejada segurança. Eles procuraram combater toda forma de manifestação ou contestação. Um fato que se ampliou foi o desaparecimento de pessoas, por meio de seqüestros dos chamados suspeitos ou os subversivos (KUCINSKI, 2001, p. 30)

No Paraná, com a instauração da operação Marumbi nos primeiros dias de setembro, iniciaram-se os primeiros seqüestros. Alguns dos primeiros homens seqüestrados foram: Diogo Affonso Gimenez, funcionário da Abril Cultural de Curitiba; João Alberto Einecke, funcionário da Viação Garcia de Londrina; Mário Gonçalves Siqueira, do Sindicato dos Ensacadores de Paranaguá; Dr. Luiz Gonzaga Ferreira, advogado e presidente do diretório do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em Londrina; Osvaldo Alves, médico e proprietário do Hospital São Francisco de Mandaguari; Ildeu Manso Vieira, gerente da Agrovita e candidato a deputado pelo MDB, residente em Curitiba; Nilton Abel de Lima, do Sindicato dos Ensacadores de Paranaguá; Genecy de Souza Guimarães, vereador do MDB em Londrina; Eujácio de Almeida, do Sindicato dos Ensacadores de Paranaguá; entre outros que já

havia sido seqüestrados e se encontravam nas dependências dos aparelhos repressivos.¹⁰²

Esses homens eram de diferentes localidades do Paraná e desempenhavam atividades profissionais diversas em seu dia-a-dia. Sendo assim, pode-se questionar: o que eles teriam em comum? Que interesses tinham os agentes de segurança em relação àqueles homens? Que crimes poderiam ter cometido, que justificariam aqueles seqüestros e as prisões?

A partir de um dos vários interrogatórios ocorridos nos órgãos de repressão durante o desenvolvimento da Operação Marumbi, as respostas aos questionamentos feitos acima começam a se delinear.¹⁰³

Depois de ter sido abordado por dois homens, que se diziam da Polícia Federal ao apresentarem suas credenciais, Ideu Manso Vieira foi seqüestrado, juntamente com seu filho.

Já nas dependências de um dos órgãos de segurança de Curitiba, Vieira era questionado tanto sobre pessoas já presas - como Luiz Gonzaga, Gimenes, entre outros - quanto sobre pessoas que ainda circulavam livremente, como Fagundes.

Os agentes, ao questioná-lo sobre Fagundes, queriam saber quem era ele. Vieira negou conhecê-lo, mas o agente mostrou-lhe uma foto com Fagundes saindo da casa de Vieira, e a situação na ficou nada agradável! Logo em seguida o agente mostrou outra foto a Vieira: era Fagundes em frente à porta de sua casa, na vila Hauer, com sua neta no colo. E mais, o agente ironicamente informou a Vieira que aquela casa se encontrava na rua Maria Assumpção, 1990, e que teria sido

¹⁰² Sobre os primeiros seqüestros ocorridos no Paraná, ver HELLER (1988, p. 371-372) e VIEIRA (1998, p. 3-48).

¹⁰³ Além da instauração da Operação Marumbi no Paraná em 1975, foram também desencadeadas a operação Barriga Verde em Santa Catarina e a operação Bandeirante em São Paulo, com objetivos de combate à subversão. Ver HELLER (1988, p. 370).

comprada com o dinheiro do PCB. O agente parecia saber de tudo e no interrogatório queria confirmar suas informações. Ele não hesitou em dizer: “Não temos interesse em prender agora o Fagundes. Ele continua andando pelas ruas da cidade, feito um bobalhão e nos entregando, de bandeja, todos os contatos”. Para Vieira, ouvir aquilo era lastimável, entretanto não tinha como avisar Fagundes. Ao anoitecer os agentes do DOI colocaram um capuz em Vieira, jogaram-no em um carro e o levaram de volta às dependências do cárcere. Na madrugada, Vieira recebeu de volta em sua cela Mário Gonçalves Siqueira. Siqueira disse-lhe: “Eles acabaram me levando a Paranaguá e quase me mataram . Fui obrigado a ir, com eles, de casa em casa, debaixo de pau; mas só pegaram o Nilton Abel de Lima”.¹⁰⁴

Os agentes do Destacamento de Operação e Informação – Centro de Operação e Defesa Interna (DOI-CODI) - tinham preocupação em rastrear os passos de seus suspeitos. Nos interrogatórios, eles procuravam ao máximo obter informações de todos os que estariam envolvidos em atividades relacionadas ao PCB na região paranaense. Para tanto, além dos questionamentos utilizados nos interrogatórios pelos agentes do DOI-CODI, diversos métodos de tortura foram colocados em prática para conseguir as informações almejadas.¹⁰⁵

Enquanto nas dependências dos órgãos de repressão se intensificavam as ações dos agentes de segurança, no discurso dos jornais paranaenses predominava a idéia de segurança e desenvolvimento, trabalho e civilidade:

(...) Hoje a opção feita em Março de 1964, apresenta um Brasil marcado por dificuldades, mas, também positivas esperanças (...).

¹⁰⁴ Ver VIEIRA (1998, p. 19-21) o relato integral do interrogatório sobre Fagundes. O autor ainda destaca que Fagundes era o 1º secretário do Comitê Estadual do PCB no Paraná, e também a situação em que recebeu Siqueira no cárcere.

¹⁰⁵ Sobre a ação dos agentes do DOI-CODI e dos métodos de tortura utilizados nos interrogatórios, ver HELLER (1988, p. 371-373), ARNS (1996, p. 286-288), CUNHA (1998, p. 105) e VIEIRA (1998, p. 271-272).

Estamos construindo, com paz, tranquilidade, segurança e desenvolvimento, as alternativas brasileiras de luta pela superação de nossos problemas. E, o que é mais entusiasmante em termos de brasilidade, temos a certeza de que, com trabalho, amor à terra que é nossa, estamos vencendo barreiras e construindo, para nós, sempre, a pátria que desejamos, que sonhamos e que, mais que tudo, amamos com larga profundidade.¹⁰⁶

Nessa passagem, novamente o editor procurou estabelecer um diálogo com o leitor. O narrador “fala” ao povo e também se posiciona junto a ele, na proximidade que permite a primeira pessoa do plural (na estrutura do editorial observar os verbos: estamos, temos, desejamos, sonhamos e amamos). Na estrutura discursiva os tempos sobrepõem-se: passado, presente, e futuro. O Brasil foi pensado a partir de retrospectões e prospecções. O passado próximo de 1964 (governo João Goulart) era apresentado como algo negativo. O presente e o futuro são positivos, a despeito das adversidades. O jogo do presente em oposição ao passado caracteriza outra figura de linguagem, a antítese. Mesmo com as dificuldades do presente, o povo deveria permanecer perseverante quanto à superação dos problemas que afetavam as condições de vida e trabalho.

A importância dada à “revolução” pode ser verificada quando na grafia da palavra *março*, data que marcaria um novo tempo, o da marcha do Brasil para o progresso, era grafada com inicial maiúscula.

Eram tempos difíceis. O governo Geisel teve que se equilibrar frente aos diferentes problemas provenientes do decréscimo econômico, da própria abertura política que empreendera e de suas instituições – os órgãos de repressão.

Por seu turno, os agentes dos órgãos de repressão procuravam obter o máximo de informações possíveis dos presos nos interrogatórios. Eles tinham como objetivo caracterizar a ação dos que transgrediam a lei.

¹⁰⁶ OS VÁRIOS 7 de setembro que precisamos. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 7 set. 1975.

Com base no levantamento das atividades do PCB no Paraná, os agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS) instauraram o Inquérito Policial Militar (IPM) em 12 de setembro de 1975, para apurar a responsabilidade criminal de elementos daquela organização.¹⁰⁷

No processo, destacam-se diferentes atividades de caráter comunista na região paranaense, como: o funcionamento ilegal do PCB; o aliciamento de novos adeptos; a realização de reuniões para eleição de comitês; reuniões para o fortalecimento do Comitê Estadual da Paraná e comitês municipais de Paranaguá e Londrina, já estruturados; reuniões para a formação de comitês em Curitiba, Guarapuava, Apucarana, Maringá, Ponta Grossa, Paranavaí, Cianorte e Cascavel; reuniões com discussões de teses comunistas; o apoio dos comunistas a representantes políticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em processos eleitorais; as contribuições destinadas ao PCB - por meio de arrecadação de recursos financeiros; distribuição do jornal **Voz Operária**, entre outras atividades realizadas pelos militantes com o objetivo de difundir os ideais do PCB.

As atividades desenvolvidas pelos militantes do PCB foram discriminadas no processo, procurando construir o perfil e atuação de cada indiciado. Os agentes tinham a preocupação de registrar a vida dos militantes do PCB, desde o período anterior ao posterior a 1964, deixando em evidência, principalmente, tanto sua atuação política no cenário nacional como as articulações com o exterior.

Devido ao desenvolvimento de diversas atividades comunistas no Paraná, os agentes de segurança indiciaram sessenta e cinco pessoas no processo.¹⁰⁸

¹⁰⁷ Sobre o Inquérito Policial Militar n. 745 instaurado no Paraná, ver BNM n. 551, v. 1. Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP, Campinas-SP.

¹⁰⁸ Fernando Pereira Christino, João Alberto Enecke, Mário Gonçalves Siqueira, Luiz Gonzaga Ferreira, Halue Yamaguti de Melo, Osvaldo Alves, Diogo Afonso, Gimenes, Nilton Abel de Lima, Paulo Simião Costa, Genecy Souza Guimarães, Eujácio de Almeida, Francisco Luiz de França,

Dos indiciados no processo, com base no artigo 43 do Decreto-Lei 869/69, foram condenadas dezessete pessoas, com penas que variavam entre dois e quatro anos de reclusão.¹⁰⁹ Alegou-se nos autos, com base nos interrogatórios iniciados em 1975, que os acusados tentaram promover o funcionamento do PCB no Paraná, o que se constituía em crime contra a segurança nacional. Os outros indiciados no processo foram absolvidos, sob a alegação de nada ficar provado contra eles, havendo apenas indícios que não justificavam a condenação.¹¹⁰

Em 1978, a apelação de n.º 41.949 tinha duplo papel perante as condenações e absolvições dos indiciados: havia ex-presos que apelavam por estarem indignados com suas absolvições, e, solidarizando-se com seus companheiros condenados, exigiam também ser punidos; em contrapartida, os condenados questionavam a punição baseada nos depoimentos do IPM, dadas as condições em que foram realizados, exigindo sua nulidade. Argumentavam que teriam sido condenados apenas com base em interrogatórios policiais violentos, que arrancaram dos presos confissões não confirmadas em juízo.¹¹¹

Antonio Brito Lopes, Ideu Manso Vieira, Arnaldo Assunção, Jodat Nicolas Kury, Jorge Karam, Renato Ribeiro Cardoso de Melo, Berek Kriger, Severino Francisco Ribeiro, Esmeraldo Blasi Júnior, Ubirajara Moreira, Antonio Lima Sobrinho, Jacob Schmidt, Manoel Urquiza, Salim Haddad, Veríssimo Teixeira da Costa, Danilo Schwab Mattozo, Julio de Oliveira Feijó, Honório Delgado Rubio, Aldo Fernandes, Humberto Soares de Oliveira, Synval Martins Araújo, Moacyr Reis Ferraz, Abelardo de Araújo Moreira, Gregório Paradiuc, Zizimo de Carvalho, Flávio Ribeiro, Antoniel de Souza e Silva, Nicanor Gonçalves da Silva, Teodolino Alves de Oliveira, Severino Alves Barbosa, Pedro Agostineti Preto, José Caetano de Souza, Cezlau Raul kaniewski, Arno André Giesen, Laércio Figueiredo Souto Maior, Antonio Elias Cecílio Ózires Doscárdim, Noel Nascimento, Nelson Pedro Sambon, Lenine Pereira dos Passos, Newton Candido, Leonor Urias de Melo Souza, Antonio Narciso Pires de Oliveira, Arnaldo Ramos Leomil, Celestino Jacinto Gomes, Julio Costa Bonfim, Manoel de Almeida Pina, Vladimir Salomão do Amarante, Carlos Guimarães, Tranquilo Saragiotto, Paulo Eugenio Sudório e João Teixeira.

¹⁰⁹ Newton Cândido e Francisco Luiz de França – a 4 anos de reclusão; João Alberto Einecke, Mário Gonçalves Siqueira, Diogo Afonso Gimenez, Moacyr Rreis Ferraz, Flávio Ribeiro, Ideu Manso Vieira, Ubirajara Moreira, Antonio Lima Sobrinho – a 3 anos de reclusão; Genecy Souza Guimarães, Antonio Narciso Pires de Oliveira, Vladimir Salomão do Amarante, Osvaldo Alves, Antoniel de Souza e Silva, Nicanor Gonçalves da Silva e Eujácio de Almeida – a dois anos de reclusão.

¹¹⁰ Sobre as condenações e absolvições dos indiciados no IPM n. 745, ver BNM n. 551, v. 20. p. 5861-5.863.

¹¹¹ Ver, BNM n. 551, v. 20. p. 5866.

Além do descrédito dos métodos utilizados durante os depoimentos, questionou-se o sorteio para a constituição do Conselho Especial de Justiça, a ausência dos presos na realização desse sorteio; a condenação com base apenas nas confissões e depoimentos; a falta de apuração dos atos dos agentes de segurança; e a substituição de testemunhas sem que a defesa fosse ouvida.

Essas denúncias, que punham em descrédito os procedimentos dos agentes dos órgãos de repressão nos interrogatórios, desde os seqüestros à instauração do IPM, não sensibilizaram os representantes da Justiça. A sentença condenatória foi mantida. Esta postura demonstra os limites do processo de abertura política: a liberalização era necessária, porém deveria ocorrer de forma lenta e gradual, para se evitarem retrocessos no regime militar.

Por outro lado, Geisel promoveu avanços durante esse processo: em 1976 advertiu e demitiu o general Ednardo d'Ávila, que dava grande autonomia aos agentes de segurança, substituindo-o pelo general Dilermano Gomes Monteiro; e em outubro de 1977 promoveu a exoneração do Ministro do Exército general Sylvio Frota. Este general era um anticomunista radical e representava a face autoritária do regime, a "linha-dura". Com seu afastamento do cargo, pôs-se fim à esperança da extrema direita de chegar à esfera central de poder, à presidência. A exoneração de Frota contribuiu para o enfraquecimento da linha-dura e possibilitou que a abertura prosseguisse sem grandes contestações em âmbito militar.¹¹² Pode-se perguntar: o que teria levado Geisel a agir como agiu?

Essa atitude de Geisel expressou seus objetivos, desde que assumiu o governo. Ele buscava frear os atos repressivos de agentes do DOI-CODI, que atuavam em diferentes regiões do país. Os últimos acontecimentos no cenário

¹¹² Sobre os motivos que levaram Geisel a demitir os generais Ednardo d'Ávila e Sylvio Frota, ver SKIDMORE (1988, p. 348), COUTO (1999, p. 439) e AQUINO (1999, p. 61).

nacional contribuíram tanto para a ação do Presidente como para o movimento de contestação oriundo da sociedade civil. A morte do jornalista Wladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, em São Paulo, e a do operário Manoel Fiel Filho, em 17 de janeiro de 1976, devido à ação de agentes policiais do DOI-CODI em São Paulo, causaram indignação à opinião pública. Em ambos os casos as mortes foram justificadas alegando-se suicídio - argumento que não convenceu grande parte da sociedade civil, levando esta à mobilização. Depois da morte de Herzog foi organizado um culto ecumênico em sua memória na Catedral da Sé, pondo nas ruas cerca de 8 mil pessoas, primeira manifestação pública desde a promulgação do AI-5. A morte do operário Fiel Filho também foi seguida de intensa mobilização popular, tendo comparecido a seu enterro mais de 50 mil pessoas.¹¹³

Além disso, no decorrer do ano de 1978, Geisel fez alterações significativas em seu governo e suspendeu, em junho, a censura prévia à imprensa escrita. Em 17 de outubro modificou-se a Lei de Segurança Nacional, abolindo-se a pena de morte e a prisão perpétua; o *habeas corpus* foi restaurado, revogou-se o AI-5 e promoveu-se o abrandamento de outras penas - por exemplo, em 29 de dezembro revogaram-se os decretos de banimento de mais de cem exilados.¹¹⁴

Geisel procurava abrandar as leis do regime vigente com cautela. Assim, o afastamento gradual dos militares da esfera administrativa de poder foi marcado por

¹¹³ Sobre as mortes do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, e as manifestações da sociedade civil, ver SKIDMORE (1988, p. 344-347), BARROS (1994, p. 78), VALLE (1999, p. 49) e KUCINSKI (2001, p. 35-36).

¹¹⁴ Sobre a liberalização de instrumentais repressivos durante o governo Geisel, ver SKIDMORE (1988, p. 407), COUTO (1999, p. 252) e AQUINO (1999, p. 215).

Segundo a historiadora Denise Rollemberg (1999, p. 24-25), cada exílio é definido por uma conjuntura específica, ou seja, pelos problemas que surgem em determinado tempo e lugar. O exílio cumpre a função de afastar/excluir/eliminar grupos ou indivíduos, que manifestam opiniões e contestam uma dada realidade, e lutam para alterar a ordem vigente. Ele também pode constituir-se em uma possibilidade de resistência interna a um determinado *status quo*. Para Rollemberg, o exílio causa a despersonalização e o anonimato das pessoas, que são submetidas ou levadas a esta condição. Uma situação que contribui para a crise de identidade.

contradições. Geisel contou com o apoio dos agentes de segurança para manter a ordem indispensável ao desenvolvimento seguro, mas também limitou a ação dos agentes da “linha-dura”. O governo Geisel, durante a abertura política, procurou equilibrar-se frente às adversidades provenientes de alguns grupos do interior das Forças Armadas e da sociedade civil, por meio do combate à subversão, da modificação de leis, da revogação de decretos-lei, de advertências e exonerações a generais das Forças Armadas e abrandamento de penas. Assim, parafraseando Ronaldo Costa Couto, Geisel governava com a “flor” em uma das mãos e com o “chicote” na outra.

❖ **Tempos de abertura política, tempos de crise: a outra face do “milagre”**

O povo brasileiro, além de contribuir para a manutenção da segurança por meio da vigilância e delação dos “inimigos” da nação, deveria primar pela ordem social, que, para o governo vigente, era indispensável ao desenvolvimento. Também teria que permanecer perseverante diante da crise econômica que se abateu sobre o país na década de 1970.

Principalmente a partir de 1976, no discurso expresso nos editoriais dos jornais paranaenses predominaram os assuntos do dia-a-dia do povo brasileiro, como a elevação da inflação e o arrocho salarial, em detrimento de temas relativos exclusivamente às datas cívicas; porém não se aboliu o discurso de Brasil destinado ao sucesso. Para se garantir o desenvolvimento, era necessário superar os problemas decorrentes do decréscimo econômico verificado a partir da crise do petróleo de 1973. O desenvolvimento do país deveria ser acompanhado de uma política salarial que permitisse aos trabalhadores melhores condições de vida:

Os governos revolucionários, especialmente o do presidente Ernesto Geisel, têm sido felizes na fixação de critérios de política salarial que se

manifestam imunes tanto às formulações demagógicas quanto à discriminação das classes assalariadas.

Elevar desmesuradamente o salário mínimo, por exemplo, seria uma atitude que, na verdade, viria em prejuízo dos trabalhadores e assalariados que, aparentemente, seriam beneficiados com o aumento. Essa atitude demagógica era predominante na época de mazorca e desmazelo antecedente a 1964.(...)

A tarefa, agora, consiste em combater a neurose inflacionária, impedindo que os preços subam desproporcional e irracionalmente.¹¹⁵

Para abordar especificamente problemas econômicos como o salário-mínimo e a inflação, o editor retoma os anos que antecederam 1964. Ao referir-se ao presente, faz saudações ao regime militar e apologia ao governo vigente por sua política salarial. O passado, ligado ao governo Goulart, continua apresentado de forma depreciativa. A ruptura política do 31 de março é elevada a paradigma histórico, sempre rememorado, junto com outras datas cívicas já consolidadas no imaginário político da sociedade. Ela deveria ser referência para o povo compreender o que o Brasil era antes e o que passou a ser depois de 1964. Os jornais paranaenses edificaram esse ano como um divisor de águas, um marco histórico definitivo, idéia repetida de maneira sistemática em alguns editoriais aqui já analisados. O editor se preocupou em narrar fatos da história do Brasil e também interpretá-los, expressando a visão interna ou concepção do mundo dos jornais paranaenses. Assim, os problemas econômicos que se manifestavam naquele período eram concebidos como fenômenos, ou seja, como adversidades passageiras.

As dificuldades econômicas do arrocho salarial, da concentração da renda e da elevação da inflação causaram inquietação à sociedade brasileira. Nas vésperas

¹¹⁵ MÍNIMO E neurose. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 1 maio 1976. A importância atribuída à política salarial do governo Geisel pode ser verificada também nos editoriais: O NOVO mínimo. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 1 maio 1975. MÍNIMO – Cr\$ 712, 80. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 1 maio 1976. Sobre o reajustamento salarial de diversas categorias profissionais, ver a Lei n. 6147 de 29 de novembro de 1974. In: B OBBIO, D r. P edro V icente. *Co letânea de L egislação e J urisprudência. L egislação Federal e Marginalia*. Ano XXXVIII. out./ nov./ dez. São Paulo: Lex Editora S/A, 1974. p. 1094-1095.

das eleições de 1978 espalhou-se pelo país o Movimento Custo de Vida. Quais eram as reivindicações deste movimento? Exigia-se um abono de emergência de 30% para todos os trabalhadores, o congelamento dos preços de gêneros básicos e aumento de salário que restabelecesse e preservasse a dignidade humana do trabalhador e de sua família. Este movimento conseguiu mais de um milhão de assinaturas, exigindo do governo o abono salarial de caráter emergencial. Em seu hino, fazia uma forte crítica ao governo e punha em destaque as condições do trabalhador brasileiro e sua família. Cantava-se: “Como pode um povo vivo/ Viver nesta carestia/ Como poderei viver (bis)/ Dia e noite, noite e dia/ Com a barriga vazia/ Como pode um operário/ Viver com esse salário/ Como pode a criançada/ Estudar sem comer nada/ Como sofre o bóia-fria/ Pra ganhar 30 por dia/ E ta lá o meu patrão/ Apertando a produção/ Ele só vive pensando/ Nessa tal de exportação/ Ninguém mais fica calado/ Vivendo tão explorado” (KUCINSKI, 2001, p. 78-79).

Em face dos problemas brasileiros, nos editoriais dos jornais paranaenses se começou a dar ênfase à idéia de promover o desenvolvimento do país, valorizando-se ao mesmo tempo o trabalhador brasileiro, por meio de uma política salarial que lhe permitisse viver melhor. O povo deveria fazer algo por sua nação, entretanto a nação também deveria fazer algo por seu povo.

Essa concepção norteou o discurso ideológico dos órgãos de divulgação nos desdobramentos da abertura política:

O lavrador paranaense, em particular, e o lavrador brasileiro, em geral, não estarão mentindo se disserem que têm feito muito mais pela sua Nação, do que dela têm recebido. (...)

É hora de fazer jus à confiança demonstrada por aqueles que tanto trabalham para que o Brasil possa ter estabilidade econômico-financeira, tanto através do abastecimento interno, como através do movimento das exportações, vital para o equilíbrio de nossa balança de pagamentos e a conquista de novas divisas. (...)

É necessário, agora, que o homem do campo se sinta efetivamente apoiado por medidas que minorem as dificuldades existentes na área

rural, assegurando uma vida melhor para aqueles que tanto contribuem para o desenvolvimento nacional.(...)¹¹⁶

Novamente, o editor trata de um assunto da ordem do dia, argumentando de forma repetitiva a necessidade de valorização dos trabalhadores, principalmente do homem do campo. O discurso monovalente enfatiza constantemente a idéia de superar os problemas brasileiros com políticas que propiciassem o desenvolvimento social do país e o bem-estar social de seu povo.

A grande imprensa escrita paranaense buscou convencer a opinião pública quanto às possibilidades de se promover o desenvolvimento do Estado-nação brasileiro, mesmo que em passos lentos. Para tanto, argumentou incessantemente que a inflação e o arrocho salarial deveriam ser superados:

O próprio presidente Geisel reconheceu, em seu pronunciamento feito em São Paulo, que os salários do trabalhador brasileiro, de modo geral, são baixos. Mas, naturalmente, defende a posição governamental, invocando uma série de problemas, entre os quais a já surrada crise petrolífera que vem de 1973. (...)

No Brasil valoriza-se pouco o trabalhador braçal, e é justamente ele que impulsiona o desenvolvimento. Ao que parece, quem dá duro comete um crime, cujo castigo é pagar-lhe pouco. Porque tudo mais o governo permite que suba – e curiosamente nunca se ouviu dos meios oficiais a declaração de que isto inflaciona. Porém, aumentar salários...

Logo, ninguém entende que estranho controle da inflação é este.¹¹⁷

O editor, aqui, toma o assunto do dia para tecer críticas severas à política salarial do governo. Com o objetivo de dar credibilidade factual a sua argumentação, o editor faz alusão ao discurso do presidente Geisel, utilizando-se do estilo indireto, ou seja, com suas palavras ele reproduz a fala de outrem.

O discurso é monovalente, a reflexão se inicia no presente (o discurso de Geisel) e retoma o passado (a crise do petróleo de 1973). Este estilo de narrativa

¹¹⁶ VEZ do campo. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 19 nov. 1978. Sobre a preocupação com o homem do campo, especificamente, com as condições de vida e trabalho dos bóias-frias, ver o editorial: *TENTATIVA de proteção. Folha de Londrina*, Londrina, 19 nov. 1975.

¹¹⁷ INCENTIVOS aos salários. *Folha de Londrina*, Londrina, 1 maio 1975.

apresenta vários acontecimentos semelhantes de forma reiterada, o que o caracteriza como um discurso iterativo. O presente é analisado por meio de retrospectões. Os fatos apresentados e seguidos de interpretação do editor deixam ainda mais em evidência o descontentamento da grande imprensa escrita em relação ao *governo*. Já é notável um decréscimo na utilização da expressão “governos revolucionários” no discurso jornalístico, enquanto nos anos anteriores isso não ocorria. Antes expressões como “governos revolucionários” e “revolução” eram constantes nos discursos dos editoriais.

Talvez isso seja sintoma de que, pelo menos para uma parcela da população, o Estado que se organizou com o golpe de Estado de 1964 foi aos poucos perdendo sua credibilidade no cenário nacional. Acentua esta realidade a crise de 1973, que gerou a redução dos índices de desenvolvimento.

No cenário internacional também surgiram descontentamentos quanto ao regime brasileiro. Os Estados Unidos, que haviam saudado a nação brasileira por causa do êxito da chamada “revolução” de 1964, aos poucos começaram a questioná-la. Com o governo Carter, os norte-americanos impunham a bandeira de defesa dos valores democráticos, dando ênfase ao respeito aos direitos humanos (COUTO, 1999, p. 152).

Desta maneira, por quais caminhos a nação brasileira deveria trilhar, para superar seus problemas e garantir o desenvolvimento?

Enquanto a abertura política prosseguia, o discurso jornalístico punha em destaque os caminhos que deveriam ser trilhados para se garantir o desenvolvimento:

(...) Estimular o crescimento da produção – seja na área agrícola, seja no setor industrial – vale, portanto, como forma de restringir as dimensões do fenômeno inflacionário.(...)
Combatendo a inflação em todos os níveis, e simultaneamente estimulando a continuidade do desenvolvimento, o País poderá vencer o

grande desafio que atualmente preocupa todas as camadas da população.¹¹⁸

Os jornais paranaenses expressaram em seus editoriais a constante preocupação em “educar” seus leitores conforme sua linha política. Procurava-se difundir uma determinada concepção do mundo sobre assuntos de maior repercussão no cenário nacional. Mesmo quando faziam críticas ao governo, ainda defendiam a idéia de se garantir o desenvolvimento do país. Para tanto, o narrador apresentou e interpretou os fatos de maneira objetiva.

O recurso das retrospectões e da exaltação de passagens gloriosas e difíceis da história do país foi um dos mais utilizados; elas embasaram suas análises políticas, econômicas e sociais sobre o país; predominando em sua narrativa o discurso polivalente em detrimento do discurso monovalente.

A partir da análise do discurso expresso nos editoriais, qual seria a outra face do milagre brasileiro? Seriam os problemas gerados a partir da crise de 1973, a inflação, o arrocho salarial, a concentração da renda e a elevação da inflação?

Com os descompassos do “milagre econômico” exaltado na propaganda política durante o regime militar, o discurso jornalístico inovou ao refletir sobre os problemas brasileiros, atribuindo um novo significado ao “milagre”:

(...) o próprio governo reconhece a ação da inflação sobre o poder de compra dos trabalhadores, mas ao mesmo tempo não corrige em níveis justos a distorção, deixando que a classe submeta-se mais uma vez ao sacrifício que vem se tornando uma constante ao longo dos anos, porque, diga-se a bem da verdade, o processo não é de agora. Assim, é justo falar-se em um outro milagre brasileiro: é este dos trabalhadores sobreviverem aos níveis de salários que auferem.¹¹⁹

¹¹⁸ UMA boa receita. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 25 ago. 1979. A preocupação com a promoção do desenvolvimento do país está presente em outros editoriais aqui já analisados: O DILEMA da inflação. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 19 nov. 1976. INCENTIVO aos salários. *Folha de Londrina*, Londrina, 1 maio 1978. VEZ do campo. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 19 nov. 1978.

¹¹⁹ O MÍNIMO e inflação. *Folha de Londrina*, Londrina, 1 maio 1976.

A difícil realidade do trabalhador brasileiro talvez tenha sido um dos poucos motivos a levar um jornal a, ainda que suavemente, afrontar a política econômica do governo militar. No caso acima o editor utilizou-se de outra figura de linguagem - a ironia - para afirmar que no Brasil ocorria um milagre. Assim o editor buscou denunciar as condições de vida do trabalhador de forma satírica. Por meio de retrospectões convidou o leitor a pensar a realidade a partir do presente, relacionando-o com o passado. Ao mesmo tempo em que narrou fatos e assuntos do cotidiano do povo brasileiro de forma objetiva, procurou interpretá-los, expressando sua visão interna dos fatos.

Gradativamente, a grande imprensa escrita paranaense foi ampliando, e até às vezes alterando os elementos de seu discurso. Em seu discurso de apologia ao 31 de março de 1964, os "governos revolucionários" eram apresentados de maneira positiva, predominando a idéia de ordem e trabalho, segurança e desenvolvimento..Com a crise econômica da década de 1970 ela não se limitou a apresentar e analisar os fatos de maior repercussão na vida do povo brasileiro. Houve momentos em que no discurso jornalístico havia a apologia à política salarial do general-presidente Ernesto Geisel; já em outras situações, no discurso jornalístico podem-se constatar algumas críticas à política do governo, principalmente à política salarial, postura que expressa algumas alterações ocorridas no discurso jornalístico.

As alterações foram parciais, pois no geral se manteve o otimismo quanto ao futuro do país, as possibilidades de desenvolvimento mediante uma nova política, concepção que permanecia ainda em sintonia com o discurso oficial. Exigia-se renovação nas diretrizes políticas e valorização do trabalhador por meio de salário digno. O trabalhador brasileiro era visto como a pedra angular do desenvolvimento

da nação. Os frutos de seu trabalho levariam o Estado-nação ao seu destino, a um futuro em que imperaria: a ordem, o trabalho e o progresso.

O lema da ordem associada ao trabalho e desenvolvimento era preponderante nos discursos dos presidentes que se sucederam. Em mensagem remetida ao Congresso Nacional, Geisel destacou que o governo estava atento aos interesses do povo e da nação brasileira. Ao relatar a atividade político-administrativa entre os anos de 1974 e 1979, ele afirmava que a economia apresentava resultados favoráveis, com ordem interna, progresso econômico moderado mais efetivo e bom relacionamento com o exterior. Expunha que a economia continuava crescendo, embora em proporção menor do que a registrada até 1973; mas que continuava firme a coesão das Forças Armadas em seu papel de guardião da República, ao lado da consciência patriótica de nosso povo.¹²⁰

Havia toda uma construção discursiva acerca do desenvolvimento do Brasil e de civilidade do povo, contribuindo para isso o papel desempenhado pelas Forças Armadas.

Enfim, embora Geisel destaque em seu discurso a coesão das Forças Armadas durante a abertura política, teve que conviver com e ao mesmo tempo combater os dissidentes oriundos tanto de grupos militares como da sociedade civil. A "linha-dura" concebia que a liberalização do regime e o retorno do governo aos civis eram prematuros, por isso intensificou suas ações repressivas no sentido de promover o descrédito e a desestabilização do governo Geisel; já para alguns grupos da sociedade civil e do interior das próprias Forças Armadas, aquele Estado de caráter autoritário não fazia mais sentido. Estas diferentes aspirações quanto ao

¹²⁰ Ver o texto integral da mensagem de Ernesto Geisel remetida ao Congresso In: BRASIL. Mensagem ao Congresso nacional. Ernesto Geisel. Departamento de Imprensa Nacional, Brasília, 1979. p. 22.

futuro do Brasil refletiram e influenciaram o processo de abertura política, expressando as divergências de interesses e contradições da sociedade.

CAPÍTULO IV DA “DEMOCRACIA” VIGIADA À ANISTIA

Toda democracia sempre foi um processo progressivo: ela começa quando o Estado admite dialogar com alguns grupos sociais. Ela cresce quando o círculo aumenta.

Padre Joseph Comblin (1980, p. 224)

É para abrir mesmo. Quem quiser que não abra, eu prendo e arrebento.

Presidente João Batista Figueiredo¹²¹
(1978)

Na medida em que a intervenção militar de 1964 se prolongava, o discurso de democracia do regime começou a ser questionado pela sociedade civil no cenário nacional e pela comunidade internacional.

Na década de 1970 começou a se deteriorar a imagem do Brasil, interna e externamente, devido à ação dos agentes de segurança e à intensificação da repressão. Produziu-se uma imagem negativa do país.

Em julho de 1970 o general Antônio Carlos da Silva Muricy admitiu que cerca de 500 pessoas estavam no cárcere por terem praticado atos subversivos. Os principais líderes guerrilheiros, Carlos Mariguela e o ex-capitão Lamarca, haviam sido eliminados. Mariguela fora fuzilado em São Paulo e Lamarca fora morto em dezembro de 1971 no Nordeste brasileiro, ambos por agentes policiais. Enquanto

¹²¹ Uma das frases da década de 1970, do Presidente Figueiredo ao confirmar a distensão política na Convenção Nacional da Arena, realizada em 1978. In: **Almanaque Abril Especial. Brasil dia-a-dia: Retrato dos últimos 60 anos**. São Paulo: Abril, 1988. p. 66.

isso, na Europa, a publicidade punha em manchetes a utilização de tortura no Brasil, no combate aos que transgrediam a lei instituída. Em Genebra, em julho de 1970, a Comissão Internacional de Juristas fez denúncias de desrespeito aos direitos de presos políticos brasileiros e no Brasil o Ministério da Justiça abriu inquéritos para apurar as denúncias. Um dos casos de denúncia foi a do comissário de polícia Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Ele foi denunciado como um dos chefes do Esquadrão da Morte. No desenvolvimento do inquérito que envolvia Fleury, mais policiais foram também denunciados - trinta e um, no total (SILVA, 1984, p. 482).

O desrespeito aos direitos humanos dos presos políticos ocorria tanto fora como no interior das dependências dos aparelhos repressivos. Em um dos relatos de Ildeu Manso Vieira, durante o período de realização dos interrogatórios da Operação Marumbi, fica evidente uma das agressões que os presos políticos sofriam. Em Curitiba, setembro de 1975, Vieira era novamente interrogado pelos agentes de segurança do DOI-CODI. Um dos agentes, ao ter em mãos uma caderneta de Vieira, fazia-lhe várias perguntas sobre as pessoas que tinham seus nomes ali registrados. Queriam saber quem fazia parte do PCB, quem eram os comunistas. Ele não dava informações sobre ninguém. Isso inquietava os agentes. Eles diziam: "Se você não abrir o bico, vou acabar com sua vida, filho da puta!". Os policiais, ao perderem a paciência, aplicaram em Vieira um *telefone*, deixando-o atemorizado. Vieira relutava em falar, porém um dos agentes disse que sabia quem ele era e que um companheiro o havia entregado. Mesmo assim, perguntavam: "Qual é seu codinome?". Vieira não respondia. Depois de levar alguns tapas, ele disse: "Sou homem de endereço certo, de profissão definida, não vivo na clandestinidade e não tenho necessidade de nomes de guerra." Aqueles argumentos

não convenceram os agentes. Assim, eles prosseguiram o interrogatório. Queriam saber que cargo Vieira ocupava no Comitê Estadual do PCB.¹²²

A busca pela preservação e estabelecimento da ordem, de salvaguarda da democracia do Estado-nação norteou o discurso do governo e direcionou as ações dos agentes de segurança no combate à subversão. Assim, neste capítulo se dará destaque à concepção de democracia veiculada em uma das publicações de Educação Moral e Cívica do regime militar; e à idéia de democracia difundida no discurso da grande imprensa escrita paranaense.

❖ Regime militar e democracia

O golpe de Estado de 1964, para os grupos que o apoiavam, representava a salvaguarda da democracia frente à proliferação do “comunismo”. Para estes grupos a deposição de João Goulart naquele ano foi necessária. Essa concepção do mundo, acerca deste fato histórico, é reiterado no discurso jornalístico:

Doze anos depois, nem todos recordam da baderna e do desmazelo que precederam o movimento revolucionário que traçou novos rumos à nação brasileira.

Nem todos viveram os movimentos críticos em que o país ameaçava derrapar para soluções avessas à índole de nossa gente, solapado por forças destrutivas e antagônicas à vossa vocação democrática. (...)

Às novas gerações, àqueles que em 1964 não tinham a idade e nem maturidade suficiente para avaliar o que estava acontecendo, deve ser dirigida preferencialmente a mensagem de patriotismo, nesta décima segunda comemoração da data revolucionária. (...)¹²³

¹²² Ver VIEIRA (1998, p. 8-11) as informações sobre os procedimentos utilizados pelos policiais nos interrogatórios no DOI-CODI, que compõem o relato original. Quanto ao *telefone*, este era um dos instrumentais repressivos dos agentes policiais. Para aplicar um telefone, bate-se com as palmas das mãos simultaneamente no ouvido do preso. Provoca-lhe uma sensação de impacto insuportável, e em virtude da pressão pode ocorrer o rompimento do tímpano. Sobre este instrumental repressivo e outros, ver VIEIRA (1998, p. 171) e ARNS (1996, p. 34-42).

¹²³ 12 ANOS depois. O Estado do Paraná. Curitiba, 31 mar. 1976. A apologia ao 31 de março de 1964 como revolução, que preservou a democracia no Brasil, também foi expressa em outro editorial com nome idêntico: 12 ANOS depois. Folha de Londrina, Londrina, 31 mar. 1976.

Utilizando-se do recurso da retrospectiva, o narrador convida o leitor a refletir sobre a nação brasileira, tendo como referência o passado. O governo Goulart era apresentado como sinônimo de “baderna” e “desmazelo”.¹²⁴ A atribuição destes termos ao governo anterior a 1964 deixa transparecer a maneira como os jornais paranaenses concebiam a ruptura política de 31 de março. O presente, representado como expressão de “ordem” e “zelo” nas instituições do regime militar, expressava a visão dos órgãos de divulgação, harmônica com a linha do governo. Novamente, o narrador empregou uma figura de linguagem – a antítese, para contrapor duas situações: o presente ao passado, ou seja, a ordem à desordem, o zelo ao desmazelo.

O discurso é essencialmente ideológico. A formação da opinião pública, preferencialmente a dos leitores jovens, que não haviam vivenciado os acontecimentos de 1964, era a meta. Apresentava-se o heróico 31 de março, uma “revolução”, e chegava-se ao tempo presente. A elipse proporciona elidir os descaminhos de doze anos do golpe de Estado, repetidamente lembrado como a “revolução”. Buscava-se divulgar e edificar uma determinada memória sobre o passado ao narrar a história recente do país.

Essa forma de pensar a sociedade brasileira caminhava na mesma direção do discurso oficial. Em uma das produções de livre circulação do regime militar, A

¹²⁴ No discurso jornalístico o passado recente de 1964, período do governo João Goulart, era apresentado como expressão de *baderna*. O emprego deste termo foi fortemente veiculado nos editoriais dos jornais paranaenses. Esse fato permite refletirmos sobre o significado atribuído a “baderna” com base no *Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens*. O historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva (2000, p. 63-64) destaca que o termo baderna é integrante do vocabulário brasileiro, principalmente, após a redemocratização do país em 1945. Para Silva, a denúncia da baderna, feita por determinados setores conservadores da sociedade, constitui-se em um recurso político, para servir à legitimação de medidas de força em nome de uma suposta ameaça à democracia. Silva também expõe que, conforme o historiador Edgar de Decca, o termo baderna advém de uma senhora italiana chamada Baderna. No século XIX, ela administrava uma casa de tolerância no Rio de Janeiro. Quando havia desentendimentos em sua casa, Baderna solicitava a presença da polícia para a manutenção da ordem.

Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política (1971, p. 222), a concepção de democracia vigente ganhou destaque:

A Democracia Brasileira

Tradicionalmente, o povo brasileiro é de índole democrática. Desde os primórdios de nossa independência política, sempre demonstramos nosso respeito aos direitos e garantias individuais. Todas as nossas Constituições mostraram seu caráter liberal e avesso aos regimes de opressão. Somente a Carta de 1937 imposta ao povo brasileiro em 10 de novembro daquele ano, por Getúlio Vargas, foi uma brusca interrupção na vida democrática da Nação. Mas esta jamais se conformou com a usurpação de suas liberdades democráticas e em 1945, soube recuperá-las plenamente. Desde então, apesar de inúmeros governantes semearam a corrupção ou a demagogia, conseguiu a Democracia Brasileira sobreviver, encontrando-se presentemente em plena fase de recuperação moral.

Todavia, a atual Democracia Brasileira é vigilante e rigorosa para aqueles que pretendem derrubar as instituições, em favor de doutrinas estrangeiras. E não poderia atuar de outra maneira, pois a presente conjuntura não admite vacilações. O comunismo, com seus tentáculos, tenta destruir nosso sistema de vida e a própria independência da Pátria. Para enfrentar essa ameaça, devemos ter em mente o seguinte: 1) Não superestimar as forças do comunismo, pois que ele não tem na realidade a penetração popular que muitos lhe atribuem; 2) Também não subestimar suas possibilidades, porque, embora os comunistas sejam uma minoria, essa minoria é suficientemente disciplinada, ativa, inescrupulosa quanto aos meios a que recorre, experiente e eficaz em táticas de conquista do poder. Tais características lhe conferem uma terrível força de penetração e destruição, tanto, mais que, onde existem reacionários, pelegos e exploradores, a tarefa do comunismo é sumamente facilitada; porque esses inimigos do povo são, na verdade, cúmplices e aliados clandestinos ou inconscientes da subversão comunista.

Nesse texto, por meio da narrativa da história do país, no discurso se promoveu a apologia ao presente. Os fatos históricos do passado foram apresentados para fundamentar a argumentação e justificar a importância da segurança das instituições da nação brasileira contra o comunismo. Este estilo de narrativa procurou dar credibilidade factual ao texto e ao próprio discurso nele veiculado.

Por meio dessa concepção de democracia da **Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política**, procurou-se conquistar o jovem brasileiro e convencê-lo sobre a relevância de manter a ordem na sociedade mediante o combate à subversão.¹²⁵

Segundo o padre Joseph Comblin (1980, p. 159), as pessoas que apoiaram o golpe de Estado de 1964 e participaram das famosas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” estavam convencidas de estarem salvando a democracia contra o comunismo. O apoio dessas pessoas à intervenção militar e ao Estado organizado pós-1964 se desvaneceu com o recrudescimento do regime, devido a seus vários atos institucionais, como o AI-5. A democracia concedida à sociedade civil pelo governo começou a divergir do ideal de democracia dos grupos que antes o apoiavam.

Para Alain Rouquié (1982:336), as intervenções militares procuram repelir os grupos sociais, as forças políticas que se constituem em obstáculo à expansão e funcionamento do Estado. Assim, busca-se eliminar os agentes considerados perigosos ou inúteis.

Naquele sistema de democracia proposta pelo governo instituído, a liberdade e os direitos políticos eram preservados, quando não se punha em risco a segurança nacional, ou seja, o projeto de nação propugnado pelos representantes da esfera estatal sob a tutela militar. Era um Estado de caráter autoritário, que procurava estabelecer uma “democracia vigiada”.

¹²⁵ O acesso às enciclopédias de moral e civismo não se restringiu ao espaço escolar. Elas eram vendidas por representantes de editoras, que passavam oferecendo de casa em casa às pessoas. A obra acima citada foi adquirida desta maneira por minha família.

A segurança nacional estava em primeiro plano nesse sistema, idéia que foi fortemente veiculada no discurso jornalístico, quando se reafirmava a democracia brasileira com os acontecimentos de 31 de março:

(...) Lutar pela democracia brasileira é contribuir para que se mantenham intactos e estuantes de vitalidade os ideais democráticos de nosso povo. Povo que jamais aceitou tirania. Povo que, em 1822, conquistou uma independência há muito tempo almejada. E que jamais se manifestará disposto a abrir mão dessa independência. Para mantê-la, nossos pracinhas derramaram o seu sangue nos campos de batalha. Para mantê-la, povo e Forças Armadas se levantaram contra a baderna em 1964. Para mantê-la o povo brasileiro continuará fiel aos ideais democráticos.¹²⁶

Para justificar a necessidade de preservação da democracia, o editor resgata diferentes fatos da história do país, o que caracteriza o discurso polivalente; e mais: ele procurou estabelecer vínculos entre o presente e o passado, edificando uma tradição brasileira, a da luta pela democracia, embora os acontecimentos de 1822 e 1964 sejam distintos. No editorial, o editor narrou-os e concebeu-os como semelhantes, constituindo-se em um discurso iterativo.

O presente era apresentado ao leitor como a expressão da luta pela continuidade dos ideais democráticos; já o passado é representado como sinônimo de “baderna”. A utilização deste termo para se referir aos anos que antecederam o regime militar nos permite visualizar a concepção da grande imprensa escrita paranaense sobre 1964. Sua concepção do mundo estava em conciliação com aqueles que, naquele período, propunham-se a salvar a “democracia”.

¹²⁶ RESSONÂNCIA democrática. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 15 nov. 1975. Nesse editorial e no outro anteriormente analisado, afirmou-se com contundência que o governo que antecedeu 1964 era sinônimo de *baderna*, discurso que procurou dar credibilidade factual à idéia de luta pelos ideais democráticos (rever o editorial: 12 ANOS depois. *O Estado do Paraná*. Curitiba, 31 mar. 1976.

O valor positivo atribuído à deposição de Goulart e ao Estado pós-1964 foi freqüente no discurso jornalístico, para enfatizar o valor da conquista de segurança e da alcançada plenitude democrática com desenvolvimento seguro:

(...) Hoje, passados 12 anos, a Revolução pode olhar para trás e sentir que realizou muita coisa, e que o quadro que se descortina, em inúmeros setores, é bem menos duro do que aquele que se vislumbrava no alvorecer de 31 de março de 64. (...)

A subversão foi contida, e hoje o empresariado sente tranqüilidade para o trabalho. Politicamente a Revolução continua a caminhar, buscando acertar e tentando criar uma estrutura que seja capaz de conduzir o país a uma plenitude democrática. A preocupação sempre manifesta pelos sucessivos Governos da Revolução, no sentido de manter o calendário eleitoral, demonstra a disposição de implantar uma base política (...).¹²⁷

Novamente, em sua narrativa o editor utilizou retrospectões para promover análise da sociedade brasileira. Presente e passado foram relacionados, para se pensar o futuro do país. Vislumbrava-se quais caminhos a nação brasileira havia trilhado e quais caminhos ela estava trilhando para atingir a plenitude democrática. O presente é apresentado como algo de orgulho, em antítese ao passado – o governo Goulart.

Nesse editorial e em outros anteriormente analisados, o discurso jornalístico é essencialmente ideológico; o estilo de narrativa do editor denuncia a sintonia da grande imprensa escrita paranaense com o discurso oficial, como permite perceber a concepção positivista de história que ampara seu raciocínio. Privilegiam-se nos editoriais as datas e os “grandes homens” da esfera estatal ou política.

❖ Caminhos democráticos: eleições

Nos editoriais expressa-se que a escolha dos representantes políticos por meio de eleições e com a participação do povo, constituía-se em um dos caminhos

¹²⁷ 12 ANOS depois. *Folha de Londrina*, Londrina, 31 mar. 1976.

para a plenitude democrática. A idéia de luta pela democracia no discurso jornalístico ganhou destaque nos períodos de processos eleitorais:

Com a consciência de que os caminhos democráticos são marcados pelo processo eleitoral, estamos indo para as urnas deste 15 de novembro, para o cumprimento de um dever de civismo.

Quaisquer que sejam as opiniões que tenhamos, cada um de nós, sobre o momento político em nosso país, passível ou não de crítica, é imperativo que a abstenção não nos derrote (...). (...)

Cada um de nós com sua consciência irá às urnas. Dentro da cabine, com garantias que a realidade democrática nos permite, somos livres para fazer a escolha que bem desejamos. É um momento em que o eleitor se transforma num verdadeiro e autêntico juiz, num julgamento que processa sobre si mesmo, sua família, seus vizinhos, sua comunidade.(...)¹²⁸

Em discurso monovalente, o editor destaca a importância das eleições e busca orientar os eleitores sobre a necessidade de se evitar a abstenção. Isso garantiria o pleno desenvolvimento da democracia. O narrador escreve ao povo e ao mesmo tempo se situa entre ele. A voz do discurso se expressa por meio do estilo de narrativa na primeira pessoa do plural, postura cadenciada pela conjugação dos verbos: estar, ter, ser e desejar.

O editor insiste na mensagem de que o povo tem consciência; porém procurou também conscientizá-lo, ou seja, formar a opinião de seus leitores sobre aquele evento.

Após os resultados das eleições municipais de 1976, a imprensa não hesitou em tecer elogios às pessoas que compareceram ao pleito:

(...) O Paraná foi às urnas dentro de um processo vasto de trabalhos, pesquisas, incansáveis horas de dedicação dos magistrados, auxiliados por funcionários zelosos e cômicos de seus deveres e suas

¹²⁸ AS ELEIÇÕES. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 15 nov. 1976. Sobre a importância dada à realização de eleições para escolha de representantes municipais em 1976, ver editorial: POLITIZAÇÃO dos paranaenses. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 19 nov. 1976. Quanto ao valor dado à realização de eleições para a escolha de representantes no Senado, na Câmara Federal e nas Assembléias Legislativas, ver os editoriais: O DIA do voto. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 15 nov. 1978., VALORIZAÇÃO do voto. *Folha de Londrina*, Londrina, 15 nov 1979. e OS RESULTADOS eleitorais. *Folha de Londrina*, Londrina, 19 nov. 1978.

responsabilidades. O espetáculo deste esforço enorme não esteve nas manchetes, nem roçou o sensacionalismo, constituindo-se no exercício de um dever que foi cumprido de maneira brilhante e com serenidade.

Ao par desse acontecimento, que estava a merecer, de nossa parte, estas linhas editoriais, devemos colocar na crista de considerações o fato de que o povo, também, revelou um índice de politização dos mais notáveis. (...) ¹²⁹

O narrador posiciona-se diante dos fatos de maior repercussão da vida nacional de forma explícita, expressando sua visão interna. Ele saúda o povo brasileiro por sua participação no pleito eleitoral daquele ano. Quais os motivos que o levaram a esta postura? Por que a saudação, com tanto vigor, à politização do povo brasileiro e aos resultados das eleições de 1976?

Nas eleições municipais de 1976, a ARENA, o partido do governo, reverteu o quadro político das eleições de 1974. Os candidatos arenistas venceram na maioria das cidades brasileiras, principalmente no Paraná, nos tempos do bipartidarismo. Nas eleições de 1974, os resultados foram desfavoráveis ao governo, tendo havido a elevação no número de votos aos candidatos de oposição, provenientes do MDB. Isso ocorreu devido ao descontentamento de grande parte da população com a política do governo e a crise econômica (ALCÂNTARA, 1999, p. 262-265).

Diante dessa realidade, pode-se verificar que o estilo de narrativa do editor sobre as eleições de 1976 não dissimula sua afinidade com o discurso e com a linha política do governo, com os candidatos arenistas. Sendo assim, no discurso jornalístico, mais do que por serem as eleições concebidas como o momento máximo da democracia, rejubilava-se pelos seus resultados.

¹²⁹ POLITIZAÇÃO dos paranaenses. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 19 nov. 1976.

❖ Povo e cidadania

A cada pleito eleitoral que ocorria, no discurso dos jornais paranaenses se exaltava a participação do povo. O exercício do voto se afirmava como um momento privilegiado para o exercício da cidadania. Esta concepção restringia o sistema democrático aos pleitos eleitorais, ao sufrágio:

Três e meio milhões de eleitores vão as urnas para mostrar que o Paraná é um Estado politicamente adulto, capaz de escolher os mais aptos postulantes ao Senado, à Câmara Federal e à Assembléia Legislativa (...)

(...) o sufrágio dos paranaenses há de consagrar aqueles que estão realmente mais capacitados pra representar o povo e que não decepcionarão seus eleitores. A escolha certa demonstrará que nosso Estado, embora pudesse ter um colégio eleitoral maior, tem eleitores realmente atentos aos que se passa no Estado e no País, em condições de contribuir, com sua opção eleitoral, para que o processo de desenvolvimento democrático seja apoiado por vozes categorizadas. Três e meio milhão de eleitores vão escolher, hoje, aqueles que falarão em nome do povo. (...)¹³⁰

O editor, ao tratar novamente de um único assunto do presente, expõe de forma explícita que um dos caminhos para a luta pela plenitude democrática é o voto.

No discurso jornalístico o voto é apresentado como expressão da civilidade do povo brasileiro, representando a oportunidade que lhe era concedida para escolher seus representantes políticos. Assim, o povo delegava aos candidatos eleitos o direito de agir em seu nome.

No discurso jornalístico se ressaltou que, dentro dos limites da democracia proposta pelo governo, o povo deveria participar dos processos eleitorais com civilidade, ou seja, valorizar seu voto:

(...) O povo paranaense inicia, a partir das primeiras horas deste 15 de Novembro, o exercício do voto, nas cabines democráticas e

¹³⁰ O PARANÁ e o voto. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 15 nov. 1978. O discurso sobre a importância do voto também foi destacado de forma explícita em outros editoriais: *O DIA do voto*. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 15 nov. 1978, *VALORIZAÇÃO do voto*. *Folha de Londrina*, Londrina, 15 nov 1979. e *OS RESULTADOS* eleitorais. *Folha de Londrina*, Londrina, 19 nov. 1978.

imperscrutáveis, onde a consciência de cada um será o selo a marcar o destino (...).

No exame que ao venha a fazer dos meses de campanha, algumas observações devem ser consideradas, como por exemplo, as dificuldades argüidas pelos candidatos criadas pela chamada "Lei Falcão". O próprio porta-voz da presidência da República, em pronunciamento nesta semana, admitiu que esse dispositivo legal trouxe problemas, sendo possível que, num breve futuro, venha – até mesmo – a ser derogado (...).

Neste dia, quando honramos civicamente, a data da Proclamação da República, muito se espera dos eleitores, na liberdade que fruirão de escolher, politicamente seus candidatos (...).¹³¹

Ao mesmo tempo em que destaca a importância do voto, o editor também faz uma reflexão quanto às condições em que ocorreu o processo eleitoral de 1978. Ao mencionar o discurso de candidatos aos cargos do Legislativo Federal e do Estadual e de um dos representantes do governo, o narrador manifesta-se contra a Lei Falcão, que não havia contribuído para o pleno aperfeiçoamento da democracia. O que representava esta lei?

A Lei Falcão, instituída em julho de 1976 pelo regime militar, impôs limites ao processo eleitoral do país. Ela restringiu o acesso livre dos candidatos ao rádio e à televisão. A propaganda eletrônica se limitou a mostrar a foto, o número de registro, legenda e o *currículum vitae* do candidato, e a anunciar os locais e horários de realização dos comícios. A institucionalização desta lei deve-se aos resultados das eleições de 1974, que haviam sido favoráveis aos emedebistas, uma situação que incomodava os representantes do governo.¹³²

Os candidatos perderam o direito e espaço de expressar suas idéias através dos meios de comunicação. Desta maneira, a promulgação da Lei Falcão foi uma das formas encontradas pelo governo para cercear a liberdade de expressão dos

¹³¹ O DIA do voto. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 15 nov. 1978.

¹³² Sobre as alterações no processo eleitoral brasileiro e instituição da Lei Falcão, ver SILVA (1984, p. 500), e SOARES e D' ARAÚJO (1994, p. 175).

candidatos, principalmente dos de oposição. As regras do sistema eleitoral foram modificadas, com o objetivo de conter a ascensão do MDB nas eleições e garantir a vitória e a maioria de candidatos da Arena no Congresso.

Os jornais paranaenses não permaneceram alheios às mudanças no sistema eleitoral promovidas pelo governo. No discurso jornalístico destacou-se uma das medidas que limitavam a democracia: as escolhas indiretas para alguns cargos-chave do governo:

“Votar a favor do voto”. O apelo simples do cronista Carlos Drummond de Andrade é muito bem colocado, hoje, quando quase 50 milhões de brasileiros são chamados às urnas. (...)

As eleições perderam, inegavelmente, muito de seu atrativo devido às escolhas indiretas, pois o povo brasileiro, por sua índole e disposição, é francamente pela escolha direta. E, no pleito de hoje, poderá apenas escolher um senador (o outro já foi “eleito”) e os deputados federais e estaduais. Ponderável parte dos eleitores de hoje jamais teve a oportunidade de votar para presidente da República ou, mesmo, para governador de Estado. Entretanto, importa valorizar o que resta. E transformar o pleito em demonstração cívica de participação, em palavra atuante de quem entende a democracia e a quer ver cada vez mais forte.(...) ¹³³

Expressando sua posição quanto aos limites da democracia (as eleições indiretas), o editor iniciou seu texto citando o pensamento do escritor brasileiro Carlos Drummond de Andrade, procedimento que caracteriza o estilo direto de escrita utilizado pelo editor. Por meio desta estratégia narrativa, novamente se expôs a importância do voto como exercício de cidadania. O discurso é objetivo e os fatos são apresentados e acompanhados de interpretação.

Aos poucos, os jornais começavam a denunciar as restrições presentes do sistema político, que impediam a efetiva participação do povo no sistema representativo durante o regime militar. As eleições indiretas para cargos centrais da esfera do Estado brasileiro foram sendo questionadas.

¹³³ VALORIZAÇÃO do voto. Folha de Londrina, Londrina, 15 nov 1979.

Em uma das Enciclopédias de Educação Moral e Cívica (1972, p. 56-57), produzidas durante o regime militar, o termo democracia é definido a partir de três pressupostos. O primeiro concebe a democracia como governo do povo e para o povo. Afirma-se que o povo tem o direito de eleger seus representantes (vereadores, deputados e senadores), não sendo necessário que o cidadão vote diretamente para todos os cargos; o segundo se fundamenta na idéia de que todos têm os mesmos direitos na sociedade; o terceiro ressalta o direito de liberdade segundo a lei vigente.

Essa concepção de sistema democrático estava em perfeita sintonia com o regime de exceção do Estado brasileiro pós-1964, “democracia” que gerou descontentamento entre setores da população, na medida em que a intervenção militar se prolongava.

A partir de 1964, segundo o historiador José Murilo de Carvalho (2001, p. 157), os direitos civis e políticos do povo brasileiro foram restringidos com a utilização da violência. CARVALHO (2001:160) expõe que os atos institucionais editados pelos presidentes militares constituíram-se em instrumentos legais de repressão.

Quando a realidade política, econômica e social não estava de acordo com os interesses do governo, os generais-presidentes editavam os atos institucionais. Eles tinham como objetivo “moldar” a sociedade brasileira segundo o ideal de nação que projetavam.

Na “democracia” que era proposta pelo regime em vigor, acabou-se por restringir os direitos civis e políticos do povo, e conseqüentemente, o exercício de sua cidadania.

Para Norberto Bobbio (1992, p. 101-102), o conceito de democracia é inseparável do conceito de direitos do homem. Segundo o mesmo autor (1992, p. 25-

26), o problema grave de nosso tempo é o de como proteger os direitos do homem e não mais o de fundamentá-los. O problema é jurídico e, num sentido mais amplo, político. Bobbio ainda questiona: qual seria o modo mais seguro para se garantirem os direitos do homem? Como evitar que estes direitos sejam violados? Que caminhos seguir para a consolidação da democracia e a preservação dos direitos do homem?

Para se garantir a democracia, no interior da sociedade deve haver tudo que esteja em afinidade com ela, ou seja, tudo que preserve a autonomia e a dignidade do indivíduo. A base do sistema democrático é o diálogo, e não a violência; a argumentação racional; a ação voluntária, e não a submissão às tradições ou formas corporativistas de representação; são as idéias de universalidade e de igualdade. A originalidade do termo democracia reside em conceder capacidade política ao indivíduo autônomo, para escolher, participar e sentir-se responsável pelos meios administrativos que governam a sociedade (VIANNA, 2000, p. 122-123).

A partir desses pressupostos pode-se avaliar o sistema democrático estabelecido durante o regime militar no pós-1964. Não obstante a manutenção do funcionamento do Congresso (fechando-o mediante atos institucionais) e a realização de eleições para cargos políticos nos âmbitos municipais, estaduais e federal, a participação política e o respeito aos direitos do povo foram restritos, devido às medidas repressivas.

Nos tempos do regime militar, o perigo “comunista” foi a desculpa mais usada pelos governos para justificar a repressão e as medidas autoritárias (CARVALHO, 2001, p. 160).

Em busca do fortalecimento de seu governo, Geisel usou dos poderes que o AI-5 lhe proporcionava e colocou o Congresso em recesso. Decretou um conjunto de

mudanças constitucionais: manteve a eleição indireta dos governadores para 1978, mas por colégio eleitoral em cada estado; eleição de duas vagas para o Senado, uma de forma indireta (senador “biônico”, eleito pelo mesmo colégio eleitoral dos governadores) e outra de forma direta; as bancadas estaduais na Câmara dos Deputados voltaram a se basear na população de cada Estado; o *quorum* constitucional foi reduzido de 2/3 para maioria absoluta; a Lei Falcão foi mantida; Geisel modificou o colégio eleitoral que escolheria seu sucessor em 1978, ampliando o mandato para seis anos, e alterou a data de votação do Colégio Eleitoral para 15 de novembro.¹³⁴

Geisel procurou modificar o sistema eleitoral, para garantir maioria no Congresso e a eleição indireta de governadores da Argentina nos estados. Assim, pretendeu gerenciar o sistema eleitoral a favor do regime. Buscava assegurar resultados favoráveis ao partido do governo.

Os descontentamentos da sociedade civil com o regime militar não se restringiram ao sistema político. Ainda no primeiro semestre de 1978, foi criado o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA).¹³⁵ Os objetivos deste comitê entraram em conflito com a anistia proposta no projeto do regime militar: questionava o que acontecera com os desaparecidos políticos; fazia denúncias das condições de vida dos presos políticos; pressionava o governo para a soltura de brasileiros presos por outros regimes repressivos na América Latina. Diferentes grupos sociais engrossaram as fileiras da luta pela anistia, com diferentes representantes: de várias correntes de esquerda; da Igreja e de entidades profissionais liberais como a Ordem

¹³⁴ Sobre o Pacote de Abril de 1977, ver FLEISCHER (1994, p. 176-177) e OLIVEIRA (1994, p. 62).

¹³⁵ Antes de 1979, em 1975, nasceu o Movimento Feminino pela Anistia (MFA), devido ao esforço de Terezinha Zerbini. Ela era esposa do general Zerbini, que foi afastado do Exército por se opor ao golpe de Estado de 1964. Esse movimento no ano de seu surgimento coletou dezesseis mil assinaturas num manifesto a favor da anistia política (KUCINSKI, 2001, p. 82).

dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI); de familiares de presos e desaparecidos políticos (KUCINSKI, 2001, p. 84-86).

Geisel legou a seu sucessor, o general João Baptista Figueiredo, um Brasil de inquietações, de denúncias de violação dos direitos humanos, de movimentos da sociedade civil pela anistia, de dificuldades econômicas, enfim uma abertura política de caráter lento e gradual.

Em março de 1979, Figueiredo assumiu a presidência com uma dura tarefa: dar continuidade à abertura política, gerenciar a crise econômica do país e a elevação dos índices da dívida externa e da inflação (MATHIAS, 1995, p. 142).

Conforme relata Ronaldo Costa Couto (1999, p. 440), em agosto de 1979 a lei de anistia foi aprovada e entrou em vigor, constituindo-se em um momento fundamental da transição. Depois dela seguiram-se o restabelecimento do pluripartidarismo, eleições diretas para governadores, eliminação da eleição indireta de um terço dos senadores; decresceu o intervencionismo nas greves operárias e o governo promoveu políticas favoráveis aos salários dos estratos inferiores de renda e ao crescimento econômico do país.

Durante o processo de abertura política, aos poucos foram se abolindo os atos institucionais e o regime de exceção, criado progressivamente, na medida em que se estruturaram os governos militares. Eram os primeiros passos para a construção de um país mais democrático. Não obstante, a anistia concedida pelo governo tinha seus próprios limites.

Tanto os agentes de segurança que tinham praticado atos repressivos (seqüestros, torturas, atentados e assassinatos) como os representantes da esquerda que haviam praticado violência ao resistir ao regime militar (atentados à bomba e armas de fogo, assaltos a bancos, seqüestros de diplomatas e de aviões,

matança de vigilantes, policiais e elementos das Forças Armadas, justiçamentos de inimigos, guerrilha urbana e rural) foram absolvidos. A anistia promoveu o esquecimento da repressão por parte do regime em relação aos dissidentes, e dos que combateram militarmente o governo.¹³⁶ Para o presidente Figueiredo, não se deveriam, de nenhuma forma, investigar os agentes de órgãos de segurança envolvidos em violências, torturas ou qualquer ato ilegal contra presos políticos (BARROS, 1994, p. 98).

A anistia concedida pelo governo não correspondeu totalmente às aspirações e reivindicações dos setores sociais que se organizaram por meio do Comitê Brasileiro pela Anistia. Desejava-se - e ainda hoje se deseja - saber sobre o paradeiro de muitos presos políticos. Muitas famílias não sabem onde estão os familiares que desapareceram no período do regime militar por questões políticas. Assim, a luta pelos direitos humanos não se encerrou com o processo de redemocratização no Brasil. Ela prossegue nos dias atuais.

No processo de abertura política, tanto Geisel como Figueiredo procuraram agir com cautela, para evitar retrocessos, promover o afastamento gradual dos militares da esfera administrativa sem revanchismo e o retorno ao governo civil. Foi um processo cheio de contradições, que os generais-presidentes procuraram gerenciar com a maior segurança possível, pois para eles, embora os tempos fossem de dificuldades econômicas, o Brasil era “um país que vai para frente”.

¹³⁶ Sobre a anistia, ver OLIVEIRA (1994, p. 323), GORENDER (1987, p. 235).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande imprensa escrita paranaense que atuou entre os anos de 1975 e 1979 pouco se distanciou do discurso do regime militar, porém se pode dizer que fez algumas denúncias sobre os limites da “democracia” proposta pelo governo. Eram tempos de abertura política e de crise em diversos âmbitos da sociedade brasileira: social, econômico e político. O processo de liberalização foi marcado pelas contradições geradas pelos diferentes interesses dos grupos sociais, desde as Forças Armadas à sociedade civil.

Nos tempos do regime militar, a imprensa escrita não gozava de liberdade de expressão, devido à censura política praticada nos anos entre 1968 e 1978, que procurou silenciar qualquer possibilidade de crítica ou questionamento ao regime vigente.

Durante a abertura política os jornais paranaenses, ao atuarem no mercado enquanto empresas jornalísticas, contribuíram para a divulgação dos ideais do discurso oficial, quando faziam a apologia aos ideais: de ordem e segurança, do trabalho e civilidade, do desenvolvimento e da nação democrática. Mesmo em tempos de crise, predominou no discurso jornalístico o otimismo, a crença na idéia de país destinado ao sucesso.

Essa postura da grande imprensa escrita paranaense contribuiu para a formação da opinião pública de seus leitores acerca de assuntos considerados de relevância e destacados nos editoriais, durante o regime militar. Assim, pode-se indagar: o que é a opinião pública?

Para Nilson Lemos Lages (1998, p. 211-212), mestre em Comunicação e Doutor em Lingüística, a opinião pública resulta da interação estabelecida entre os

indivíduos na sociedade, a partir da troca de informações e de influências, a qual se acelera diante de fatos novos, resultando em uma concepção da realidade. Ele ainda expõe que a influência de um grupo social sobre outros não se deve apenas “ao conhecimento dos fatos, à fruição de mensagens e adoção de hábitos, mas também à aceitação de versões e à exteriorização de opiniões que expressam juízo de valor”.

Com base nesses pressupostos teóricos, constata-se que os editores, por meio do resgate de uma certa história do Brasil, selecionaram os fatos dignos de ser lembrados pelo povo e procuraram formar a opinião pública. Desta maneira, edificaram uma determinada memória social, privilegiando datas e nomes – os heróis da esfera política. Os discursos constituíram-se, majoritariamente, a partir de um embate temporal do passado, para se projetar um futuro para o país. Os leitores eram convidados a pensar o Estado-nação brasileiro de maneira prospectiva e retrospectiva.

A partir do estilo de escrita expresso nos editoriais, encontramos um tipo de narrativa histórica linear, pautada nas ações dos “grandes homens” do passado e na necessidade de o povo dar continuidade aos feitos dos heróis nacionais. Por isso, tanto as crianças como os adultos deveriam, com patriotismo, reverenciar o passado e ter a consciência de que algumas etapas de desenvolvimento já haviam sido cumpridas, cabendo-lhes cumprir também a sua parte. A tarefa que se impunha ao povo era a de fazer algo por sua nação.

Essa concepção, fundada num tempo linear, construída pelos atos dos grandes homens, na sucessão de fatos e com caráter de *História Magistra Vitae*, que caracteriza a historiografia positivista, foi a que subsidiou a escrita dos editoriais dos jornais paranaenses durante o regime em tela.

Não obstante, quando a crise econômica brasileira se acirrou, os jornais paranaenses inovaram em alguns elementos de seu discurso. Procuraram expor que o progresso do país seria conquistado se o trabalhador brasileiro (concebido como a pedra angular do desenvolvimento) fosse valorizado em termos salariais. Assim, divulgou-se a idéia de que a nação deveria fazer algo pelo seu povo, porque este fizera e faria muito por sua nação.

Essa última nuance que indicamos é, em si, um índice significativo de que muito há ainda para ser lido nas linhas e nas entrelinhas desta história tão recente do Brasil republicano, que apenas começa a ser contada.

ANEXOS

FIGURA 1

TRI

CARNAVAL EM JUNHO

O primeiro: o salto de Pelé

Facultativo hoje e amanhã

MÉDICI ACERTOU O PLACAR

O "goal" do alívio

TIRARAM AS MEIAS DE TOSTÃO

O GLOBO
FUNDAÇÃO DE BRUNO MARINI

APRO. 2017 - Rio de Janeiro, 24 de Junho, 12 de Junho de 1978 - Nº 13.024

Quando o goleiro Nelsinho...
Médici acertou o placar...
O "goal" do alívio...
Tiraram as meias de Tostão...

FONTE: O Globo de todas as copas: 30, 34, 38, 50, 54, 58, 62, 66, 70, 74, 78. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. p. 98. Acervo da Biblioteca Municipal Prof. "Bento Munhoz da Rocha Neto". Maringá-PR.

FIGURA 2



O ABRAÇO MAIS COMOVIDO FOI PARA PÉLE

**Médici,
em lágrimas,
a Pelé:
— Você é o Rei**

FONTE: O Globo de todas as copas: 30, 34, 38, 50, 54, 58, 62, 66, 70, 74, 78. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. p. 100.
Acervo da Biblioteca Municipal Prof. "Bento Munhoz da Rocha Neto". Maringá-PR.

FIGURA 3



FONTE: O Globo de todas as copas: 30, 34, 38, 50, 54, 58, 62, 66, 70, 74, 78. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. p. 100.
Acervo da Biblioteca Municipal Prof. "Bento Munhoz da Rocha Neto". Maringá-PR.

FIGURA 4

Às 17 horas do dia 7 de Setembro de 1822, o Brasil ouviu o Grito do Ipiranga.



Às 17 horas deste 7 de Setembro, o Brasil quer ouvir você.

Mais de 110 milhões de brasileiros unidos neste 7 de Setembro. Reúna sua família, junte-se aos seus amigos, faça uma festa, brindando ao seu país. E às 17 horas, hora da Independência, cante o hino, toque um sino, buzine, festeje à sua maneira o dia mais importante do calendário cívico nacional.

A Independência é você. Onde quer que você esteja. Nos grandes centros, nas pequenas cidades, nas vilas, nas fazendas, nos campos, nos montes e nos vales.

Ponha um pedaço de fita verde-amarela em sua roupa. Carregue uma bandeira. Fique ligado no Brasil.

Colaboração e
Emissão de Fôlder.



Participação
é Independência
e progresso.



Este é um país
que vai pra frente.

FONTES UTILIZADAS

Jornais - editoriais

- 12 ANOS de Revolução. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 mar. 1976.
- 12 ANOS depois. **Folha de Londrina**, Londrina, 31 mar. 1976.
- 12 ANOS depois. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 31 mar. 1976.
- 15 DE NOVEMBRO e Política. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 nov. 1977.
- 31 DE MARÇO. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 30 mar. 1975.
- 7 DE setembro. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 set. 1977.
- A CONQUISTA de cada um. **Folha de Londrina**, Londrina, 7 set. 1976.
- A INDEPENDÊNCIA. **Folha de Londrina**, Londrina, 7 set. 1979.
- A LUTA pela Independência. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 set. 1979.
- A LUTA pela independência. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 9-10 set. 1976.
- A NOSSA independência. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 set. 1976.
- A O DIA do trabalho. **Folha de Londrina**, Londrina, 01 maio 1977.
- A RENDA e Robin Hood. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 1 maio 1978.
- AGRICULTURA, Problema Institucional. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 nov. 1975.
- APOIAR para se apoiar. **Folha de Londrina**, Londrina, 15 nov. 1975.
- AS ELEIÇÕES. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 nov. 1976.
- CAMINHADA infinita. **Folha de Londrina**, Londrina, 7 set. 1975.
- CRITÉRIO inútil, mas necessário. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 01 maio 1978.
- DIA do trabalho. **Folha de Londrina**, Londrina, 01 maio 1979.
- INCENTIVO aos salários. **Folha de Londrina**, Londrina, 1 maio 1978.
- INCENTIVOS aos salários. **Folha de Londrina**, Londrina, 1 maio 1975.
- LIBERDADE assumida. **Folha de Londrina**, Londrina, 7 set. 1977.
- MÍNIMO – Cr\$ 712, 80. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 maio 1976.

- MÍNIMO E neurose. O Estado do Paraná, Curitiba, 1 maio 1976.**
- O DIA do trabalho. Folha de Londrina, Londrina, 01 maio 1977.**
- O DIA do voto. Gazeta do Povo, Curitiba, 15 nov. 1978.**
- O DILEMA da inflação. O Estado do Paraná, Curitiba, 19 nov. 1976.**
- O MÍNIMO e inflação. Folha de Londrina, Londrina, 1 maio 1976.**
- O NOVO mínimo. Gazeta do Povo, Curitiba, 1 maio 1975.**
- O PARANÁ e o voto. O Estado do Paraná, Curitiba, 15 nov. 1978.**
- O SOLDADO e a democracia. O Estado do Paraná, Curitiba, 25 ago. 1977.**
- OS RESULTADOS eleitorais. Folha de Londrina, Londrina, 19 nov. 1978.**
- OS VÁRIOS 7 de setembro que precisamos. Gazeta do Povo, Curitiba, 7 set. 1975.**
- A LUTA pela Independência. Gazeta do Povo, Curitiba, 7 set. 1979.**
- PACOTE antinflação. Gazeta do Povo, Curitiba, 19 nov. 1978.**
- PÁTRIA e democracia. O Estado do Paraná, Curitiba, 7 set. 1978.**
- POLÍTICA para a agricultura. Folha de Londrina, Londrina, 25 ago. 1978.**
- POLITIZAÇÃO dos paranaenses. Gazeta do Povo, Curitiba, 19 nov. 1976.**
- PROBLEMAS do trigo. O Estado do Paraná, Curitiba, 01 maio 1979.**
- RAÍZES da Nação. O Estado do Paraná, Curitiba, 7 set. 1977.**
- RESSONÂNCIA democrática. O Estado do Paraná, Curitiba, 15 nov. 1975.**
- TARIFAS & inflação. O Estado do Paraná, Curitiba, 19 nov., 1975.**
- TENTATIVA de proteção. Folha de Londrina, Londrina, 19 nov. 1975.**
- TREZE anos. O Estado do Paraná, Curitiba, 31 mar. 1977.**
- UMA boa receita. O Estado do Paraná, Curitiba, 25 ago. 1979.**
- VALORIZAÇÃO do voto. Folha de Londrina, Londrina, 15 nov 1979.**
- VEZ do campo. O Estado do Paraná, Curitiba, 19 nov. 1978.**

VIOLÊNCIA, criminalidade e reforma policial. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 ago. 1979.

Entrevistas

- ❖ **Mussa José da Silva**. Curitiba-PR, 16 nov. 2000.

Editor do jornal **O Estado do Paraná** no período de análise dos editoriais: 1975-1979.

- ❖ **Walter Werner Schmidt**. Curitiba-PR, 16 nov. 2000.

Walter Werner Schmidt durante o regime militar trabalhava em outro jornal. Como o editor da **Gazeta do Povo** não está mais no cargo, ele se propôs a pesquisar sobre a censura política nos arquivos do jornal **Gazeta do Povo** e concedeu a entrevista. Ele informou que o editor deste jornal naquela época era Antônio Borges d' Aquino.

- ❖ **Walmor Macarini**. Londrina-PR, 13 mar. 2001.

Editor do jornal **Folha de Londrina** no período de análise dos editoriais: 1975-1979.

Processo

Inquérito Policial Militar - IPM n. 745 – Operação Marumbi. Catalogado no Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP como BNM n. 551. Campinas, SP.

Manuais de Educação Moral e Cívica

COMISSÃO DIDÁTICA LAUDES. **Educação Moral e Cívica**. Rio de Janeiro: Laudes, 1972.

MICHALANY, Douglas. RAMOS, Ciro de Moura. **Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política**. São Paulo: Editora "A Grande Enciclopédia da Vida", 1971. v. III e v. II.

PEREIRA, Gelta G. Enciclopédia Ilustrada para Educação Básica (primária) Ensino Fundamental. Educação Moral e Cívica. Curitiba-PR: Editora Educacional, 1973.

VELHO, Tereza P. R. Subsídios para aulas e fundamentos de Educação Moral e Cívica. Rio de Janeiro: Artenova, 1971.

Manchetes de jornais

O GLOBO. De todas as Copas: 30, 34, 38, 50, 54, 58, 62, 66, 70, 74, 78. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.

Propaganda política

MANCHETE, set. 1976. p. 121.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.

AGORA 5ª RM divulga prisões. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 set. 1975.

ALCÂNTARA, José Carlos. O bipartidarismo (1966-1978) e a volta do pluripartidarismo. In: DIAS, Reginaldo. GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs.). **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.

ALMANAQUE Abril especial. **Brasil dia-a-dia: retrato dos últimos 60 anos**. São Paulo: Abril, 1988. p. 66.

ALVES, Maria Helena M. **Estado e oposição no Brasil (1964- 1984)**. Trad. Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1989.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

_____. **Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, na área de História Social. São Paulo, 1990.

_____. **Caminhos cruzados: imprensa e Estado autoritário no Brasil (1964-80)**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, na área de História Social. USP. 1994.

ARNS, Paulo Evaristo (Dom). **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

BARROS, Edgard. L. de. **Os governos militares**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Repensando a História)

BHABHA, Homi K. **DissemiNação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna**. In: **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOBBIO, Norberto etii. **Dicionário de Política**. Brasília/DF: UnB, 1992.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. **Estado, governo, sociedade.** 2. ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

_____. **O conceito de sociedade civil.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BOLLÈME, Geneviève. **O povo por escrito.** Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: Novaes, Adauto (org.). **Tempo e história.** São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BOTTMANN, Denise G. **Padrões explicativos da Historiografia brasileira.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BRANCO, Carlos C. **Introdução à revolução de 1964. A queda de João Goulart.** Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

BRASIL. Decreto n. 69.450 de 1 de novembro de 1971. Dispõe sobre a regulamentação do artigo 22 da Lei n. 4024, de 20 de dezembro de 1966, e da alínea "c" do artigo da Lei n. 5.540 (*), de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. **LEX – Coleção de Legislação e Jurisprudência: marginalia,** [São Paulo], v. 35, p. 1395-1399, out. / dez. 1971.

BRASIL. Decreto-Lei nº869, 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino do País, e dá outras providências. **LEX – Coleção de Legislação Federal: marginalia,** São Paulo, v. 33, p. 1307-1309, jul. / ago. / set. / out. 1969.

BRASIL. Mensagem ao Congresso Nacional. Ernesto Geisel. Departamento de Imprensa Nacional, Brasília, 1979. p. 22.

BRASIL. Senado Federal. Serviço Gráfico. Ato Institucional n. 5. Atos complementares 38-40. Decretos-leis 348-409. Brasília-DF, 1969.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio.** 2. ed. Trad. Ivo Barroso: Companhia das Letras, 1990.

CAPELATO, M. Helena R. **Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo.** Campinas, SP: Papyrus, 1998. (Coleção Textos do Tempo).

CARDOSO Jr., Hélio Rebello. Tempo e narrativa histórica nas "teses" de W. Benjamin. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A velha história: Teoria, método e historiografia.** Campinas, SP: Papyrus, 1996. p. 51-60.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. VAINFAS, Ronaldo

(orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 401-417.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Narrativa, sentido, história**. Campinas, SP: Papirus, 1997. p. 23-99.

CARLYLE, Thomas. **Os heróis**. Trad. Antônio Ruas. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1963.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília, UnB, 1981.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 45-59.

CHAUÍ, Marilena de S. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

COELHO NETO (biografia). Disponível no site: <www.biblio.com.br> Acesso em: 29 mar. 2001

COMBLIN, Joseph. (Pe). **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. 3. ed. Trad. A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COSTA, Emlia Vioti da. José Bonifácio: mito e histórias. In: **Da Monarquia à República. Momentos decisivos**. São Paulo: Grijalbo, 1977. p. 53-81.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CUNHA, Maria de Fátima. **Eles ousaram lutar...: a esquerda e a guerrilha nos anos 60-70**. Londrina: Ed. UEL, 1998.

D'ARAÚJO, Maria Celina. SOARES, Gláucio Ary Dillon. CASTRO, Celso (orgs.) **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Ainda em busca de identidade: Desafios da Forças Armadas na Nova República**. Rio de Janeiro. Textos CPDOC nº 36, 2000.

D'ARAÚJO, M. Celina; SOARES, Gláucio A. D. CASTRO, Celso (orgs.). **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Damará, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DA MATTA, Roberto. Antropologia do óbvio. **Revista USP: Dossiê Futebol**. São Paulo, 22 jun./ago. 1994

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis. (para uma sociologia do dilema brasileiro)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

DIHEL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2v.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ENCICLOPÉDIA BARSA. Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações. Rio de Janeiro – São Paulo, 1988. p. 390.

FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In: CARDOZO, Cirio Flamarion. MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações: Contribuição para um debate transdisciplinar**. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 41-79. (Coleção Textos do Tempo)

FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (orgs.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, Oliveiros S. **Os quarenta e cinco cavaleiros húngaros: uma leitura dos cadernos de Antonio Gramsci**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Hucitec, 1986.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. Trad. Carlos Roberto Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FLEISCHER, David. Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou com usualmente o feitiço se voltava contra o feiticeiro. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon. D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.) **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**.; Almir Pazzianotto Pinto... [et al.] Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 154-197.

FOLHA DE S. PAULO. A história das Copas. Transmissão da Copa une brasileiros. São Paulo, 12 jun. 1994.

FREIRE, Alípio. ALMADA, Izaías. PONCE, J. A. De Granville (orgs.) **Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos**. São Paulo: Scipione, 1997.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. Notas sobre uma experiência de trabalho com fontes: arquivos privados e jornais. **Rev. Bras. Hist.** São Paulo, 1, 2: 259-283, set. 1981.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Trad. Celina Brandt. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. 4. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1988.

GUEDES, Simoni Lahud. Malandros, caxias e estrangeiros no futebol: de heróis e anti-heróis. In: GOMES, Laura Graziela. BARBOSA, Livia. DRUMMOND, José Augusto (orgs.). **O Brasil não é para principiantes: Carnavais, malandros e heróis, 20 anos depois**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

HELLER, Milton Ivan. DUARTE, Maria de Los Angeles G. **Memórias de 1964 no Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000. (Coleção Brasil Diferente)

HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

HOBBSAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa mito e realidade**. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWM, Eric J. RANGER, Terence (orgs). Introdução: A invenção das tradições. In: **A invenção de tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001.

LABAKI, Amir. **1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e memória**: 3. ed. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1969.

LINHARES, Maria Yedda. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOPEZ, Luiz Roberto. **Uma história do Brasil: República**. São Paulo: Contexto, 1997.

LUNGARETI, Celso. **Folha de Londrina**, Londrina. 30 abr. 1989, p. 32.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX**. Maringá: Eduem, 1999.

MALERBA, Jurandir. **Os brancos da lei**. Maringá: Eduem, 1994.

MALERBA, Jurandir. Sobre Norbert Elias. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A velha história: Teoria, método e historiografia**. Campinas, SP: Papius, 1996. p. 73-91.

MARCONI, Paulo. **A censura política na imprensa brasileira 1968-1978**. São Paulo: Global Editora, 1980.

MARIANI, BETHANIA Sampaio Corrêa. A revolução de 30. In: INDURSKY, Freda. FERREIRA, Maria L. (orgs.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre; Editora Sagra Luzzatto, 1999.

MARIANI, Bethânia Sampaio. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discurso fundador (a formação do país e a construção da identidade nacional)**. Campinas: Pontes, 1983.

MARTINS, Roberto R. **Segurança Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARTINS, Sílvia Helena Zanirato. **Artífices do ócio: mendigos e vadios em São Paulo (1933-1942)**. Londrina: Ed. UEL, 1998.

MATHIAS, Suzely Kalil. **Distensão no Brasil: O projeto militar: 1973-1979**. Campinas, SP: Papius, 1995. (Coleção Estado e Política).

MATTOS, Ilmar R. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 3. ed. rev. e amp. São Paulo, Edições Loyola; 2000.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed. ver. Petrópolis: Vozes, 1994. (Comunicação de massa).

MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MIRANDA, Nilmário. TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Boitempo Editorial, 1999.

MOTA, Carlos Guilherme. **Projetos para o Brasil**. In: MOTA, Lourenço Dantas (org). **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico**. 2. ed. São Paulo; Editora SENAC São Paulo, 1999. p. 76-95.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MUSSA, José Assis. **Perigo à vista. Jornal do Sindicato dos jornalistas do Paraná**. Curitiba-PR. N. 50. p. 15. agosto/setembro. 2000.

ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

OLIVEIRA, Eliéze Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia**. Campinas, SP: Papyrus, 1994. (Coleção Estado e Política).

ORLANDI, Eni Punicelli (org.). **Discurso fundador (a formação do país e a construção da identidade nacional)**. Campinas, SP: Pontes, 1983.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PARKER, Phyllis R. **1964: O papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março**. 2. ed. Trad. Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PELEGRINI, Sandra C. A. **A UNE nos anos 60: utopias e práticas políticas no Brasil**. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

PIANCIOLI, Cesare. **Alienação**. In: BOBBIO, Norbert. **Dicionário de política**. Trad. João Ferreira, Carmem C. Variale e outros. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p. 20-22.

RAMOS, Roberto. **Futebol: ideologia do poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. (Prismas)

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

RODRIGUES, José Honório. Capistrano e a historiografia brasileira. In: **História e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1965.

RODRIGUES, José Honório. **História e historiografia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970. p. 123-149.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

SÁ CORRÊA, Marcos. **1964, visto e comandado pela Casa Branca**. Porto Alegre: LPM, 1977.

SAES, D. **A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SANDMANN, Antônio. **Linguagem da propaganda**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000. (Repensando a Língua Portuguesa).

SCHAPOCHNIK, Nelson. As figurações do discurso. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A velha história: Teoria, método e historiografia**. Campinas, SP: Papirus, 1996. p.169-178.

SCHWARCZ, Lília M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENADO FEDERAL. Serviço Gráfico. Decretos-leis 852-941. Brasília-DF, 1970. p. 36-39.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Baderna. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. MEDEIROS, Sabrina Evangelista. VIANNA, Alexander Martins. **Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000. p. 63-64.

SILVA, Hélio. **1964: golpe ou contragolpe?** Porto Alegre: L&PM Editores, 1978.

SILVA, Hélio. **O poder militar**. 3. ed. São Paulo: L&PM Editores, 1984.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Projetos para o Brasil**; organização Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhias das Letras, 1998.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. Trad. Mário Salvino Silva. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Trad. Walquíria M. Portinho. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. D' ARAÚJO, Maria Celina. CASTRO, Celso (orgs.). **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Rrelume-Dumará, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Quem é povo no Brasil?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. (Prisma).

SOUZA, Sérgio Alves de. **Cenas do povo explícito: elementos para a análise de um tema político (Brasil, 1962-1969)**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, na área de História Social. São Paulo, 1994.

SOUZA, Sérgio Alves de. Isto, o povo. (Observações sobre um tema político-historiográfico. **Pós-História**, Assis-SP, 151: 151-166, 1994.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1978. (Ensaio, 28)

VAINFAS, Ronaldo. Capistrano de Abreu. In: MOTA, Lourenço Dantas (org). **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico**. 2. ed. São Paulo; Editora SENAC São Paulo, 1999. p. 171-189.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1973. v. 1.

VIEIRA, Ildeu Manso. **Memórias torturadas (e alegres) de um preso político**. 2. ed. Maringá: EDUEM, 1998.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Imagens da pobreza urbana na imprensa paulista. O Estado de S. Paulo. 1933-1942. In: **Diálogos**, DHI/UEM, v. 3, n. 3: 323-340, 1999.